

Universidades Lusíada

Oliveira, Beatriz dos Santos

**O espaço livre e a sua ausência : reabilitação do
Bairro da Caixa de Previdência da Indústria
Têxtil**

<http://hdl.handle.net/11067/8030>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

A obra questiona sobre os elementos arquitetónicos - varanda e galeria. O seu objetivo existe na compreensão sobre os diferentes formatos de intervenção destes elementos e aperceção sobre como a sua intervenção acrescenta valor, felicidade e continuidade de valor ao espaço intervencionado e aos seus habitantes. A varanda, um elemento de transição entre o espaço interior e o exterior. O seu carácter privado é, contemporaneamente, definido como um espaço de conexão com o ambiente exterior, que ac...

The work asks about the architectural elements - balcony and gallery. Its objective lies in understanding the different intervention formats of these elements and perceiving how their intervention adds value, happiness and continuity of value to the intervened space and its inhabitants. The balcony, a transitional element between the internal and external space. Its private character is, contemporaneously, defined as a space of connection with the external environment, which accesses nature, su...

Palavras Chave

Arquitetura, Teoria da arquitetura, Património arquitetónico - Memória, Caso de estudo - Reabilitação arquitetónica - Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil - São Mamede de Infesta, Matosinhos - São Mamede de Infesta

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T04:17:58Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**O espaço livre e a sua ausência - Reabilitação do
Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil**

Beatriz Oliveira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Porto, 2023/2024



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**O espaço livre e a sua ausência - Reabilitação do
Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre
Orientador: Professor Doutor arquiteto Miguel Malheiro

Porto, 2023/2024

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Declaração sob compromisso de honra

(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação/tese apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Porto, 29 de Novembro de 2024

O (A) Estudante

Beatriz Santos Oliveira

À minha família, em especial à minha mãe e à minha irmã, pelo apoio incondicional e pela motivação constante ao longo de todo o meu percurso pessoal e académico. Ao André, que desde o início me incentivou, pela confiança que sempre me transmitiu, pelo carinho e por toda a paciência em cada momento.

A mim mesma, pelo empenho e dedicação ao longo destes últimos cinco anos, conciliando o trabalho e os estudos, e por nunca ter desistido.

Ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Malheiro, cuja orientação e dedicação foram fundamentais para a realização da minha dissertação e do projeto do 5º ano.

Índice do texto

Índice de figuras	XII
Resumo / Abstract	XXIV
Palavra-chaves	XXVII
Lista de abreviaturas	XXIX
Introdução	31
Capítulo 1 - Os elementos caracterizadores dos Bairros - A varanda e a galeria	
1.1 A Varanda	39
1.1.1 A varanda: As suas definições	39
1.1.2 Apontamentos históricos	41
1.1.3 A varanda como elemento da casa	45
1.2 A Galeria	53
1.2.1 A Galeria e as suas definições	53
1.2.2 Apontamentos históricos	55
1.2.3 A Galeria como elemento de acesso das habitações plurifamiliares	59
1.3 Existência destes elementos nos Bairros	65
Capítulo 2 - A reabilitação dos Bairros	
2.1 O Bairro enquanto património	73
2.1.1 Enquadramento - Movimento moderno em Portugal	73
2.1.2 Património Moderno em Portugal	79
2.1.3 Intervenção no Património da Habitação Moderna	83
2.2 Reabilitação	89
2.2.1 Intervenção no Património da Habitação Plurifamiliar Moderna em Portugal	89
2.2.2 Reabilitação da varanda e da galeria nas habitações plurifamiliares em Portugal	93
2.2.3 Um exemplo Europeu	97
Capítulo 3 - Casos de referência	
3.1 Bairro Rainha D. Leonor	101
3.1.1 Enquadramento do Bairro	101
3.1.2 Antes da reabilitação	105
3.1.3 Depois da reabilitação	111
3.2 Torre Bois Le Pretre	115
3.2.1 Enquadramento do Bairro	115
3.2.2 Antes da reabilitação	115
3.2.3 Depois da reabilitação	117
3.3 Bairro do Carvalhido	123
3.3.1 Enquadramento do Bairro	123
3.3.2 Antes da reabilitação	127
3.3.3 Depois da reabilitação	131
3.4 Bairro do Cerco	135
3.4.1 Enquadramento do Bairro	135
3.4.2 Antes da reabilitação	139
3.4.3 Depois da reabilitação	145

Capítulo 4 - Caso de estudo	
4.1 Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil	153
4.1.1 Enquadramento geral do objeto no território e no lugar	153
4.1.2 Antes da reabilitação	159
4.1.3 Depois da proposta de reabilitação	175
Conclusões	196
Bibliografia	198

Índice de figuras

Figura 1 - Varanda do Frei Jerónimo, Augusto Roquemont, óleo sobre tela 1840 Fonte: Silva Fernandes, A. C. (2016). A VARANDA - sobre o seu valor no programa da casa.	37
Figura 2 - Loggia, no Boulevard de Montmorency, 1913. Fonte: Rodrigues Casanova da Silva, P. (2013). A VARANDA EM EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR na cidade do Porto.	38
Figura 3 - Zigurate de Ur no atual Iraque. Fonte: https://www.historiadomundo.com.br/idade-antiga/zigurate.htm	42
Figura 4 - Igreja San Martín, Espanha. Fonte: https://archshop.com.br/arquitetura-romanica-caracteristicas-e-exemplos	42
Figura 5 - Unite d' Habitation de Le Corbusier, concluído em 1952. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier	42
Figura 6 - Planta piso 1. Fonte: http://arquitextosblog.blogspot.com/2016/07/casa-e-kaufmann-casa-de-la-cascada-1936.html	44
Figura 7 - Planta piso 2. Fonte: http://arquitextosblog.blogspot.com/2016/07/casa-e-kaufmann-casa-de-la-cascada-1936.html	44
Figura 8 - Planta piso 3. Fonte: http://arquitextosblog.blogspot.com/2016/07/casa-e-kaufmann-casa-de-la-cascada-1936.html	44
Figura 9 - Casa da Cascata, 1936, Frank Lloyd Wright. Fonte: http://arquitextosblog.blogspot.com/2016/07/casa-e-kaufmann-casa-de-la-cascada-1936.html	44
Figura 10 - Casa da Cascata, 1936, Frank Lloyd Wright. Fonte: http://arquitextosblog.blogspot.com/2016/07/casa-e-kaufmann-casa-de-la-cascada-1936.html	44
Figura 11 - Esquemas exemplificativos do programa na varanda. Adaptado de: Silva Fernandes, A. C. (2016). A VARANDA - sobre o seu valor no programa da casa.	46
Figura 12 - Esquema-base exemplificativo dos dois limites que conformam a varanda: o primeiro limite (vão interno) e o segundo limite (vão exterior) Adaptado de: Silva Fernandes, A. C. (2016). A VARANDA - sobre o seu valor no programa da casa.	47
Figura 13 - Fotografia do Bairro do cerco. Fonte: autor	48
Figura 14 - Fotografia de uma família dentro da sua habitação em período de confinamento, Espanha, 2020. Autor: Emilio Morenatti/AP. Fonte: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/02/as-varandas-e-janelas-durante-o-confinamento-fotos.ghml	48
Figura 15 - Fotografia de um senhor a usufruir da sua varanda em período de confinamento, Itália, 2020. Autor: Ciro De Luca/Reuters. Fonte: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/02/as-varandas-e-janelas-durante-o-confinamento-fotos.ghml	48
Figura 16 - Pátio do Hospital em Arles, pintura de Vincent Van Gogh, 1889. Fonte: https://pt.artsdot.com/@/8XZ56A-Vincent-Van-Gogh-	51

- Figura 17 - Templo de Atena Nice. Autor: desconhecido. 52
 Fonte: <https://deheh.com/attraction/Europe/Greece/Attiki-Department/Athens/5680-Temple-of-Athena-Nike>
- Figura 18 - Representação artística da Ágora de Assos na antiguidade clássica. nos séculos II e I a.C. Autor: desconhecido. 54
 Fonte: <https://www.aeternitas-numismatics.com/single-post/assos-the-main-street-and-the- agora>
- Figura 19 - A loggia construída sob encomenda do bispo D. Afonso Castelo Branco (1585-1615) para o seu Paço em Coimbra, nos finais do século XVI. Autor: desconhecido. 54
 Fonte: https://issuu.com/kairosceaacp/docs/00_kairos10/s/13058223
- Figura 20 - Bairro do Carriçal, 1959. Autor: desconhecido. 56
 Fonte: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/277723/>
- Figura 21 - Fotografia de um dos alçados do Bairro do Bom Sucesso. Autor: desconhecido. 58
 Fonte: <https://www.domussocial.pt/bairros-lista/bom-sucesso>
- Figura 22 - Bloco C nascente. Adaptado: Monteiro de Araújo, M. F. (2021). A Galeria Exterior em Edifícios de Habitação Plurifamiliar: Experiências Portuenses, 1915-2007. Em M. FAUP. 58
- Figura 23 - Bloco C - Planta tipo. Adaptado: Monteiro de Araújo, M. F. (2021). A Galeria Exterior em Edifícios de Habitação Plurifamiliar: Experiências Portuenses, 1915-2007. Em M. FAUP. 58
- Figura 24 - Esquema-base exemplificativo dos dois limites que conformam a galeria. Adaptado: Silva Fernandes, A. C. (2016). A VARANDA - sobre o seu valor no programa da casa. 59
- Figura 25 - Diagrama Defensible space, Hierarquia de espaços em áreas residenciais. 60
 Fonte: <https://analise critica arquitetura.wordpress.com/2016/11/02/espaco-defensivo-cpted/>
- Figura 26 - Peniche, Ampliação do Bairro dos Pescadores da JCCP, 1969, Vítor Figueiredo Foto dos acessos C espólio de Vítor Figueiredo. Fonte: SIPA/IHRU 60
- Figura 27 - Desenho do Bairro da Bouça. 63
 Fonte: <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/>
- Figura 28 - Fotografia do “exterior” dentro das ilhas. Autor: desconhecido. 64
 Fonte: <https://www.domussocial.pt/files/uploads/cms/1623146207-UU5TLdvutz.pdf>
- Figura 29 - Fotografia do interior de uma habitação de uma ilha. Autor: desconhecido. 64
 Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.
- Figura 30 - Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939 (CML, 1938 -1939). Autor: desconhecido. 66
 Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Bairro-de-Casas-Desmontaveis-da-Quinta-da-Calçada-em-construção-Lisboa-1939-CML-1938_fig7_334721193
- Figura 31 - Bairro das Estacas, Ruy Jervis d’Athouguia, Sebastião Formosinho Sanchez (1949-1958) Autor: desconhecido. 66
 Fonte: <https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/bairro-das-estacas/>
- Figura 32- Bairro de Ramalde, Fernando Távora, 1952-1960. Autor: desconhecido. 66
 Fonte: <https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/barrio-de-ramalde/>
- Figura 33 - Olivais-Sul, Casas de Renda Económica Nuno Leotónio Pereira Foto vivência das galerias 68
 Fonte: espólio de Nuno Leotónio Pereira. SIPA/IHRU

Figura 34 - Galeria no 3º piso. Autor: desconhecido. Fonte: Gomes Meireles, M. A. (2019). O acesso em galeria na habitação social : dois casos de estudo em Portugal. http://hdl.handle.net/11067/2370	68
Figura 35 - O Bairro Rainha D.Leonor. Autor: desconhecido. Fonte: https://2019.openhouseporto.com/places/bairro-rainha-leonor/	71
Figura 36 - Moradia Honório de Lima, Viana de Lima construída em 1943. Autor: desconhecido. Fonte: https://www.arquipelagos.pt/imagem/antiga-casa-cortez-projecto-do-arquitecto-viana-de-lima-1940-rua-honorio-de-lima-porto-portugal/	72
Figura 37 - 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/I_Congresso_Nacional_de_Arquitectura	72
Figura 38 - Fotografia das varandas do Bloco de Duque de Saldanha, 1937-39 Autor: Inês Sofia Pereira e Inês Dias. Fonte: Monteiro de Araújo, M. F. (2021). A Galeria Exterior em Edifícios de Habitação Plurifamiliar: Experiências Portuenses, 1915-2007. Em M. FAUP.	76
Figura 39 - Fotografia das galeria do Bloco de Duque de Saldanha, 1937-39 Autor: Inês Sofia Pereira e Inês Dias. Fonte: Monteiro de Araújo, M. F. (2021). A Galeria Exterior em Edifícios de Habitação Plurifamiliar: Experiências Portuenses, 1915-2007. Em M. FAUP.	76
Figura 40 - Módulo tipo T1 e T2, do Bloco de Duque de Saldanha, 1937-39 Adaptado: Monteiro de Araújo, M. F. (2021). A Galeria Exterior em Edifícios de Habitação Plurifamiliar: Experiências Portuenses, 1915-2007. Em M. FAUP.	76
Figura 41 - Bloco de Habitação Coletiva “Ouro”, projetado por Mário Bonito (1951, Porto). Autor: Miguel Ribeiro. Fonte: Vieira Gonçalves, E. M. (2010). BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR NO PORTO, 1899-1933: A PRÁTICA DE UMA ARQUITECTURA ECONÓMICA, SAUDÁVEL E CÓMODA NAS VÉSPERAS DO MODERNO. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	78
Figura 42 - Fotografias do edifício Faculdade de Economia do Porto. Autor: desconhecido. Fonte: https://noticias.up.pt/2017/12/04/u-porto-investe-mais-de-5-milhoes-na-requalificacao-da-fep-sob-reserva/	80
Figura 43 - Fotografia do edifício Bloco Costa Cabral. Autor: desconhecido Fonte: https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/bloque-de-costa-cabral/	80
Figura 44 - Fotografia do edifício Bloco Costa Cabral. Autor: desconhecido Fonte: https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/bloque-de-costa-cabral/	80
Figura 45 - Remoção de coberturas em fibrocimento contendo amianto. Autor: desconhecido. Fonte: https://isomarca.pt/our-services/coberturas-fibrocimento/	88
Figura 46 - Fotografia do antes e depois da reabilitação no Bairro Pio XII (encerramento da galeria) Autor: desconhecido. Fonte: Dias Ferreira, D. (2017). Habitação de Interesse Social no Porto O caso do bairro de Pereiró - análise e projeto de reabilitação.	92
Figura 47 - Fotografia do antes e depois da reabilitação no Bairro Pio XII (encerramento da galeria) Autor: desconhecido. Fonte: Dias Ferreira, D. (2017). Habitação de Interesse Social no Porto O caso do bairro de Pereiró - análise e projeto de reabilitação.	92
Figura 48 - Fotografia do antes e depois da reabilitação do Bairro São Roque da Lameira (encerramento da varanda) Autor: desconhecido. Fonte: https://gisaweb.cm-porto.pt/places/44204/documents/	94

Figura 49 - Fotografia do antes e depois da reabilitação do Bairro São Roque da Lameira (encerramento da varanda) Autor: desconhecido https://www.valentim.com.pt/obras/reabilitacao-de-edificios/s-roque-da-lameira	94
Figura 50 -Fotografia do antes e depois da reabilitação do Bairro Contumil (encerramento da varanda) Autor: desconhecido. Fonte: https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/porto-corte-de-luz-divide-moradores	94
Figura 51 - Fotografia do antes e depois da reabilitação do Bairro Contumil (encerramento da varanda). Autor: desconhecido. Fonte: https://nunovalentim.com/projecto/reabilitacao-do-bairro-de-contumil/	94
Figura 52 - Fotografia do antes e depois da reabilitação no Bairro do Pereiró (encerramento da galeria). Autor: desconhecido. Fonte: Dias Ferreira, D. (2017). Habitação de Interesse Social no Porto O caso do bairro de Pereiró - análise e projeto de reabilitação.	94
Figura 53 - Fotografia do antes e depois da reabilitação no Bairro do Pereiró (encerramento da galeria) Autor: desconhecido. Fonte: https://www.domussocial.pt/bairros-lista/pereiro	94
Figura 54 - Planta de um dos módulos do edifício Cité du Grand Parc, antes e depois da reabilitação. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture	96
Figura 55 - Planta de um dos módulos do edifício Cité du Grand Parc, antes e depois da reabilitação. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture	96
Figura 56 - O edifício Cité du Grand Parc antes da reabilitação. Autor: desconhecido Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture	96
Figura 57 - O edifício Cité du Grand Parc no processo de reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture	96
Figura 58 - O edifício Cité du Grand Parc depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture	96
Figura 59 - Uma das varanda do edifício Cité du Grand Parc depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture	96
Figura 60 - Montagem de quatro fotografias de cada caso de referência.	99
Figura 61 - Edifícios da 1ª fase de construção do bairro do lado direito e do lado esquerdo os edifícios da 2ª fase de construção, separados pela Rua 1. Autor: desconhecido. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	100

Figura 62 - Fotografia de um dos blocos do Bairro da 1ª fase antes da reabilitação, que mostram a varanda e o espaço exterior de cada habitação no r/chão. Autor: desconhecido. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	100
Figura 63 - Planta dos edifícios do Bairro Rainha D.Leonor (os vermelhos correspondem às habitações construídas na primeira fase, os amarelos aos edifícios construídos na segunda fase). Adaptado de: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	103
Figura 64 - O quarto de uma das habitações a servir de lavandaria. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	104
Figura 65 - A varanda de uma habitação do Bairro Rainha D.Leonor. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	104
Figura 66 - A marquise construída por um dos moradores. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	104
Figura 67 - A “marquise” Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	104
Figura 68 - A cozinha de uma das habitações Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	106
Figura 69 - O frigorífico no espaço da sala. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	106
Figura 70 - Plantas com marcação das diferentes tipologias, programas e espaços de transição. Adaptado de: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	107
Figura 71 - Planta de representação do espaço da cozinha com as outras divisões. Adaptado de: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	107
Figura 72 - Construção ilegal feito por um dos moradores. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	108
Figura 73 - Fachada com diversas apropriações. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	108
Figura 74 - Corte de uma habitação que mostra a relação do espaço exterior com o interior. Adaptado de: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	109
Figura 75 - Representação dos acrescentos feitos pelos moradores na habitação. Adaptado de: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	109
Figura 76 - Sala depois da reabilitação. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	110

Figura 77 - Armário projetado na reabilitação. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	110
Figura 78 - Cozinha depois da reabilitação. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	110
Figura 79 - Tipologias depois da intervenção. Adaptado de: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	111
Figura 80 - A varanda depois da reabilitação. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	112
Figura 81 - Fachada com o acesso em galeria depois da reabilitação. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	112
Figura 82 - As varanda na fachada depois da reabilitação. Autor: Ana Lima. Fonte: Lima, A. (2012). Habitação mínima e apropriação do espaço, O Bairro Rainha D.Leonor. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.	112
Figura 83 - Torre Bois Le Pretre em 1959. Autor: Raymond Lopez. Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4194/pt_BR	114
Figura 84 - Torre Bois Le Pretre, depois da reabilitação em 1980. Autor: desconhecido. Fonte: http://www.lacatonvassal.com/?idp=56	114
Figura 85 - Fotografia da habitação depois da primeira intervenção (encerramento das varandas) . Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	116
Figura 86 - Fotografia do interior de um apartamento. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	116
Figura 87 - Fotografia do processo da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	116
Figura 88 - Esquema representativo da fachada antes da reabilitação. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	117
Figura 89 - Planta original de um dos pisos. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	117
Figura 90 - Esquema representativo da intervenção proposta. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	118
Figura 91 - O jardim de inverno e a varanda. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	118
Figura 92 - A sala de uma habitação depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	118

Figura 93 - Esquema representativo da intervenção proposta. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	119
Figura 94 - Entrada do edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	120
Figura 95 - Edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	120
Figura 96 - Edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	120
Figura 97 - Planta após a reabilitação. Adaptado de: Márquez Cecilia, F., & Leyene, R. (2015). Lacaton Vassal (1993-2015). El Croquis , 177-178.	121
Figura 98 - O Bairro do Carvalhido em 1958. Autor: desconhecido. Fonte: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/363947/?	122
Figura 99 - Planta de veredas e arruamentos do Bairro do Carvalhido de 1969. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	124
Figura 100 - Planta de localização dos blocos. Adaptado: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	125
Figura 101 - Bairro do Carvalhido em fase de construção. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	126
Figura 102 - Pormenor do granito na fachada. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	126
Figura 103 - O Bairro do Carvalhido em 1958. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	126
Figura 104 - Os diferentes tipos de cobertura dos blocos do Bairro do Carvalhido. Adaptado: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	127
Figura 105 - Alçados de um dos blocos do Bairro do Carvalhido. Adaptado: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	127
Figura 106 - A cozinha do fogo T2. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	128
Figura 107 - A zona de entrada do r/chão Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	128
Figura 108 - Plantas originais. Adaptado: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	129

Figura 109 - A fachada depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	130
Figura 110 - Pormenor do encerramento da galeria. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	130
Figura 111 - A fachada depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	130
Figura 112 - Alçados com a marcação das alterações da reabilitação. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	131
Figura 113 - Entrada de uma habitação. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	132
Figura 114 - O uso da galeira por parte dos moradores. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	132
Figura 115 - Estado atual da fachada do edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	132
Figura 116 - A oxidação das grelhas de sombreamento após a reabilitação. Autor: desconhecido. Fonte: Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.	132
Figura 117 - A fase de construção do Bairro do Cerco em 1963. Autor: desconhecido. Fonte: https://www.domussocial.pt/bairros-lista/cerco-do-porto	134
Figura 118 - O Bairro do Cerco em 1963. Autor: desconhecido. Fonte: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/614675/?	134
Figura 119 - Planta geral de implantação dos blocos Conjunto de Habitações Populares do Cerco do Porto em 1963. Fonte: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	136
Figura 120 - Planta de localização dos blocos Conjunto de Habitações Populares do Cerco do Porto. Adaptado de: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	137
Figura 121 - Fachada com alguns encerramentos da varanda. Autor: desconhecido. Fonte: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	138
Figura 122 - A apropriação da galeria e do espaço público. Autor: desconhecido. Fonte: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	138
Figura 123 - A apropriação da galeria. Autor: desconhecido. Fonte: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	138

Figura 124 - Alçados originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (com acesso em galeria). Adaptado de: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	139
Figura 125 - Fachada com alguns encerramentos da varanda. Autor:desconhecido. Fonte: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	140
Figura 126 - Alçados originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (com acesso sem galeria). Adaptado de: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	141
Figura 127 - A apropriação da galeria e do espaço público. Autor:desconhecido. Fonte: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	142
Figura 128 - Plantas originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (com acesso em galeria). Adaptado de: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	143
Figura 129 - Plantas originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (sem acesso em galeria). Adaptado de: Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.	143
Figura 130 - As fachadas após da primeira intervenção. Fonte: https://www.construir.pt/2019/02/18/porto-lanca-concurso-para-reabilitar-12-edificios-do-bairro-do-cerco	144
Figura 131 - Pormenor das estruturas metálicas. Fonte: https://www.domussocial.pt/noticias/reabilitacao-do-bairro-do-cerco-apresentada-a-grupo-de-estudantes-internacionais-de-arquitetura	144
Figura 132 -A fachada depois da segunda intervenção. Fonte: https://www.domussocial.pt/noticias/reabilitacao-do-bairro-do-cerco-apresentada-a-grupo-de-estudantes-internacionais-de-arquitetura	144
Figura 133 - Alçados com a marcação das alterações da reabilitação (sem acesso em galeria). Fonte: Rocha, L., & Fernandes Póvoas, R. (2023a). Bairro do Cerco do Porto (1. a ed.). FAUP edições.	145
Figura 134 - A fachada depois da intervenção. Autor: desconhecido. Fonte: Rocha, L., & Fernandes Póvoas, R. (2023a). Bairro do Cerco do Porto (1. a ed.). FAUP edições.	146
Figura 135 - Plantas com a marcação das alterações da reabilitação (sem acesso em galeria). Fonte: Rocha, L., & Fernandes Póvoas, R. (2023a). Bairro do Cerco do Porto (1. a ed.). FAUP edições.	147
Figura 136 - A fachada depois da intervenção. Fotografia do autor.	148
Figura 137 - Alçados com a marcação das alterações da reabilitação (com acesso em galeria). Fonte: Rocha, L., & Fernandes Póvoas, R. (2023b). Bairro do Cerco do Porto II. FAUP edições.	149
Figura 138 - Plantas com a marcação das alterações da reabilitação (com acesso em galeria). Fonte: Rocha, L., & Fernandes Póvoas, R. (2023b). Bairro do Cerco do Porto II. FAUP edições.	149
Figura 139 - O espaço livre e a sua ausência no Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil. Fotografia do autor.	151
Figura 140 - Ponte de Pedra. Autor desconhecido. Fonte: https://bussola-pt.com/211244/ponte-da-pedra	152

Figura 141 - Casa Museu Abel Salazar. Autor: desconhecido. Fonte: https://visit-matosinhos.webnode.pt/uniao-de-freguesias-de-s-mamede-infesta-e-senhora-da-hora/	152
Figura 142 - Diagramas com a evolução da malha urbano do autor.	154
Figura 143 - Planta com os principais pontos envolventes do Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil do autor.	157
Figura 144 - Parque de jogos. Fotografia do autor.	158
Figura 145 - Lavadouro. Fotografia do autor.	158
Figura 146 - Planta geral do Bairro do autor.	160
Figura 147 - Perfis do autor.	161
Figura 148 - Único acesso viário. Fotografia do autor.	162
Figura 149 - Acesso pedonal. Fotografia do autor.	162
Figura 150 - Planta de altimetrias do autor.	163
Figura 151 - Planta de usos do autor.	163
Figura 152 - Varanda de uma das habitações. Fotografia do autor.	164
Figura 153 - Imagem 3D da fachada dos blocos do autor.	164
Figura 154 - Cortes das habitações T2 do autor.	165
Figura 155 - Plantas das tipologias originais e das reabilitadas do autor.	166
Figura 156 - Planta de indicação das tipologias do autor.	167
Figura 157 - Corte construtivo da tipologia T2 do autor.	168
Figura 158 - Planta construtiva da tipologia T2 do autor.	169
Figura 159 - Detalhe da caixilharia. Fotografia do autor.	170
Figura 160 - Detalhe da soleira. Fotografia do autor.	170
Figura 161 - Detalhe da degradação interior. Fotografia do autor.	170
Figura 162 - Detalhe da cobertura. Fotografia do autor.	170
Figura 163 - Detalhe do Portão. Fotografia do autor.	170
Figura 164 - Detalhe da galeria. Fotografia do autor.	170
Figura 165 - Encerramento da varanda e dos logradouros. Fotografia do autor.	172
Figura 166 - Apropriação da galeria e do logradouro. Fotografia do autor.	172
Figura 167 - Vista aérea do Bairro. Fotografia do autor.	172
Figura 168 - A manter. Planta do autor.	174
Figura 169 - A demolir. Planta do autor	174
Figura 170 - A construir. Planta do autor	176
Figura 171 - Planta de implantação da proposta final do autor.	177

Figura 172 - Planta com a marcação da via para circulação de veículos (azul) e pedonais (cinza) do autor.	178
Figura 173 - Planta com indicação das entradas para as habitações do autor.	178
Figura 174 - A manter. Perfis do autor.	180
Figura 175 - A demolir. Perfis do autor.	180
Figura 176 - A construir. Perfis do autor.	180
Figura 177 - Proposta dos alçados reabilitados do autor.	181
Figura 178 - Plantas das alterações da tipologia do autor.	182
Figura 179 - Plantas da proposta final do autor.	183
Figura 180 - Plantas das alterações da tipologia do autor.	184
Figura 181 - Plantas da proposta final do autor.	185
Figura 182 - Plantas das alterações da tipologia do autor.	186
Figura 183 - Plantas da proposta final do autor.	187
Figura 184 - Plantas das alterações da tipologia do autor.	188
Figura 185 - Plantas da proposta final do autor.	189
Figura 186 - Corte construtivo do autor.	190
Figura 187 - Planta construtiva piso 0 do autor.	192
Figura 188 - Planta construtiva piso 1 do autor.	193
Figura 189 - Alçado frontal. Fotografia do autor.	194
Figura 190 - Alçado traseiro. Fotografia do autor.	194

RESUMO

A obra questiona sobre os elementos arquitetónicos - varanda e galeria. O seu objetivo existe na compreensão sobre os diferentes formatos de intervenção destes elementos e aperceção sobre como a sua intervenção acrescenta valor, felicidade e continuidade de valor ao espaço intervencionado e aos seus habitantes.

A varanda, um elemento de transição entre o espaço interior e o exterior. O seu carácter privado é, contemporaneamente, definido como um espaço de conexão com o ambiente exterior, que acessa a natureza, a luz solar e da exposição ao ar livre. Assim, é um lugar de descontração e relaxamento para os seus utilizadores. A galeria, esculpe um espaço de circulação que conecta e circunda diferentes áreas no edifício. Dessarte, habita entre zonas compartilhadas pelos moradores, mas que ao longo dos anos se tem vindo a substituir, transformar ou encerrar. Mais ainda, os seus desígnios foram apropriados pela ocupação com objetos próprios em resposta aos problemas e necessidades individuais. No Porto, a generalidade de bairros sujeitos a trabalhos de reabilitação, encerraram as varandas e as galerias devido à falta de espaço habitacional e à contenção daquilo que decorria nestes espaços.

Compreender a natureza dos elementos, as suas variações, a sua evolução e de que forma são percebidos hodiernamente permite o estudo dos casos de referência aqui apresentados. Portanto, o entendimento de como é que estes elementos se projetam nos Bairros, se estão ou não presentes, quais as formas que assumem e que valor podem aportar para os habitantes. Em suma, analisar se ao longo dos anos se mantiveram as varandas e as galerias abertas, livres ou se fecharam e os seus motivos.

Do resultado da análise dos elementos caracterizadores do bairro, a varanda e a galeria, e de que forma estes se representam nos bairros e do seu valor atual.

ABSTRACT

The work asks about the architectural elements - balcony and gallery. Its objective lies in understanding the different intervention formats of these elements and perceiving how their intervention adds value, happiness and continuity of value to the intervened space and its inhabitants.

The balcony, a transitional element between the internal and external space. Its private character is, contemporaneously, defined as a space of connection with the external environment, which accesses nature, sunlight and outdoor exposure. Thus, it is a place of relaxation and relaxation for its users. The gallery carves out a circulation space that connects and surrounds different areas in the building. Thus, it lives between areas shared by residents, but which over the years has been replacing, transforming or closing. Furthermore, their designs were appropriated by the occupation with specific objects in response to individual problems and needs. In Porto, the majority of neighborhoods subject to rehabilitation work closed their balconies and galleries due to the lack of housing space and the containment of what took place in these spaces.

Understanding the nature of the elements, their variations, their evolution and how they are perceived today allows the study of the reference cases presented here. Therefore, understanding how these elements project into neighborhoods, whether or not they are present, what forms they take and what value they can bring to the inhabitants. In short, analyze whether over the years the balconies and galleries were kept open, free or closed and the reasons why.

The result of the analysis of the neighborhood's characterizing elements, the balcony and the gallery, and how these are represented in the neighborhoods and their current value.

Palavras-chave:

Varanda | Galeira | Experiência | Reabilitação | Património

Lista de abreviaturas

CMM – Câmara Municipal de Matosinhos

CMP – Câmara Municipal do Porto

CMPH – Domus Social, empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto

DOCOMOMO – Documentação e Conservação do Movimento Moderno

HE-FCP – Habitação Económica da Federação das Caixas de Previdência

ICAT – Iniciativas Culturais de Arte e Técnica

ICOMOS-ISC20C – International Scientific Committee on Twentieth Century Heritage

ODAM – Organização dos Arquitetos Modernos

RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

Introdução

Na dissertação serão investigados os elementos arquitetónicos, a varanda e a galeria, a varanda, elemento de transição entre o espaço interior e o exterior, com carácter privado e vista atualmente como um espaço de conexão com o ambiente exterior, para desfrutar da natureza, da luz solar, da vista ao ar livre, um lugar para descontrair e relaxar. A galeria, um espaço de circulação que conecta diferentes espaços no edifício, no caso do bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil, é o que dá acesso às habitações, são zonas compartilhadas entre os moradores, são espaços intermediários semi-privado entre o espaço público do bairro e o interior das residências.

A varanda e a galeria ao longo dos anos, foram substituídas, transformadas ou apropriadas para funções distintas, como o seu encerramento, ocupação com objetos próprios, em resposta aos problemas e necessidades próprias. No Porto, a maioria dos bairros que foram reabilitados, encerraram as varandas e as galerias, devido à falta de espaço das habitações ou até mesmo para “esconder” tudo o que acontece nestes espaços. Muitas vezes são espaços de armazenamento de objetos pessoais, máquinas de lavar roupa, para estender roupa, entre outros objetos que ocupam uma zona que deveria ser espaço desimpedidos, para relaxar no caso das varandas e um lugar de circulação livre no caso da galeria. Como são espaços muitas vezes excessivamente ocupados, sem qualquer preocupação visual, acabam por afetar a estética e o carácter do Bairro, impedindo também a qualidade de vida dos próprios moradores e por isso a solução quando se realiza a operação de reabilitação para este espaços preenchidos com matéria diversa é encerrar as varandas e a galerias, para criar zonas de armazenamento ocultas e também como solução para melhorar as condições térmicas da habitação.

A varanda e a galeria surgiram para serem espaços arejados, ao ar livre, de convívio com os outros moradores e passaram a ser uma extensão da habitação nos bairros, como consequência das tendências da reabilitação, tal como a otimização do espaço, eficiência energética, entre outros fatores. Atualmente

No dia 19 de Setembro de 2023, visitamos o Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil, localizado em São Mamede Infesta, Matosinhos. A visita foi fundamental para entender o carácter do bairro, mas também como a ocupação ilegal e excessiva dos habitantes, a sobreposição do interesse individual sobre a

imagem do Bairro está a prejudicar a qualidade de vida e o caráter deste. O projeto inicial foi executado com as varandas e as galerias livres, sem qualquer ocupação ou encerramento e atualmente quase todas as habitações encerraram as varandas e em alguns casos apoderaram-se da galeria para usufruto próprio.

O estudo destes elementos caracterizadores do Bairro, a varanda e a galeria, vão contribuir para compreender de que forma é que estes são valorizados atualmente, como foram pensados e construídos e posteriormente reabilitados. Na maioria das reabilitações nos bairros as varandas foram encerradas, transformadas em marquises. Assim, o objetivo é perceber como a reabilitação destes elementos pode contribuir para melhorar a qualidade de vida da população e de que forma é que afeta o conforto e bem-estar.

As habitações deixaram de ter um espaço exterior privado, impedindo a conexão com a natureza, as vivências que este proporciona, entre outros aspetos que valorizam a qualidade de vida dos habitantes. Esta dissertação, tem como objetivo perceber como é que uma intervenção na galeria e/ou varanda acrescenta valor, felicidade e continuidade de valores ao Bairro e aos seus habitantes. Perceber a importância destes elementos no programa da casa e porque é que não devem ser encerrados e/ou esquecidos, apesar das áreas mínimas das casas, de que forma é que devemos intervir sem ter que eliminar a varanda e a galeria, mantendo assim o caráter do Bairro e o princípio da continuidade.

Na dissertação vamos rever os valores domésticos contemporâneos e explorar o novo papel da varanda e da galeria na domesticidade e nas experiências do espaço da casa e do bairro em geral. Vão ser abordados conceitos relacionados com o objeto da investigação, tais como, a extensão, limite, sequência, intimidade, distinguir o que é privado e público, perceber a diferença de uma varanda e de uma galeria e os fatores que estes elementos podem trazer aos habitantes do bairro. Dentro e fora, entender quais os limites da casa e do público e privado, do social e do íntimo. O espaço fluido, entre os elementos varanda e galeria em relação à habitação e ao programa da casa, através das intervenções de reabilitação ocorridas nos bairros do Porto nos últimos anos.

Então assim, o tema é investigar as várias formas de intervenção nestes espaços que proporcionam uma melhor qualidade de vida aos moradores e ao mesmo tempo promove a integridade do bairro.

Na dissertação vai ser utilizada uma pesquisa qualitativa. Os elementos

caraterizadores do bairro, a varanda e a galeria, vão ser o principal estudo desta dissertação, perceber como é que surgiram, qual a evolução deles ao longo do tempo e de que forma é que são vistos atualmente no programa da casa. Com isto, vamos perceber de que forma é que estes elementos estão representados nos Bairros, se estão ou não presentes, e que valor representam para os habitantes. Perceber se ao longo dos anos mantiveram as varandas e as galerias abertas, livres, ou se fecharam e porquê.

Após esta pesquisa, vamos estudar o bairro enquanto património, perceber como é que surgiu o movimento moderno e perceber quais os princípios orientadores, os critérios gerais e a metodologia utilizada na intervenção do património. As reabilitações feitas na habitação, as ações, os valores que estão representados, perceber como é que foram reabilitados, quais os problemas que tinham e como foram solucionados. Assim conseguimos entender o que foi feito até aos dias de hoje, e se atualmente fechar as varandas e as galerias é a melhor solução para a qualidade de vida dos habitantes. Em seguimento, vamos analisar os casos de referência, que vão ajudar a entender a forma, a materialidade e a utilização que estão presentes nestes elementos caraterizadores dos Bairros. Por fim o nosso caso de estudo vai finalizar a dissertação, a contextualização do Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil e a análise dos elementos varanda e galeria no projeto levam ao caso prático.

A escolha dos casos de referência recai sobre os aspetos inerentes ao pré e pós reabilitação com maior incidência sobre os elementos fundamentais neste documento, a galeria e a varanda. Desta forma, estes elementos configuram, na minha opinião, um aspeto fundamental na edificação e na posterior reabilitação das habitações sociais pelo que os casos de referência permitiram indagar sobre esta problemática. O caso do Bairro Rainha D. Leonor, que manteve a pequena galeria de acesso às habitações e a varanda abertas após a reabilitação. A foga principal da intervenção foi no interior, transformaram duas habitações numa, como solução das áreas mínimas das habitações. De seguida o caso da Torre que reconverteram o encerramento da varanda na sua primeira intervenção e propuseram como solução, expandir as habitações para fora da fachada, proporcionando o ganho de área interior e o contacto com o exterior. Apesar das radical mudança do aspeto do edifício e da perda de identidade do original, o projeto de intervenção valorizou e proporcionou melhor qualidade de vida para os habitantes do Bairro.

No caso da reabilitação do Bairro do Cerco, as varandas foram encerradas mas, as galerias permaneceram abertas . O caso de referência do Bairro do Carvalhido é um exemplo do encerramento do espaço de transição, a galeria e onde é evidente o impacto que a reabilitação teve nos edifícios de habitação.

No Bairro da Caixa de Previdência da Industria Têxtil, estes elementos também estão praticamente ausentes devido à apropriação sem critério. Os moradores, apoderaram-se do espaço livre que tinham nos logradouros, tanto na zona da frente como atrás das residências, a maioria fechou a varanda e deu-lhe um novo uso, alguns casos as habitações que ficam na ponta da galeria os moradores fizeram uma marquise para uso próprio.

As varandas e as galerias passaram a ser um espaço de armazenamento, sem conforto e pondo em causa a estética deste bairro do movimento moderno. Neste momento assiste-se a uma ocupação descontrolada, obstruindo estes espaços com construções de barracos, barreiras improvisadas entre os diferentes fogos e uma variedade de materiais e texturas.

Verifica-se que estes espaços são extremamente importantes na organização, estrutura e organização dos bairros do movimento moderno existentes no Porto. As intervenções de reabilitação que têm sido levadas a cada na última década dão uma especial atenção a estes elementos, devido à sua importância na caracterização deste bairros, mas também, porque são espaços que permitem a expansão das habitações e a apropriação individual, que pode pôr em causa a integridade do Bairro da Caixa de Previdência da Industria Têxtil.

CAPÍTULO 1

A VARANDA



Fig. 1 Varanda do Frei Jerónimo, Augusto Roquemont, óleo sobre tela 1840.



Fig. 2 Loggia, no Boulevard de Montmorency, 1913 Autor: desconhecido.

1.1 A varanda

1.1.1 A varanda: As suas definições

Varanda, Balcão, Sacada, Loggia

A palavra “varanda”, no que diz respeito à origem do termo na língua portuguesa designa-se “s.f. (De origem obscura): Estrutura saliente ao nível do pavimento dos pisos, construída no enfiamento de portas e janelas, rodeada por uma grade ou balaustrada, como parapeito, geralmente até um metro de altura.” (Academia das Ciências, 2001, p.3704). Apesar da palavra “varanda” ter sido considerada de origem indiana, Antenor Nacentes no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de 1955 considera que a palavra foi levada pelos portugueses para a Índia, visto que no Diário de Viagem de Vasco da Gama aparece escrito “e veo ter connosco onde estauamos lançados em hua varanda onde estaua hu grande casticall darames...” (Academia das Ciências, 2001, p.376). Não esclarece o que é a varanda, mas percebemos que é uma extensão do edifício, ‘lançados’, sugere a ideia de ultrapassar limites.

Existe a possibilidade da origem da palavra varanda ser ainda mais antiga do que a que se encontra acima mencionada, mas da qual não existem documentos históricos. A palavra terá origem no latim “varare”, que significa ‘cercar com varas’. Este termo terá evoluído no antigo provençal para *baranda*, adotado em espanhol como *baranda* ou *barandilla*, e, a partir daí, chegou ao português como varanda. (Silva Fernandes, 2016)

Pondera-se que os termos balcão e sacada foram utilizados antes da palavra varanda surgir, “uma espécie de terraço estreito, ou antes, numa sacada extensa ou balcão corrido, ao longo de toda a fachada principal do prédio e da linha das janelas de um dos andares ou de todos e até em todas as quatro faces, com ou sem cobertura” (Monteiro Mattoso & Gonçalves, 2011)

Os termos balcão e sacada são estruturas curtas, pequenos avanços da fachada, uma forma de prolongar o espaço interior, também Nuno Portas define balcão e varanda como “quando predominantemente projetadas do plano da fachada” (Portas, 1969). Foram espaços que se tornaram importantes e que marcaram a arquitetura nos séculos XVII e XVIII e que começaram a ser utilizados a partir do século XVI sendo a definição de ‘sacada’ mencionada por José Pedro Machado, “um varandim limitado a cada janela, fazendo saliência somente em frente desta, motivo por que aquela é rasgada até ao pavimento ou não tem peitoril. (...) A palavra balcão (...) é usada como sinónimo de sacada.” (Machado, 2003, p.132)

O vocábulo *loggia* aparece como um conceito associado à palavra varanda, tendo origem italiana e definida como “galeria aberta, pelo menos por um lado, cuja cobertura é suportada por colunas ou pilares” (de la Plaza Escudero et al., 2012, p.278) e resulta de um recuo na fachada.

Nuno Portas, refere-se a *loggia* “quando encaixada no volume do edifício” (Portas, 1969, p.71) assume-se como uma varanda interior, sendo um espaço recuado dentro do edifício assume um carácter mais resguardado tornando o espaço íntimo e privado. Ainda, a *loggia*, contrariamente aos conceitos de balcão e da sacada torna-se um espaço menos visível a partir da rua.

1.1.2 Apontamentos históricos

O conceito e desenhos de varandas evoluíram ao longo do tempo, o seu uso e a sua forma variaram conforme as diferentes culturas e as suas necessidades tanto a nível arquitetónicas como pessoal. A sua origem pode ser vislumbrada em construções como as tendas do paleolítico, passando pelas construções monumentais da antiga Mesopotâmia. Nesse sentido o Zígurate é um dos monumentos mais característicos da arquitetura religiosa mesopotâmica, os acessos ao templo encontravam-se no topo da edificação, feito por rampas e escadarias aterraçadas, e funcionavam como terraços que permitiam que as habitações, dos deuses, ficassem protegidas das inundações e fossem consideradas “as eternas varandas-miradouros”. (Ramos dos Santos, 2003, Silva Fernandes, 2016)

Ainda, outro exemplo da sua origem são os palácios minóicos de Creta, o pátio central era rodeado por passadiços cobertos que eram suportados por colunatas e pórticos que relacionavam assim o exterior com o interior. O Homem passou a revelar um interesse por espaços que lhe permitem o contato com o exterior e a a sua posse sem o confinamento das suas paredes. (Morais & Arezes, 2019)

Na Grécia antiga encontramos as *stoas* dos *ágora* ¹, espaços de transição cobertos que impulsionaram o conceito de *loggia* ², que viriam mais tarde a ser uma inspiração para que os romanos implementassem o conceito nas suas construções. Agora, as fachadas, passariam a ter varandas e galerias cobertas com o sustento de colunas ou pilares que definiram o enquadramento dos “*forúms*” e a privilegiar a simbiose entre o exterior e o privado ao valorizar a relação entre o Homem e a natureza. (Saraiva, 2022)

Na idade média o elemento varanda esmorece na sua relevância por consequência, porventura, de uma mentalidade mais limitada, introspectiva e focada no temor divino, a arquitetura voltou-se para o interior. Porém, o período do renascimento fez ressurgir a relevância da utilização de varandas. Neste período histórico assumiu uma função de lazer, principalmente decorativa, com especial foque pelo detalhe na sua conceção.

¹ Stoas: Estruturas arquitetónicas da Grécia Antiga, com pórticos cobertos, para uso público.

² Loggia: Elemento arquitetónico exterior coberto, como uma galeria ou pórtico, normalmente sustentado por colunas e arcos.



Fig. 3 Zíгурate de Ur no atual Iraque. Autor: desconhecido.



Fig. 4 Igreja San Martín, Espanha. Autor: desconhecido.



Fig. 5 Unite d' Habitation de Le Corbusier, concluído em 1952. Autor: desconhecido.

Mais tarde, no período barroco, estes elementos influenciados pelas referências renascentistas foram projetados com ornamentos elaborados que passaram a ser uma forma de ostentação, poder e riqueza. A varanda passou a ser um espaço de exibição de estatuto social. (Silva Fernandes, 2016)

No século XIX, a Revolução Industrial aportou novas metodologias e materiais, além de inovações na infraestrutura que viria a pautar o caminho para a habitação vertical, com preocupações em relação à higiene e à saúde pública. As varandas popularizaram-se nestes blocos de habitação ao servirem o propósito de fazer a ponte entre as ruas e o exterior da habitação, contrariando o seu propósito nas casas rurais onde eram projetadas varandas e alpendres como áreas de trabalho ou de recepção. (Gomes Meireles, 2016)

Com o surgimento da arquitetura moderna, no século XX, novas mudanças culturais e tecnológicas tomaram providência e foi assinalada uma nova fase da arquitetura portuguesa. O movimento moderno questionou o conceito da habitação familiar e unifamiliar, surgiram assim as habitações plurifamiliares como resposta aos desafios habitacionais da época. A construção em altura, permitiu a criação de um número maior de unidades habitacionais no mesmo espaço e foi necessário estabelecer a relação entre os espaços exteriores e os espaços interiores nestas habitações “Os espaços exteriores, complementares à habitação, articulam-se com as varandas, espaços colectivos na cobertura e espaços exteriores verdes na base dos edifícios.” (J. F. Gonçalves, 2007, p.348) A varanda passou a ser um elemento recorrente e fundamental nestas novas construções da habitação plurifamiliar, assumindo relevo na adequação de iluminação natural, na ventilação dos espaços interiores e no contacto com a natureza. (Gomes Meireles, 2016)

Consequentemente, percebemos que a varanda se transformou e oscilou na sua importância no percurso da Humanidade e da história da arquitetura. Atualmente é tida como valiosa e central na procura, do Homem, por habitação pela sua relação primordial com o exterior.

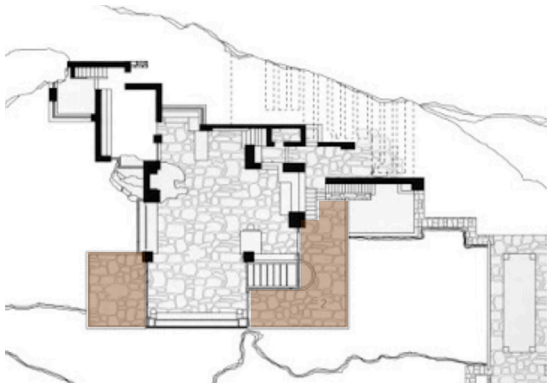


Fig. 6 Planta piso 1

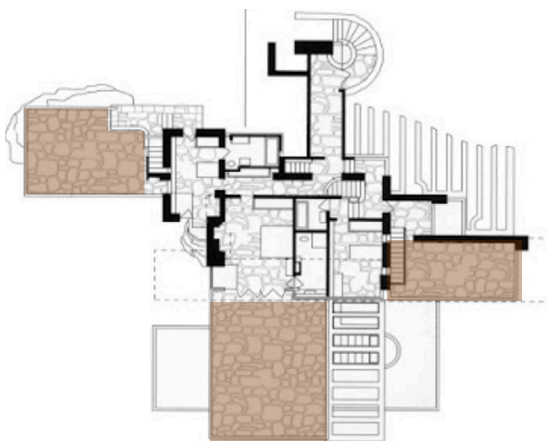


Fig. 7 Planta piso 2

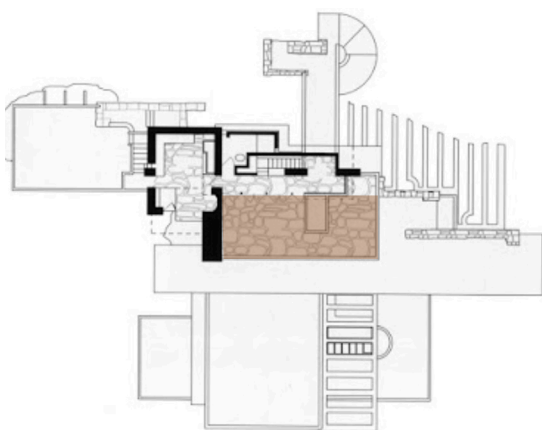


Fig. 8 Planta piso 3

Casa da Cascata

A casa da Cascata foi projetada pelo arquiteto Frank Lloyd Wright e construída entre 1936 e 1939. Todos os espaços da habitação estão relacionados com a envolvente exterior, foram projetadas diferentes varandas que proporcionam a extensão da habitação à natureza.



Fig. 9 Casa da Cascata, 1936, Frank Lloyd Wright
Autor: desconhecido.



Fig. 10 Casa da Cascata, 1936, Frank Lloyd Wright
Autor: desconhecido.

1.1.3 A varanda como elemento da casa

Caverna, Cabana, Casa

“Primeiro foi a caverna. (...) Depois veio a cabana. (...) E, finalmente, chegou a casa.” (Campos Baeza, 2008) é a sinopse em que o autor Campo Baezza, descreve o processo evolutivo da casa ao longo de três fases. O Homem transformou-se e “criou raízes” ao ter a capacidade de escolher tanto o local quanto o formato da sua habitação, convergiu de se refugiar e defender (nomadismo) para conseguir habitar um local a que chamou casa (sedentarismo). Deste modo, compreendemos que a evolução humana fez o Homem compreender o essencial na sua casa, a luz foi uma dessas escolhas, “E o homem, uma vez dominado o espaço definido pelos planos correspondentes, concebeu a possibilidade de o controlar. De o proporcionar. E viu que, com a luz, podia tencioná-lo.” (Campos Baeza, 2008)

A luz, natural, foi sempre pilar crucial e encontra-se interligada com a evolução e transformação das sociedades e da sua população, o exterior podia agora ser captado para oferecer, também, a iluminação e a ventilação dos espaços interiores. Contemporaneamente com o aparecimento da luz artificial, que mascara mas não substitui a luz natural, a utilização de varandas e/ou janelas de menor dimensão e o uso de iluminação não natural tomou efeitos contrários ao da iluminação. No começo do século XX, a varanda era significado de estar no exterior, os seus habitantes, passaram a preferir “relaxar” no espaço aberto. Portanto, surgiram no processo evolutivo arquitetónico a criação de espaços como, os terraços, os pátios e as varandas que privilegiavam a relação interior e exterior. (Rodrigues Casanova da Silva, sem data)

Interior/Exterior

A varanda faz parte de uma sequência de espaços que estabelecem a conexão entre o ambiente público no contexto urbano e o ambiente privado no interior da habitação. Esta posição de intermediário cria uma indefinição sobre o seu carácter, não sendo totalmente privada, nem totalmente pública, embora faça parte da estrutura da casa e, portanto, do espaço íntimo e privado, a varanda também possui características que a aproximam do domínio público, já que ultrapassa os limites do ambiente interno, conectando-se ao espaço exterior.

Refletir sobre “limite” remete-nos automaticamente à ideia de algo tangível, físico, que tanto bloqueia ou impede, mas ao mesmo tempo delimita e envolve

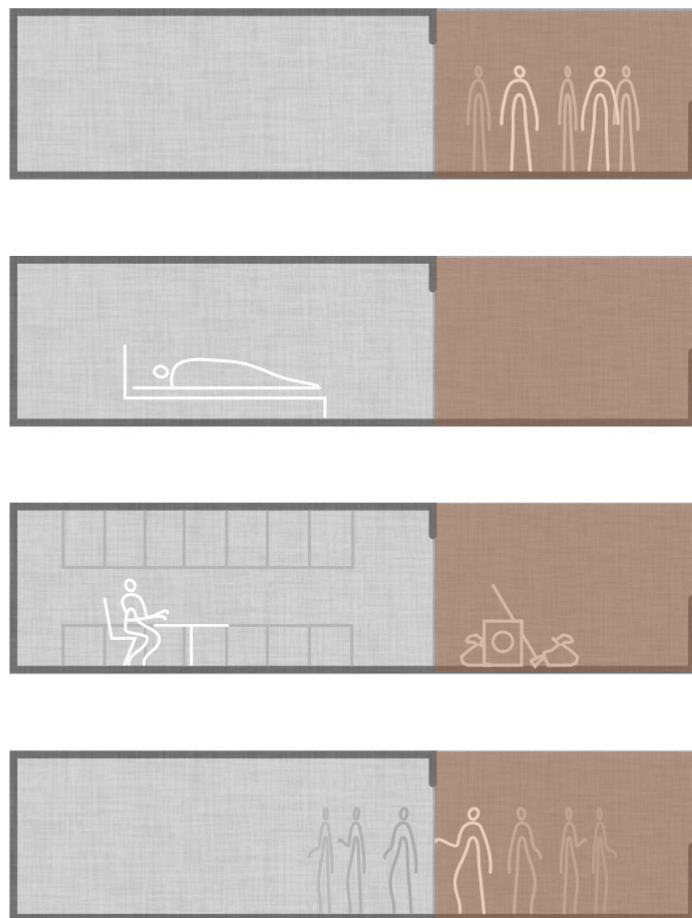


Fig. 11 Esquemas exemplificativos do programa na varanda.
Adaptado de: (Silva Fernandes, 2016)

algo. Conceber a varanda como um limite é ir além de sua forma física, estrutural e material, com o objetivo de compreender como, sendo uma extensão do plano da fachada, ela possibilita a distinção entre duas esferas — interior/exterior e público/privado — sem, contudo, interromper o contato entre elas. (Silva Fernandes, 2016; Silva Soares Ferreira, 2010)

A varanda pode ser vista não apenas como um espaço de transição, mas também como um lugar de lazer e convivência familiar, “«um refrescante local de lazer, de estar em família»”(Brandão, Martins, 2007), esta reflexão sobre a varanda sublinha a sua versatibilidade no contexto doméstico, ao mesmo tempo serve como uma extensão da casa, como um refugio ao ar livre dentro do espaço privado. Assim, reforça o entendimento da varanda como integrante do espaço privado, por conseguinte cria-se uma dicotomia em que a varanda não pertence ao espaço público, por ser apenas acessível a partir do interior da casa, mas também não é um espaço de intimidade, visto que está aberto ao espaço público. A separação entre o domínio privado e do público, no caso da varanda, é separado apenas por “limites simbólicos” (Lawrence, 1982)

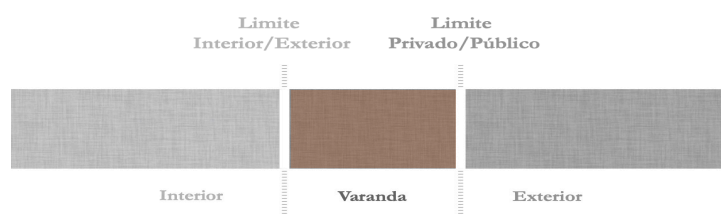


Fig. 12 Esquema-base exemplificativo dos dois limites que conformam a varanda: o primeiro limite (vão interno) e o segundo limite (vão exterior) Adaptado de: (Silva Fernandes, 2016)

Em norma a varanda que representa espaços de lazer e de convivência está associada a espaços mais sociais da casa, como as zonas de estar/jantar, o que permite uma expansão física e até experimental em muitos casos. Contudo, a varanda também pode servir de espaço de descanso associando-se aos espaços mais íntimos da habitação como os quartos, um espaço mais calmo e menos utilizado pelas convidadas. Ainda, outra dinâmica associada ao elemento arquitetônico, é o de espaço de apoio que está diretamente ligados às áreas de serviço da habitação, como a cozinha e a lavanderia e que permite que estes (espaços) funcionem como uma extensão dos espaços interiores. Nestes espaços conviviais são realizadas



Fig. 13 Fotografia do Bairro do cerco.



Fig. 14 Fotografia de uma família dentro da sua habitação em período de confinamento, Espanha, 2020. Autor: Emilio Morenatti/AP.



Fig. 15 Fotografia de um senhor a usufruir da sua varanda em período de confinamento, Itália, 2020. Autor: Ciro De Luca/Reuters.

atividades em que o espaço interior não dispõem de condições, como o tratamento da roupa e o armazenamento ou colocação de resíduos.

A principal função da varanda, independentemente da sua posição ou forma, é de cariz funcional e de apoio à habitação, faz parte do programa da casa. (Silva Fernandes, 2016)

A casa e a roupa

As tipologias e os desejos da varanda foram-se alterando ao longo dos séculos, mas foi no século XX que ganhou um novo carácter, com a introdução de novos programas tais como, a lavandaria nas habitações (outrora a lavagem e a secagem da roupa era feita fora do espaço da casa, nos serviços comuns). As pessoas passaram a lavar as suas roupas em casa, e com esta mudança veio a necessidade, urgente, de um espaço exterior que permitisse estender a roupa. A varanda passou a ter mais uma função importante no quotidiano dos seus utilizadores tornando-se constituinte dos elementos desejados de uma casa o que levou ao reavaliar da varanda e sua conexão com a habitação. (Rodrigues Casanova da Silva, sem data; Trofimenko, 2019).

Atualmente, a varanda continua a ser um espaço útil para a habitação pelo conector que estabelece na relação do espaço privado e o exterior (i.e., um espaço que apropria do exterior), mas também de expressão social e arquitetónica. Tornou-se, assim, um espaço que permite aos seus utilizadores um conjunto de experiências (como observar o que se passa no exterior), um espaço de refúgio e de lazer e como espaço de apoio à habitação.

Nos últimos anos, depois do período de confinamento relacionado com a pandemia de COVID-19, a população viu as suas liberdades suprimidas pela restrição de liberdade com deslocações limitadas e apenas para motivos essenciais. Logo, a varanda possibilitou manter o contacto com o exterior de forma segura, mas também com a sociedade ao permitir o contato com familiares e amigos, vizinhos e com a sociedade no geral. Impedidos de usufrir do espaço público, para além dos passeios higiénicos nos limites da rua área de residência que permitia que as pessoas apanhassem ar fresco e estivessem em contacto com a natureza, a varanda passou a ser um refúgio para os seus habitantes, principalmente em apartamentos com áreas reduzidas, onde o espaço não era suficiente, para trabalho e lazer. A varanda fez a diferença e possibilitou diferentes atividades ao atuar como uma expansão das habitações. (Saraiva, 2022)

CAPÍTULO 1

A GALERIA



Fig. 16 Pátio do Hospital em Arles, pintura de Vincent Van Gogh, 1889.

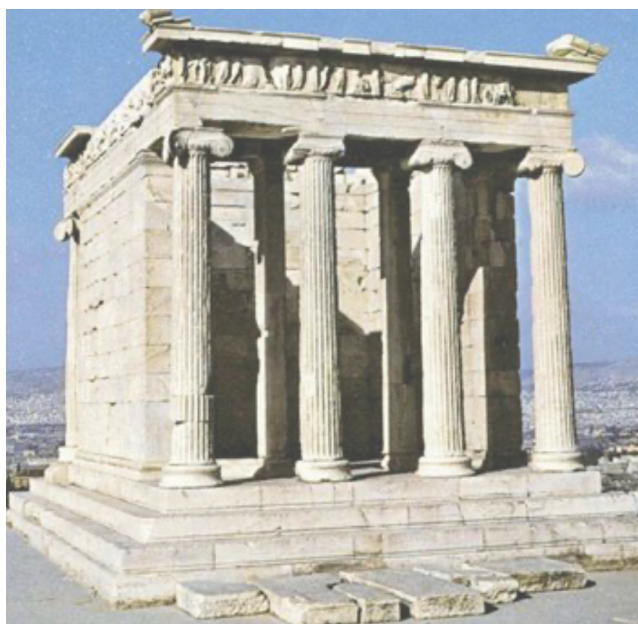


Fig. 17 Templo de Atena Nice. Autor: desconhecido.

1.2. A Galeria

1.2.1 A Galeria e as suas definições

Além da varanda, é possível considerar outros espaços ou elementos arquitetônicos, que, funcionam como pontos de transição ou de contato com o exterior e que vão para além dos limites do edificado, como alpendres e pátios nos pisos térreos, a galeria e o terraço nos pisos superiores, que também cumprem funções de extensão do interior, proporcionando áreas de convivência ou de circulação ao ar livre. Estes elementos, para além de contribuírem para a estética do edifício, também desempenham um papel importante na relação entre o exterior e o interior, favorecendo a iluminação, ventilação e o contacto dos moradores com a rua. (Rodrigues Casanova da Silva, sem data)

“(Do b. lat. *galilaea*’ átrio de uma igreja’, pelo it. *galleria*). Parte de um edifício, de configuração rectangular, coberta, destinada à exposição de quadros, esculturas e outros objectos de arte, ou a passeio abrigado. Qualquer passagem coberta, estreita e comprida.” (Academia das Ciências, 2001)

O termo “galeria”, de origem do latim medieval *galeria*, está relacionado a espaços interiores longos e estreitos destinados a convívio e festas geralmente cobertos que desempenhavam a função de conectar diferentes áreas de um edifício, mas que serviam também como espaços de exposições de objetos e de obras de arte em zonas de receção. (Monteiro de Araújo, 2021)

Mais tarde foi destinado a funções específicas dentro de um edifício, evoluindo da sua origem ao longo do tempo e abrangendo novos significados e aplicações que vão além do espaço interior original. O espaço da galeria passou a ser um espaço exterior de circulação e de ligação entre as diferentes zonas do edifício (e.g. edifícios de habitação plurifamiliar construídos no Movimento Moderno). A definição de galeria evoluiu para um espaço de transição que interligava o domínio público e o domínio privado com o espaço intermédio, estabelecendo assim a relação entre o coletivo e o individual, entre a rua e as células de habitacionais.

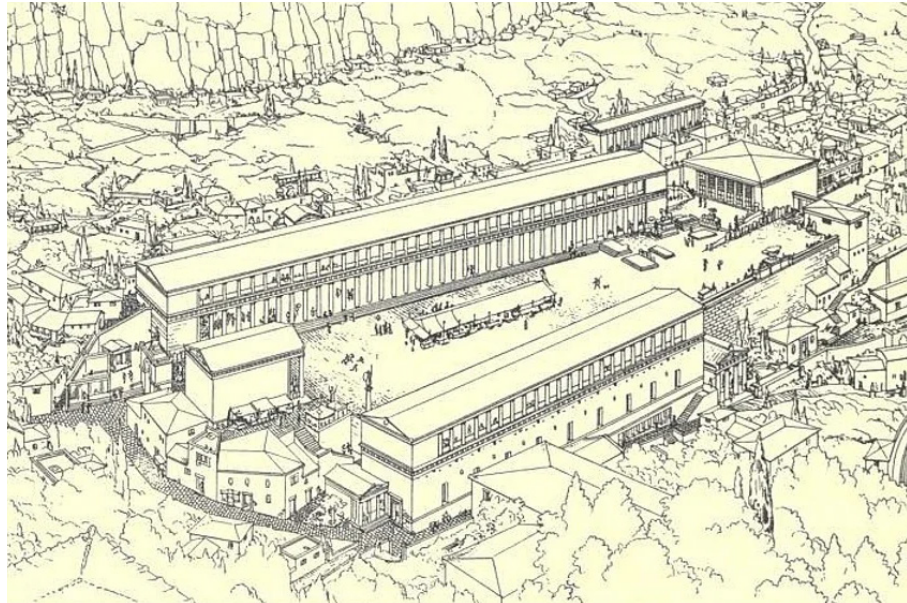


Fig. 18 Representação artística da Ágora de Assos na antiguidade clássica, nos séculos II e I a.C. Autor: desconhecido.



Fig. 19 A loggia construída sob encomenda do bispo D. Afonso Castelo Branco (1585-1615) para o seu Paço em Coimbra, nos finais do século XVI. Autor: desconhecido.

1.2.2 Apontamentos históricos

O estudo da origem da palavra varanda e galeria, bem como dos seus apontamentos, torna possível associar os dois elementos historicamente pela sua aparição em diversas culturas, nomeadamente na arquitetura clássica grega e romana. (Silva Fernandes, 2016)

O palácio minóicos de Creta onde o pátio central era rodeado por passadiços cobertos que eram suportados por colunatas e pórticos relacionava o exterior com o interior e, como a *stoa*, nas civilizações gregas, funcionavam como espaços abertos e cobertos, de circulação e de socialização, uma espécie de corredor suportado por colunas que serviam de sombreamento e de proteção. Espaços que serviam como locais de encontro, comércio e influenciaram a sua construção no império romano. (Morais & Arezes, 2019)

A civilização romana expandira o conceito de espaços abertos e cobertos com ênfase nas suas vilas e palácios, construíram galeiras com passagens cobertas que davam acesso aos pátios e aos jardins e conceberam espaços de transição entre o exterior e o interior. Além mais, valorizaram e conjugaram a funcionalidade da galeria ao tornar os espaços mais belos e privilegiar o contacto com o exterior. O conceito de galeria está associado ao termo *loggia*, tal como a varanda, “galeria aberta, pelo menos por um lado, cuja cobertura é suportada por colunas ou pilares” (de la Plaza Escudero et al., 2008, p.278), o que sugere uma espécie de elemento parcialmente integrado no interior do edifício. As *loggias*, no período renascentista italiano, existiam em construções nobres, como palácios e villas, caracterizadas por uma galeria aberta com colunas e arcos e proporcionando uma experiência de ar livre protegida pelas suas edificações. Neste sentido, permitiam a entrada de luz e ar fresco criando um espaço onde o interior e o exterior se encontravam harmonizavam. A noção de galeria como espaço de transição, entre o privado e o público, espalhou-se pela Europa adaptando-se aos estilos renascentista e barroco.

O conceito de galeria mudou ao longo dos anos por via da necessidade e das transformações sociais e culturais adjacentes ao contexto histórico, evoluiu servindo de espaços sociais quanto funcionais. No início do século XX a habitação em Portugal vivia um período de mudança, sendo urgente a adaptação a uma nova realidade. O problema da habitação necessitava de ser solucionado e com



Fig. 20 Bairro do Carriçal, 1959. Autor: desconhecido.

o surgimento do Movimento Moderno surgiram as habitações plurifamiliares, a galeria, adquire força e torna-se um elemento crítico nos projetos habitacionais verticais. Apoiado nas caixas de escadas que concediam acesso às galerias e permitiam a entrada nas diferentes habitações por piso, como um corredor externo que facilita a orgânica e a circulação de pessoas e mercadorias. Além mais a galeria aos longo dos anos mostrou que também podem atuar como local de convívio e de encontro e promover o contacto entre os moradores. (Urzal Magalhães, 2017)



Fig. 21 Fotografia de um dos alçados do Bairro do Bom Sucesso
Autor: desconhecido.



Fig. 22 Bloco C nascente. Adaptado: (Monteiro de Araújo, 2021)

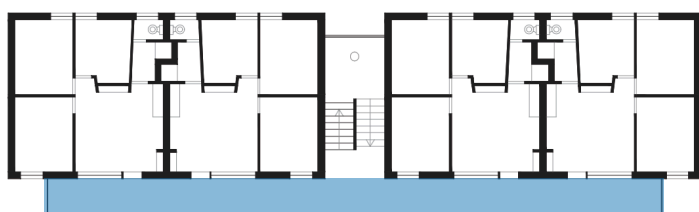


Fig. 23 Bloco C - Planta tipo. Adaptado: (Monteiro de Araújo, 2021)

Bairro do Bom Sucesso

Com o surgimento do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, foi construído o Bairro do Bom Sucesso, projetado pelo arquiteto Luís de Almeida d'Eça nos anos 1956-58. O acesso das habitações é feito pela galeria, com o apoio da caixa de escadas que fica no meio dos blocos de habitação.

Na figura 21 é possível ver a apropriação da galeria por parte dos habitantes, alguns optaram pelo encerramento junto das próprias habitações, aumentando a área útil da casa, danificando assim a imagem original do Bairro.

1.2.3 A Galeria como elemento de acesso das habitações plurifamiliares

No surgimento da arquitetura moderna a galeria representa um papel fundamental nas habitações plurifamiliares, caracterizadas por serem um corredor longo e contínuo que serve de acesso aos diferentes fogos e permite que a construção de edifícios de vários pisos ocorra de forma económica e racional. (de Aragão Lobo Noronha Osório, 2017)

Quando se aborda o tema da habitação plurifamiliar é inevitável não associar a ideia a uma série de conceitos como coletivo, associação de unidades residenciais, comunidade, vizinhança, e outros elementos relacionados com a convivência em ambiente compartilhado no qual diferentes pessoas vivem próximas entre si, dividindo diversos espaços e recursos comuns. A organização destes espaços comuns requer uma gestão compartilhada e uma cultura de respeito mútuo, o desenho do elemento de acesso às habitações têm um papel fundamental no bom ambiente coletivo.

Espaço de transição

Maioritariamente nos projetos de bairros de habitação a galeria é um elemento de transição marcante e importante do edifício. A sua função para além de servir como um espaço de circulação, é um eixo que conecta as diferentes células habitacionais, como sistema de distribuição e de acesso, estabelecendo uma conexão entre o espaço coletivo e o individual. As caixas de escadas, têm uma função complementar e igualmente essencial, são projetadas para unir a rua às galerias e aos diferentes pisos do edifício, ajudando também com a transição entre o domínio público e o domínio privado. (Trofimenko, 2019)

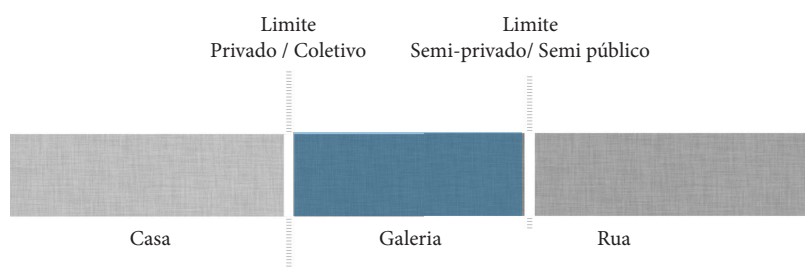


Fig. 24 Esquema-base exemplificativo dos dois limites que conformam a galeria. Adaptado: (Silva Fernandes, 2016)

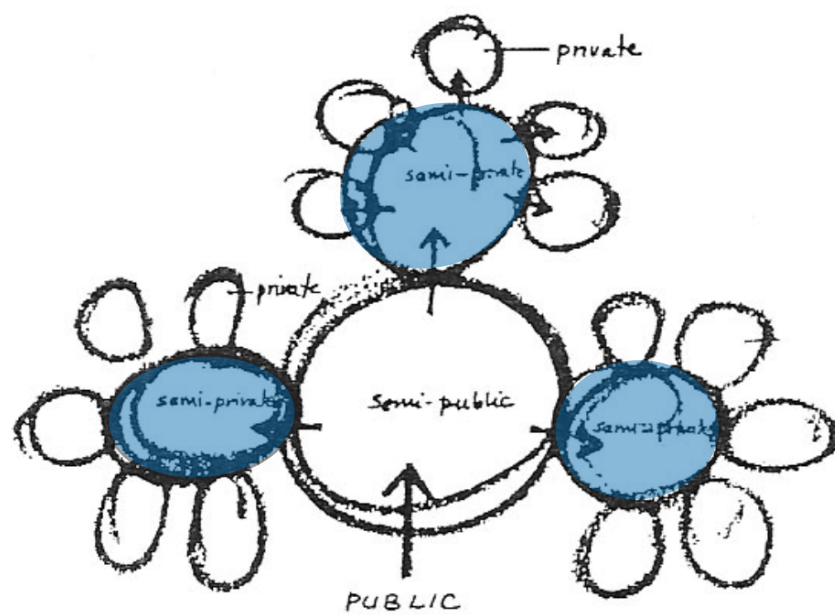


Fig. 25 Diagrama Defensible space, Hierarquia de espaços em áreas residenciais. Adaptado: Oscar Newman.



Fig. 26 Peniche, Ampliação do Bairro dos Pescadores da JCCP, 1969| Vítor Figueiredo | Foto dos acessos C espólio de Vítor Figueiredo.

“O espaço exterior, não há dúvida que corresponde ao espaço-rua; o interior, definitivamente corresponde aos núcleos internos já referidos. A zona de transição é todo o espaço identificável, para além destas realidades, interna e externa.” (Tomé, 1996). A “zona de transição” é, portanto, um espaço que suaviza a passagem entre o exterior e o interior, facilitando assim tanto o acolhimento como a abertura, sem nunca deixar de ter um carácter público.

Espaço de transição como espaço social

Nas suas obras Herman Hertzberger defende que a ausência de equilíbrio entre o coletivismo e o individualismo leva ao isolamento social e enfraquece a comunicação entre as pessoas. Assim, vê o espaço intermédio como um ponto de encontro entre o público e o privado, um espaço que não é totalmente aberto a todos, como uma rua, nem completamente fechado, como uma casa. A ideia é que no espaço intermédio os moradores possam conviver e socializar e, desta forma, contribuir para o cuidado e a manutenção do lugar como se fosse deles. (Trofimenko, 2019)

Em ponto de reflexão, o espaço de transição deve promover a interação entre os moradores, para além da funcionalidade da galeria exterior ao contribuir para a integração entre a vida privada dos moradores e o seu espaço “coletivo”. As galerias podem funcionar como locais de encontro, interação e convivência, são um ponto de contacto social entre os moradores.

Espaço da galeria como extensão da habitação

A extensão da casa ocorre como resposta ao problema da falta de espaço e de zonas de serviço dentro da habitação que possibilitem que os moradores executem as atividades necessárias do dia-a-dia. A galeria passou, frequentemente, a ser usada de forma excessiva e desorganizada para armazenamento de bens (e.g. guardar as bicicletas, móveis), mas também é objeto de apropriação para colocar plantas, dando um cunho pessoal ao espaço. Servem, ainda, de espaço para o tratamento da roupa, sendo muitas vezes o único sitio perto da habitação que facilite esta tarefa.

Esta apropriação do espaço de transição, que deveria ser um espaço de acesso e distribuição das habitações, afeta a circulação dos moradores e altera a imagem do bairro e o seu carácter original.

CAPÍTULO 1

EXISTÊNCIA DESTES ELEMENTOS
NO BAIRRO

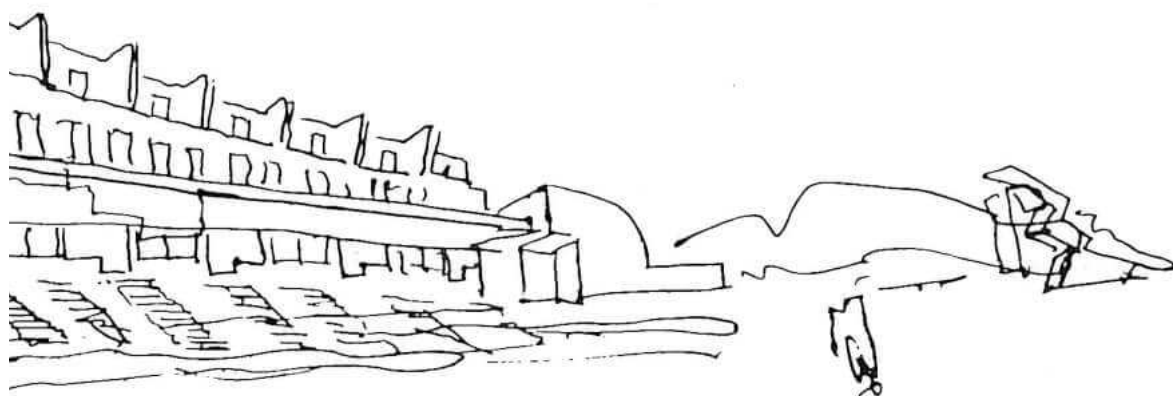


Fig. 27 Desenho do Bairro da Bouça. Autor: Álvaro Siza.



Fig. 28 Fotografia do “exterior” dentro das ilhas.
Autor: desconhecido.



Fig. 29 Fotografia do interior de uma habitação de
uma ilha. Autor: desconhecido.

1.3 Existência nos Bairros

Ilhas proletárias no Porto

A criação da classe operária no período da revolução industrial, nos primórdios século XX numa época marcada pelo aumento exponencial da população e ao seu trabalho nas novas indústrias culminou numa sibilotação no número de pessoas a viver na cidade. Deste modo, emerge a necessidade de alojar um cada vez maior número residentes nas grandes cidades ou nos locais em torno das áreas industriais, culminando no aparecimento de “ilhas”. (Teotónio Pereira, 1996a; (Teotónio Pereira, 1996b))

Caraterizadas pela sua exiguidade e insalubridade do espaço, sem as dimensões mínimas legais, normalmente constituídas apenas por três divisões, e em que apenas uma delas tinha acesso a ventilação e a iluminação, e onde as casas de banho se situavam no exterior, partilhadas por todos os moradores. As ilhas localizavam-se na parte de trás das casas burguesas, e o único contato com a rua era o ponto de acesso às mesmas, as condições precárias em que viviam resultou em problemas sociais e de higiene pública pelo seu aparecimento sem qualquer tipo de regras específicas e de um modo aleatório. (Fonseca, 2005; Gaspar Tavares, 2015)

Habitações económicas

Como tentativa de solucionar o problema da falta de habitação e das condições mórbidas surgiram as primeiras intervenções do estado, o ‘Plano de Salubridação das ilhas do Porto’, seguido pelo ‘Plano de Melhoramentos’ da cidade, implementado em 1956. O estado criou um novo modelo de habitação para os operários, o bairro de casas económicas. O objetivo era realocar os moradores das ilhas para bairros sociais na periferia da cidade, garantindo-lhes condições mínimas de habitação e agregar, assim, várias famílias no mesmo edifício vivendo em comunidade com as mesmas condições de alojamentos.

O governo assume a responsabilidade principal pela construção de habitação social, o que leva à criação de legislação específica, à fundação de entidades como a Caixa de Providência e ao lançamento de programas habitacionais, como o Programa das Casas Económicas (1933) e o Programa das Casas Desmontáveis (1938) destinados a populações mais carenciadas que foram afetadas por processos de demolição. A iniciativa resultou na construção de conjuntos habitacionais temporários. (Agarez et al., 2018)



Fig. 30 Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939 (CML, 1938 -1939). Autor: desconhecido.



Fig. 31 Bairro das Estacas, Ruy Jervis d'Athouguia, Sebastião Formosinho Sanchez (1949-1958) Autor: desconhecido.



Fig. 32 Bairro de Ramalde, Fernando Távora, 1952-1960 Autor: desconhecido.

O objetivo seria o de construir um grande número de habitações levando em consideração dois fatores opostos: maximizar a economia sem comprometer a qualidade técnica da construção. A opção por edifícios altos foi justificada por três razões: economizar no custo do terreno, reduzir as despesas de urbanização e diminuir os custos de construção. Assim, as construções cumpriam as áreas mínimas e as plantas eram desenhadas segundo uma simetria esquerdo/direito, com tipologias desde um quarto, até quatro quartos e tinham como acessos as escadarias abertas e galerias de acessos às habitações. (Dias Ferreira, 2017)

A varanda nos Bairros sociais

A varanda praticamente ficou ausente nestes projetos de habitação económica, para a redução de custos dos blocos de habitação e, consequentemente da ornamentação, tiveram que excluir todas as saliências das fachadas (não foi permitido que os moradores tivessem o contacto com o exterior através da varanda). Mais tarde diante da falha em implementar soluções eficazes nos planos anteriores, o Plano de Melhoramentos definiu medidas concretas para alcançar resultados mais eficientes, para além do programa da casa sofrer alterações os espaços exteriores associados às habitações passaram a ser valorizados e introduzidos de forma sistemática.

Como exemplo os arquitetos que projetaram a varanda no bairro, o arquiteto Ruy Jervis d'Athouguia no Bairro das Estacas em 1949 (fig.31) e o arquiteto Fernando Távora no Bairro de Ramalde em 1952 (fig.32). Ambos favorecem e projetam a varanda com boas áreas, ao invés do caso de estudo, o Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil onde o elemento varanda está representado na fachada mas não é funcional para as diferentes atividades que a varanda proporciona, devido ao seu tamanho. Cada habitação deveria ter este espaço exterior privado que a varanda possibilita, e a luta pelo direito ao contacto com o exterior, especialmente, o direito à varanda, torna-se mais agora mais forte. Desta forma, a corrente marcante de pensamento, à época, influenciou significativamente grande parte das construções de habitação plurifamiliar nas décadas de 50, 60 e até 70, culminando em que a varanda se tornasse indispensável no programa da casa. (Dias Ferreira, 2017; Rodrigues Casanova da Silva, sem data)

Atualmente, as intervenções levadas a cabo em bairros resultou no encerramento de um grande número de varandas e a sua substituição apenas pela abertura de



Fig. 33 Olivais-Sul, Casas de Renda Económica
Nuno Leotónio Pereira Foto vivência das galerias.



Fig. 34 Galeria no 3º piso. Autor: desconhecido.

janelas como solução de ganhar mais área útil no interior das habitações. Nos bairros que ainda não sofreram nenhuma reabilitação vemos (alguns) casos em que são os próprios moradores que encerram este espaço, expandindo assim o interior da habitação, sem qualquer preocupação da alteração da imagem original do bairro.

A galeria nos Bairros sociais

A maioria dos blocos tem a galeria como forma de acesso às diferentes habitações, estes acessos dão-se por vãos de escadas que levam aos espaço de circulação exteriores, um corredor contínuo que representa um menor custo económico face ao construir diferentes acessos para cada habitação. A galeria, para além da sua funcionalidade serve também como espaço de convívio e de socialização entre os moradores, representa um papel preponderante na vida do coletivo, adquirindo assim um valor simbólico entre os habitantes, funciona como uma “segunda rua”, um espaço de convivência e de vizinhança. (Gaspar Tavares, 2015)

No presente e na sua maioria as reabilitações dos bairros sociais, devido às necessidade de melhoramento no conforto térmico e da eficiência energética e, como solução de resolver as alterações que foram feitas pelos moradores sem qualquer planeamento prévio nas zona de circulação, encerraram todos o espaços de zonas comuns, como caixas de escada, galerias e zonas de entrada. O problema que encontramos associados a este tipo de intervenção, é que modifica a imagem do bairro, como por exemplo o Bairro S.Vicente de Paulo. Com o encerramento das galerias, o contacto com o exterior e a sensação de rua que a galeria proporcionava deixa de existir. No segundo capítulo desta dissertação aborda-se esta problemática e as intervenções que fizeram na varanda e na galeria.

CAPÍTULO 2

A REABILITAÇÃO DOS BAIRROS



Fig. 35 O Bairro Rainha D.Leonor. Autor: desconhecido.

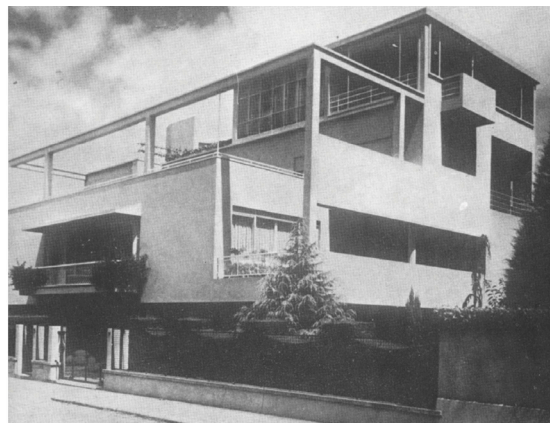


Fig. 36 Moradia Honório de Lima, Viana de Lima construída em 1943 Autor: desconhecido.

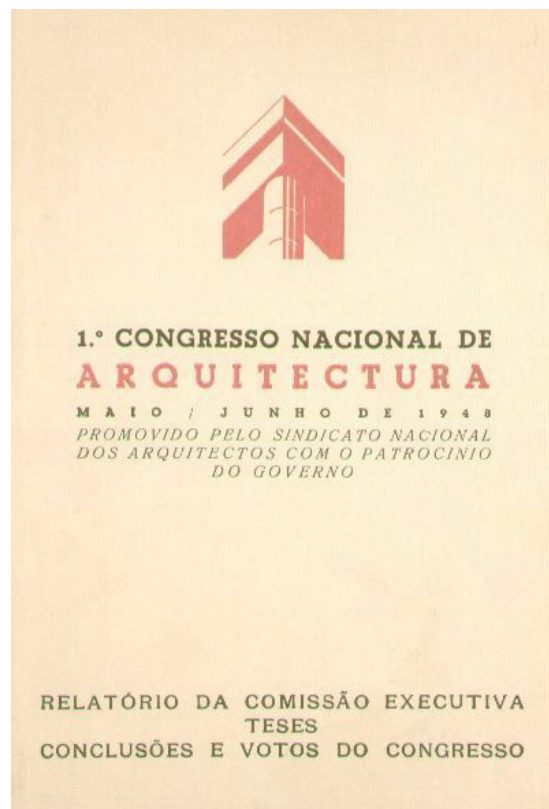


Fig. 37 1º Congresso Nacional de Arquitetura, 1948.

2.1 O Bairro enquanto Património

2.1.1 Enquadramento - Movimento moderno em Portugal

A origem da arquitetura moderna, na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorre do movimento reacionário de mudanças culturais e tecnológicas que se opõem ao estilo tradicionalista e aos movimentos arquitetónicos conservadores. Desta forma, era pretendida a criação de uma nova linguagem arquitetónica com novas formas de pensar a estrutura e a organização da sociedade. Em Portugal, o movimento moderno surge no início do século XX mas é condicionado e moldado pelos fatores contextuais históricos. Consequentemente, o movimento revolucionário moderno, a partir da década trinta, introduziu novos princípios de influência internacional, foi inaugurada uma nova fase da arquitetura portuguesa. O modernismo criou um impacto social ao repensar o espaço urbano e a habitação, com a aplicação de novas técnicas construtivas, formas e funções. (Dias Siza Vieira, 2022)

O movimento moderno questionou o conceito de habitação unifamiliar e o seu ideal de casa de família,

“A imagem da casa unifamiliar corresponde a um ideal que comporta um desejo de protecção e isolamento, a uma necessidade de identificação e de afirmação de si, a uma necessidade de contacto com a Natureza, em síntese, uma exigência de isolamento. Um tipo de atitude mágica e o triunfo do isolamento individualista ganham a dimensão de um mito.” (José Cavaleiro Rodrigues, 2001, p.13).

Desta forma, o movimento moderno contrapôs a visão vigente até então ao introduzir o conceito de - habitação plurifamiliar como o único modelo capaz de resolver o problema da habitação, uma solução mais eficiente e alinhada com o progresso urbano. (Portas, 2008)

Ainda, a resolução da temática associada aos desígnios da habitação, e da necessidade de construção de mais habitações, impulsionou o desenvolvimento de novos materiais e de novas técnicas construtivas. A importância associada ao Movimento Moderno, para além da resposta ao surgimento de uma classe social com diferentes modos de vida e práticas quotidianas, concidiu na necessidade

do pensamento em novas formas de edificar aquilo que havia sido destruído nas Grandes Guerras. Assim, iniciou-se a técnica de introdução do betão armado na estrutura de modo a destacar a simetria, a simplicidade e a clareza das mesmas, também a telha e o fibrocimento foi introduzido nas coberturas por forma a tornar económico. Técnicas como a aplicação de vidro e o do aço foram amplamente utilizadas para criar interiores mais iluminados e ventilados, a utilização de madeira assumiu uma estrutura minimalista e sofisticada no interior da habitação, e ainda outros materiais que foram adaptados aos ideais de pensamento do movimento. Os arquitetos relacionados com o movimento moderno tinham como objetivo atingir avanços construtivos, espaciais, conceptuais, mas sobretudo sociais ao desenharem com linhas retas que remetem e transportam para a simplicidade das formas, para funcionalidade dos espaços, para a grande iluminação e ventilação naturais. Em suma, ao unir a relação entre o exterior, interior e a planta livre. ((de Deus Paulino, 2014, Dias Siza Vieira, 2022, Fonseca, 2005)

Movimento moderno / Estado Novo

Conquanto da vontade de redefinir o pensamento e estrutura da arquitectura em Portugal, esta seria controlada pelo regime ditatorial Salazarista do Estado Novo. Neste período restringiram-se as liberdade criativa também nas construções Portuguesas, de forma a criar um estilo arquitetónico “genuinamente Português” em que se pretendia associar o estilo a uma imagem de poder e glória lusitânia. Sob comando de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara de Lisboa, o governo investiu fortemente em obras públicas ao adotar elementos modernistas, racionalistas e internacionalista, mas moldando-os aos desígnios da autoridade e do progresso do Estado Novo. (Dias Siza Vieira, 2022; Mattoso, 1994)

No período pós-guerra a resistências às imposições estilísticas do regime de Salazar intensificou-se, vários arquitetos opuseram-se ao estilo português suave. Nasceu, em Lisboa, o grupo - Iniciativas Culturais de Arte e Técnica (ICAT) fundado em 1947 sob a liderança de Keil do Amaral e simultaneamente no Porto, o grupo - Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM) composto por 36 arquitetos, alguns ligados à Escola de Belas Artes do Porto, como Fernando Távora, Viana de Lima, José Carlos Loureiro, Arménio Losa, Mário Bonito e Agostinho Ricca. Os autores procuravam distanciar as tradições impostas pelo

regime ao criar novas soluções arquitetónicas, mais progressistas e adaptadas aos problemas sociais e reais da época.

Assim, os dois grupos foram fundamentais na divulgação e na promoção do modernismo em Portugal, apresentaram uma mudança na forma de entender a arquitetura pelo contributo que aportaram à sua evolução no contexto do moderno.

Em 1948, entre 28 de Maio e 4 de Junho, é realizado o primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, apoiado pelo regime com pretensa de exaltar o Estado Novo e as obras públicas por este promovidas. No congresso são discutidos o papel do arquiteto, assim como, a Carta de Atenas e a máquina de habitar de Le Corbusier, vistos como possíveis soluções para os problemas sociais e da habitação existentes. O grupo ODAM defendera a arquitetura fundamentada nos princípios da Carta de Atenas, procurando resolver as questões sociais e o acesso à habitação, criticando assim o estilo tradicionalista imposto pelo Estado Novo, ainda que tenha sido rejeitado pelos grupos que compunham o congresso. (Roque Oliveira, 2012).

Atualmente os resquícios da arquitetura tradicional que caracterizou o Estado Novo foram ofuscados pelos avanços do pensamento modernista, através de obras que seguiram os ideais defendidos na Carta de Atenas. Edifícios que outora serviram propósitos do anterior regime foram transformados para criar novas soluções de habitação e fazer face ao crescimento populacional e às condições precárias das habitações existentes. No Porto destacaram-se várias obras de habitação coletiva do Movimento Moderno, tais como o Bloco da Carvalhosa (1945), projetado por Arménio Losa e Cassiano Barbosa, o Edifício do Ouro (1951) de Mário Bonito, o Bloco Costa Cabral (1953) de autoria de Viana de Lima e o Edifício Parnaso (1954) de José Carlos Loureiro. (Dias Siza Vieira, 2022)

Surge, em 1946, na sequência do Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946, o programa de Habitação Económica da Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP). O seu principal objetivo é o de orientar os capitais da previdência, por forma a resolver o problema da habitação em Portugal. Ademais, como havia sido discutido no primeiro Congresso de Arquitetura de 1948, a resolução do problema seria solucionada pela construção de habitações económicas em altura. As HE-FCP promoviam a construção de grandes agrupamentos de habitações por



Fig. 38 Fotografia das varandas do Bloco de Duque de Saldanha, 1937-39. Autor: Inês Sofia Pereira e Inês Dias.



Fig. 39 Fotografia das galeria do Bloco de Duque de Saldanha, 1937-39. Autor: Inês Sofia Pereira e Inês Dias.

Bloco de Duque de Saldanha

Em 1940, segundo a Domus Social, nasceu o bairro mais antigo construído num formato de habitação coletiva, pela Câmara Municipal do Porto, como resposta ao problema da habitação na cidade. Na Fig1 retrata-se a dificuldade de usufruir da varanda devido à sua pequena área. Na fig2, a apropriação da galeria para diversos usos, como o estender a roupa e atualmente o fechamento deste elemento prejudicando assim a imagem do Bairro. Na fig3, está representado um dos módulos existentes no edifício com áreas mínimas e sem corredores. A azul a marcação da galeria e a laranja a da varanda, 1- Cozinha/Sala de jantar/ Sala de estar, 2- Instalações sanitárias, 3- Quartos e 4- Arrumos.

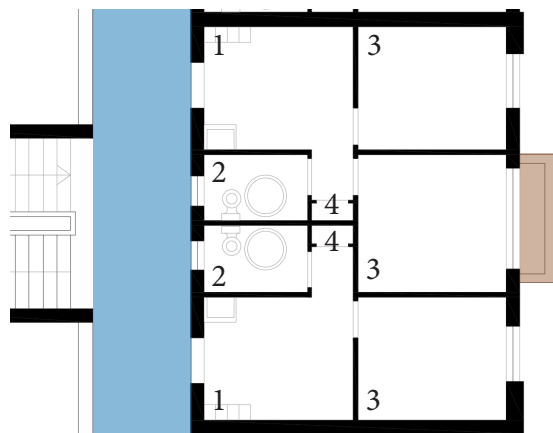


Fig. 40 Módulo tipo T1 e T2, do Bloco de Duque de Saldanha, 1937-39. Adaptado: (Monteiro de Araújo, 2021)

todo o país, de forma a dar acesso à habitação aqueles que trabalhavam para a previdência social. Pretendiam acima de tudo estudar os modos de habitar e as necessidades das pessoas em diferentes casos e criar novas metodologias reajustadas a novos modos de vida. (Teotónio Pereira, 1969b) As HE-FCP contribuíram para a expansão do movimento moderno no contexto nacional com a entrada de uma geração de arquitetos que contribuiu para o progresso da arquitetura portuguesa. Nasceram vários modelos de habitação associados a este programa, onde se testaram

“novos modelos de habitar o espaço, tanto ao nível da implantação dos conjuntos habitacionais no meio urbano, como também, ao nível de organização espacial do interior de cada habitação” (Roque Oliveira, 2012)

Deste modo, a conceção dos novos edifícios dependia da adaptação às estratégias de implantação e métodos construtivos tradicionais locais, para otimizar a relação entre o custo global e o número total de habitações. Mais ainda, nas paredes exteriores eram utilizados o tijolo e o perpiano de granito, o tijolo para preencher os vazios e as estruturas reticulares de betão armado permitindo, assim, uma execução mais rápida. (Gonçalves Pereira, 2011)

A escolha por edifícios altos foi justificada por três fatores: i) economizar no custo do terreno, ii) reduzir as despesas de urbanização, iii) diminuir os custos de construção. Logo, as habitações tinham que cumprir áreas mínimas e as plantas desenhadas de forma simétrica, as suas tipologias variavam de um, até quatro, quartos sem corredores de acesso aos diferentes programas. O caso de estudo - o Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil - é um exemplo de construção em que a utilização da casa de banho carece de zona de circulação, este acesso ocorre pela zona da cozinha.

Como foi mencionado no 1º Capítulo, a galeria e a varanda foram elementos integrantes destes conjuntos habitacionais. A galeria servia de acesso às habitações por permitir que a construção de edifícios, ocorra em vários pisos, com várias habitações por cada andar e servindo de distribuição para cada fogo. Assim, o elemento consegue de forma económica e racional o acesso a todas as habitações.

A varanda, por sua vez, foi surgindo em alguns projetos de habitação plurifamiliar,



Fig. 41 Bloco de Habitação Coletiva “Ouro”, projetado por Mário Bonito (1951, Porto). Autor: Miguel Ribeiro.

normalmente associados às zonas de serviço (e.g. como a cozinha) mas sempre com pequenas áreas (como é possível de analisar no caso de estudo - O Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil), o único espaço exterior privado das habitações são um pequeno quadrado com menos de um metro de largura e de comprimento. Consequentemente, as áreas mínimas da habitação e do espaço da varanda originaram a apropriação, por parte dos moradores, das áreas de galeria como zona de armazenamento, tratamento de roupa e lazer (Fig.39).

2.1.2 Património Moderno em Portugal

As ideias sobre o Património e como intervir sobre este alterou-se ao longo dos anos. Nas últimas décadas o património cultural arquitetónico do século XX expande, nomeadamente para a arquitetura do Movimento Moderno, transpondo-se, pelo pensamento dos seus arquitetos, desenhando novos patamares de avanços sociais, construtivos, espaciais e conceptuais gerando uma urgência em conservar e salvaguardar o legado moderno. Em Portugal o património moderno do século XX tem perdido os seus valores históricos, principalmente pela desvalorização e falta de reconhecimento. Assim, os edifícios mostram degradação física exacerbada por intervenções inadequadas que não captaram a essência e alma do movimento. (Dias Siza Vieira, 2022)

Nos inícios do século XX a preservação do património focou-se em monumentos históricos, religiosos e artísticos. Posteriormente, na segunda metade do século XX e especialmente com o fortalecimento do Movimento Moderno, passaram a incluir também a arquitetura moderna. O conceito de património origina um sentimento de pertença, representa valores e identidade para diferentes populações, o património é um reflexo do caminho e das vivências de uma comunidade e associa-se a valores do passado, quer sejam culturais, sociais ou históricos, sejam eles imateriais, como tradições e costumes. Assim, a ligação ao passado e, do que foi feito, permite a continuidade e a valorização da identidade cultural ao longo do tempo, pois cada comunidade tenta preservar essa herança.

“(...) um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes



Fig. 42 Fotografias do edifício Faculdade de Ecónomia do Porto. Autor: desconhecido.



Fig. 43 e 44 Fotografias do edifício Bloco Costa Cabral. Autor: desconhecido.

e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.” (Choay, 2010, p.11).

A arquitetura moderna surge de um contexto de mudanças que marcaram um novo período socioeconómico, político e cultural, alicerçado por inovações tecnológicas, crescimento urbano, industrialização e novas formas de pensar, também a arquitetura, para atender às necessidades e responder aos problemas do caótico século XX. Apesar da influência nas características universais, materiais e princípios comuns de construção, a arquitetura moderna expressa uma variedade de manifestações, que devem ser levadas em conta, e atualmente fazem parte do nosso património, é, portanto, necessário preservar a cultura para as próximas gerações. Desta forma, o reconhecimento do valor cultural deste património, o funcionalismo e a simplicidade, as linhas retas e minimalistas, os novos materiais, os interiores mais iluminados e ventilados, o racionalismo na organização dos espaços, é um processo para a sua proteção e salvaguarda. (Dias Siza Vieira, 2022)

Em oposição, Portugal observa uma progressiva descaraterização e destruição do património moderno. A degradação física ocorre com mais frequência em habitações coletivas porque envolve áreas de uso privado de responsabilidade individual, ao contrário dos equipamentos públicos, que são da responsabilidade institucional pública. Ainda assim, existem também casos de degradação e mau funcionamento, como a Faculdade de Economia do Porto (1953), projetada por Viana de Lima. (Fig.41)

Nas habitações coletivas, o estado de conservação dos edifícios varia em resultados, seja pela falta de manutenção e desgaste dos materiais, ou pelas mudanças e formas de uso dos seus proprietários. Assim, ao adaptarem e atuarem com pequenas intervenções espúrias que danificam a imagem global do edifício, porque são feitas de forma individual, para resolverem problemas próprios sem preocupação com o todo.

A maioria das degradações que se encontram nas habitações plurifamiliares ocorrem no exterior destes edifícios, nos materiais da fachada e da cobertura - tais como caixilharia, varandas, guardas, sistema de drenagem, madeiras, entre outros elementos que acabam por serem danificados pela falta de conservação e de reabilitação. Ainda mais, nas zonas comuns das habitações também é possível

ver a falta de manutenção, tal como nos acessos ao edifício, caixas de escadas e galerias .

No Porto o Bloco Costa Cabral apresenta problemas nas infraestruturas de drenagem residual e pluvial com o abastecimento de água nas habitações superiores, torna-se visível a presença da água nas zonas comuns exteriores do edifício e nas casas de banho o que acabou por danificar as suas estruturas. (Fonseca, 2005)

A problemática nas habitações, que não foram sujeitas a modificações, é de que mostram a necessidade das mesmas para melhorar a sua imagem, pelo desgaste e envelhecimento dos materiais, mas também para a sua atualização. Contrariamente, aquelas que foram sujeitas a modificações acabaram por perder os seus valores devido à falta de cuidado em manter a sua identidade e o seu carácter.

Habitação financiada pelo Estado

Os problemas estruturais são patentes na habitação financiada pelo Estado, refletindo-se na degradação das condições físicas dos edifícios, principalmente nas áreas comuns e nos seus espaços envolventes. A falta de suporte social e económico para a gestão e manutenção destes edifícios agrava a degradação e a descarateriza o património, mais importante será que afeta o funcionamento das fachadas, das caixilharias e das coberturas. Assim, condicionam infraestruturas sem as quais a vida de quem vive nas habitações é prejudicada. (Dias Siza Vieira, 2022)

Por conseguinte, o problema intensifica-se em imóveis de propriedade privada, das quais o seu proprietário tem responsabilidade pela manutenção e intervenção, tal como acontece no - Bairro de Ramalde, e no Bairro das Estacas. Se os proprietários não atuarem sobre os problemas mais ninguém o fará, o que leva ao aparecimento de anomalias causadas pelo envelhecimento e desgaste e à perda da identidade da edificação.

Também, a falta de classificação e de regulamentação que procure salvaguardar e preservar o património moderno leva à sua destruição. Os habitantes dos bairros não dispõem de condições para manter o bom estado e conservar a sua imagem, sendo necessário agir mesmo nas casas privadas inseridas no conjunto habitacional por forma a manter a imagem projetada e o carácter do bairro de

forma única e igualitária. Contemporaneamente, permitem intervenções que com frequência desrespeitam as características originais e demonstram a falta de reconhecimento da sua importância na sociedade.

2.1.3 Intervenção no Património da Habitação Moderna

(...) património é tanto a obra de arte, a ruína, o objeto-construção, a arquitetura de um edifício (o monumento clássico), como o lugar-ambiente, os núcleos urbanos a que(mal) chamamos centros históricos, ou seja, a cidade antiga e a cidade consolidada. É património o território e a paisagem humanizada, enquanto arquiteturas de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas por (e portadoras dos valores dos) homens. É também património (intangível) o saber que permitiu projetar, construir, manter ou alterar. (Brito e Silva, 2014, p.9)

A intervenção no património exige uma série de diferentes abordagens como - a preservação, a reabilitação, a recuperação, a requalificação, a conservação e o restauro que diferem da construção de algo novo. Assim, em novas edificações torna-se menor a escala necessária de compreensão sobre o impacto que as ações evidenciarão no projeto, visto que é novo. Ao invés, intervir no que já existe requer a capacidade de compreensão sobre o que existe. A terminologia referida é utilizada para diferenciar os tipos de intervenção necessários do edifício, de forma a melhorar o seu desempenho e garantir assim, a preservação dos valores existentes.

A preservação do património exige um esforço conjunto, não apenas conhecimentos históricos, técnicos e metodológicos, mas implica, ainda, a colaboração de profissionais de diferentes disciplinas por forma a conseguir uma análise e atuação aprofundada do mesmo. (Estevão, 2019)

Independentemente da intervenção, seja ela, transformar, revitalizar ou recuperar o património será sempre fundamental que exista de forma equilibrada para que traga nova vida ao que se perdeu, reequilibrar o que se alterou e devolver a sua identidade. Assim, os processo devem garantir a continuidade do património existente para que as gerações vindouras usufruam e salvaguardem os seus apontamentos. Em suma, torna-se primordial compreender as definições e as diferenças dos termos i) restauro, ii) conservação, iii) recuperação

e iv) reabilitação, termos que refletem as diferentes estratégias de intervenção:

- i) RESTAURO, consiste em recuperar um objeto ou partes dele, baseado nos materiais originais e documentos autênticos, tendo em consideração a sua antiguidade e o estado de degradação, preservando fielmente a sua identidade original. De acordo com a Carta de Veneza (1964) o restauro “destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pela antiguidade e autenticidade” (Gazzola et al., 1964). Além mais, é, sempre, fundamentado num estudo detalhado arqueológico e histórico do objeto em questão.

No caso dos edifícios, o restauro implica a reparação e preservação dos elementos que a compõem a sua identidade física e cultural, como paredes, caixilhos, portas, coberturas. Por fim, o restauro representa o processo metodológico do reconhecimento da obra de arte, reconhecendo como objeto físico de valor histórico e artístico cujo objetivo é assegurar a sua preservação para as gerações futuras. (Dias Siza Vieira, 2022; Estevão, 2019)

- ii) CONSERVAÇÃO, de acordo com a Carta de Cracóvio (Melucco et al., 2000) a conservação refere-se às diferentes atitudes que a comunidade executa por forma a garantir a continuidade do património e dos seus monumentos, e à importância de cuidados permanentes que preservem os valores históricos, como a manutenção, a classificação e a definição de critérios de proteção. Assim, de igual modo como o restauro deve respeitar o seu significado cultural e reconhecer os seus valores associados fazendo parte destes valores a honestidade, integridade e clareza, essenciais para a conservação e integridade associados à imagem do património.

(Urzal Magalhães, 2017)

A conservação do património moderno depende da capacidade da sociedade de valorizar e compreender os valores que este representa, tem como objetivo o prolongamento da vida do nosso património. (Estevão, 2019)

iii) RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO abrange um conceito mais amplo que envolve o restabelecimento total, ou parcial, das características originais do património. Desta forma, o conceito funde-se nos casos de grave deterioração ou ruína por residir no seu objetivo ações que procuram reaver a funcionalidade de uma estrutura, utilizando métodos de restauro e de reabilitação, a partir da reconstrução fiel ou uma adaptação do objeto arquitetónico. Em suma, a

reconstrução difere do restauro pois envolve a introdução de novos materiais onde ocorreram danos ou perdas, preservando sempre o património sobrevivente. (Dias Siza Vieira, 2022; Estevão, 2019)

iv) A REABILITAÇÃO, segundo Abreu e Lucas (2003) é simplesmente a “intervenção destinada a proporcionar desempenho compatível com exigências ou condicionalismos actuais”. O conceito de reabilitação, introduzido no debate sobre a conservação patrimonial em 1968 e consolidado na Declaração de Amesterdão em 1975, tem como objetivo recuperar a funcionalidade e o desempenho dos edifícios enquanto preserva o seu significado cultural e os seus valores arquitetónicos. Ainda, é o processo que inclui adaptações estruturais, programáticas, construtivas e infraestruturais para atender às necessidades contemporâneas sem comprometer a identidade do património.

Concluindo, a reabilitação envolve técnicas de restauro, conservação e requalificação, evitando demolições desnecessárias e promovendo a sustentabilidade pela revitalização de construções antigas para novos usos. (Estevão, 2019)

Critérios Gerais e metodologia na Intervenção no Património da Arquitetura Moderna

As ações utilizadas na resolução de problemas como a degradação, as condições inadequadas e a perda de identidade do património moderno devem ser adaptáveis às diferentes técnicas de intervenção - como o restauro, a conservação, a recuperação, a reabilitação e ampliação. Ainda, a constante evolução das práticas e as transformações que o património acarreta pressupõem medidas, utilizadas para intervir no património, em que não é possível estabelecer critérios específicos para cada situação.

No entanto, as Cartas Internacionais, como a Carta de Atenas, a Carta de Veneza, Documento de Nara sobre a Autenticidade, o Documento de Madrid - Critérios para a conservação do património do século XX, discutido na conferência internacional “Critérios de Intervenção para o Património Arquitetónico do Século XX - CAH 20thC”, realizada a 16 de Junho de 2011, fornecem orientações estáveis e consolidadas para guiar as intervenções realizadas na persecução de resolver os problemas do objeto alvo de intervenção. Apesar de que, a aplicação dessas normas depende da complexidade do projeto e do grau de proteção do património de cada caso específico, permitindo assim a flexibilidade regulamentar.

O Documento de Madrid revela um papel fundamental na valorização, compreensão e proteção do património arquitetónico do século XX e centra-se exclusivamente na conservação do património da arquitetura moderna através de estratégias que garantem a preservação deste património em gerações futuras. O documento (Madrid) foi fundamental na transformação da visão sobre a conservação do património moderno ao contribuir para o tratamento adequado e respeitoso deste período do património, incentivando diferentes estratégias de reutilização ou de melhorar a funcionalidade do edifício, de forma a salvaguardar o património. Mais, de acordo com o documento, grande parte do património do século XX está “em risco devido à falta de apreciação e manutenção. (...) Trata-se de um património vivo que é essencial entender, definir, interpretar e gerir adequadamente para as gerações futuras.” (ICOMOS, 2011: 2). Por fim, o documento reforça também a importância de -

“estabelecer um plano para a manutenção preventiva regular (...). Uma manutenção contínua e adequada e a realização de inspeções periódicas são, conseqüentemente, as melhores medidas de conservação do património arquitectónico, e reduzem os custos de reparação a longo prazo” (ICOMOS, 2011).

Neste contexto, depois de analisar e reconhecer os valores associados ao património, é fundamental definir os critérios gerais que devem ser considerados nas intervenções necessárias, tais como:

- a) Identificar e avaliar o significado cultural.
 - b) Aplicar uma metodologia de planeamento da conservação apropriada.
 - c) Investigação sobre aspetos técnicos do património arquitetónico do século XX.
 - d) Reconhecer e gerir as constantes pressões a favor da mudança.
 - e) Gerir mudanças com sensibilidade.
 - f) Assegurar uma abordagem respeitadora às ampliações e intervenções.
 - g) Respeitar a Autenticidade e a Integridade do bem.
 - h) Considerar a sustentabilidade ambiental.
 - i) Promover e celebrar o património arquitetónico do século XX com a comunidade.
- (Dias Siza Vieira, 2022)

Um exemplo de reconhecimento do valor cultural, foi a criação da organização Documentação e Conservação do Movimento Moderno (DOCOMOMO) fundada pelos arquitetos Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge. A mesma desempenha um papel fundamental na promoção, na preservação e na documentação da arquitetura do movimento moderno. Ainda, a DOCOMOMO tem parcerias com instituições globais, como, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), a União Internacional dos Arquitetos (UAI) e o Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH).

Em 2011, com a organização da DOCOMOMO, em parceria com o comité científico internacional do património do século XX da International Scientific Committee on Twentieth Century Heritage (ICOMOS- ISC20C) realizou uma conferência internacional sobre os critérios de Intervenção no Património do século XX. O evento procurou destacar a importância e o valor do património moderno e lançar a discussão sobre “aspectos de identificação, preservação, proteção, intervenção e gestão relacionada a este importante património” («APPROACHES FOR THE CONSERVATION OF TWENTIETH-CENTURY ARCHITECTURAL HERITAGE, MADRID DOCUMENT 2011», 2011). Deste modo, foram abordados também os riscos que ameaçam a arquitetura moderna e a necessidade da atualização dos critérios de intervenção.

Apesar dos avanços e da influência dos trabalhos, descritos, que a organização DOCOMOMO realiza juntamente com outras entidades na divulgação da importância histórica do património moderno, subsistem muitos edifícios modernos sem proteção adequada, expostos a intervenções invasivas e à sua deterioração. De igual modo evidenciam a necessidade de medidas mais eficazes para garantir a sua preservação e os seus valores pela salvaguarda dos critérios elencados.



Fig. 45 Remoção de coberturas em fibrocimento contendo amianto.
Autor: desconhecido.

2.2 Reabilitação

2.2.1 Intervenção no Património da Habitação Plurifamiliar Moderna em Portugal

A conservação e preservação do património habitacional plurifamiliar moderno em Portugal, especialmente dos casos financiados pelos estado, devem ser baseados em princípios claros de salvaguarda e preservação, sempre fundamentados por análises e diagnósticos detalhados. Além mais, as intervenções devem procurar formas de incentivar a conservação e garantir que as estratégias aplicadas na intervenção sejam adequadas às necessidades e às características específicas de cada edifício.

Por conseguinte, uma grande parte do património edificado em Portugal, com ênfase nas construções de habitação plurifamiliar, necessitam de intervenções significativas com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade. Em primeiro a construção destes edifícios realizaram-se numa época onde não existiam regulamentos específicos sobre o desempenho térmico, o que justifica a má qualidade térmica e energética (Pereira, 2010).

Em segundo, a estratégia de intervenção adotada nos casos de reabilitação de bairros de interesse social tocou principalmente em melhorar o sistema das fachadas e das coberturas, reabilitar as circulações comuns do edifício e, em alguns casos, intervir no espaço exterior do bairro. Ainda, a reabilitação envolve diversas abordagens que procuram resolver os problemas a passo que melhora o desempenho do edifício, como - o reforço estrutural, o controlo das infiltrações, das humidades, a melhorias no isolamento térmico, a modernização das infraestruturas, o restauro dos materiais degradados aos bairros de habitação plurifamiliar. (Pimentel Marques, 2019) Ainda que, as áreas mínimas das habitações sociais não tenham se regem estabelecidas pela Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) são escassos os casos de reabilitação conduzidos nos bairros que viram intervenções no seu interior. Deste modo, as habitações plurifamiliares encontram-se com áreas mínimas e sem soluções de espaço no interior, como mau isolamento térmico, resultando num descontentamento nos seus habitantes que carecem de meios financeiros para alterar e melhorar as condições da habitação e da sua envolvente. Assim, nos casos em que existiu possibilidade de reabilitação os métodos a serem aplicados na resolução de problemáticas são:

- O Reforço estrutural: A reabilitação de estruturas antigas envolve a aplicação de medidas que garantem a estabilidade e o prolongamento da vida útil do edifício. No caso das estruturas modernas de betão os problemas geralmente são menos graves, sendo apenas necessário ações preventivas para evitar futuros danos. Nas estruturas de pedra algumas das técnicas utilizadas como o encamisamento, dos pilares/fundações, as injeções de caldas/resinas, e a aplicação de pré-reforço nos espaços vazios de pedra (quando necessário) para a reposição de elementos estruturais ausentes. (Dias Siza Vieira, 2022)

- As Coberturas: Caracterizam-se como uma das áreas mais problemáticas nos edifícios modernos. A sua construção utilizou telha ou fibrocimento, ambas frequentemente, apresentam degradação avançada dos materiais e dos seus componentes. Ainda, os sistema de drenagem apresentam falhas que promovem problemas de humidade e infiltrações no interior das habitações. Também, a reabilitação das coberturas tem sido fundamental nas intervenções, os sistema de impermeabilização, de drenagem e alteração dos materiais transforma a imagem do projeto. Assim, será necessário indagar sobre os componentes que existem na cobertura e o no desenho original do projeto por forma a reabilitar e intervir com soluções como a integração de isolamento térmico e o reforço da impermeabilização de modo a que aumente a durabilidade e a resistência às condições externas, contribuindo para o bem estar dos habitantes. (Dias Siza Vieira, 2022)

- As Paredes exteriores: Configuram um dos nas elementos mais problemáticos nas habitações e relacionam-se com as condição térmica do edifício. As paredes permitem infiltrações e a acumulação de humidade que derivam, sistematicamente, da falta de manutenção e ao consequente envelhecimento e degradação do edifício. Mais ainda, muitos dos materiais utilizados nos casos de habitação moderna revelam pouca resistência à erosão do ambiente, e no caso das estruturas em betão é necessário, com regularidade, um reforço impermeabilizante de forma a melhorar o seu comportamento térmico. (Dias Siza Vieira, 2022)

- O Sistema de Caixilharias: Fundamental pelo sua função na prevenção e resguardo das condições do meio envolvente, mas que devido ao seu desgaste e à sua desatualização acarreta dificuldades nas infiltrações, na humidade e na baixa resistência térmica, proporcionado ainda casos na dificuldade no funcionamento

do sistema de abertura. (Dias Siza Vieira, 2022)

O problema da substituição do sistema de caixilharia é na maioria dos casos o de alterar a imagem do bairro, modificar as fachadas e o seu desenho original. Assim, sempre que for possível manter a estrutura e o material original existem soluções que mitigam o problema, como são exemplos os caixilhos de vidro duplo, a adição de outro caixilho no interior (ou até mesmo substituir o modelo do caixilho por um mais recente com diferentes materiais) preservando o construto original.

- Interior: Na generalidade de construção bairrista as áreas são diminutas e frequentemente sem as devidas condições de habitabilidade. As casas de banho muito reduzidas, as cozinhas sem espaço para eletrodomésticos ou sem zona para colocar uma máquina de lavar a roupa. Assim, as soluções de intervenção passam por alinhar o programa, a reorganização interna, a tipologia e a disposição dos equipamentos conforme às necessidades atuais. Ainda, a instalação de novos equipamentos na cozinha e nas casa de banho de forma a garantir eficiência na habitação. Por fim, as intervenções no interior devem respeitar os materiais e as suas características originais, adotando técnicas construtivas e materiais simbióticos com o projeto e a época em que foram construídos.

Em suma, as estratégias elencadas permitem adaptar-se a diferentes graus de relevância patrimonial e que se ajustam às características de cada caso. Com a utilização de diferentes estratégias de intervenção para além de priorizarmos a conservação do património, preservamos a sua essência, prolongamos a sua durabilidade e objetivamos a funcionalidade dos edifícios. (Gonçalves Pereira, 2011; Pereira, 2010)

O papel da Domus Social na reabilitação das habitações plurifamiliares

A Domus Social (CMPH), empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto fundada em 2004, tem como objetivo a promoção da cidade do Porto na área da habitação, gestão do seu parque habitacional, assegurar a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, dos equipamentos e infraestruturas municipais, além de desenvolver e implementar projetos na área social. Para além da instituição da Domus Social, o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, também tem promovido prémios como RECRUA e o INH e, mais recentemente o



Fig.46 e Fig.47 Fotografia do antes e depois da reabilitação no Bairro Pio XII (encerramento da galeria) Autor: desconhecido.

Prémio IHRU, com o objetivo de incentivar e apoiar a reabilitação de habitação de interesse social. (Dias Ferreira, 2017)

As ações da CMPH podem ser divididas em três tipos, i) a melhorias na envolvente exterior do edifício (coberturas, fachadas e vãos), ii) nas áreas comuns (incluindo o encerramento destas zonas, galeria e varanda) iii) e a atualização das infraestruturas com o objetivo de responder às necessidades de melhoramento do conforto térmico e da eficiência energética. Ainda, outro tipo de intervenção ocorre no espaço público (em menor escala) e da responsabilidade da Câmara Municipal do Porto (CMP). Por fim, a intervenção no interior das habitações, face aos custos subjacentes à sua reabilitação são menos frequentes. (Sousa Silva, 2021)

2.2.2 Reabilitação da varanda e da galeria nas habitações plurifamiliares em Portugal

O estudo dos elementos arquitetónicos como a varanda e a galeria, transporta-nos para espaços que relacionam o íntimo e privado com o exterior e público, elementos vitais nos bairros. A varanda, pela diversidade de atividades relacionadas com a casa e com o exterior. A galeria, pela sua funcionalidade equanto acesso da rua para as habitações, mas também como espaço intermédio que possibilita a interação e o convívio entre os moradores. Assim, coincidem na sua essência por privilegiarem a iluminação natural, a ventilação das habitações e a sua própria.

O bairro Pio XII, construído em 1958, configura um exemplo de projeto em que a galeria foi encerrada após intervenção, sobre este projeto não resistiram registos sobre a sua autoria, desenhos do projetos original mas apenas algumas fotografias antigas. Em 2005 o bairro já apresentava sinais avançados de degradação (em tudo semelhante ao caso de referência - O Bairro do Carvalhido) o que motivou a sua reabilitação. Assim, a intervenção regeu-se por duas etapas, a primeira foi conduzida pela Domus Social e centrou-se nos seus edifícios, a segunda foi liderada pela CMP para intervir no espaço público. Deste modo, as estratégias de intervenção nos edifícios do Bairro Pio XII, com objetivo de melhorar as condições térmicas do edifício, sucederam pela substituição das coberturas, o encerramento das entradas dos edifícios, das galerias e das caixas de escadas, ainda, nas fachadas aplicaram o sistemas “ETICS” e substituíram as janelas de



Fig.48 e Fig.49 Fotografia do antes e depois da reabilitação do Bairro São Roque da Lameira (encerramento da varanda) Autor: desconhecido.



Fig.50 e Fig.51 Fotografia do antes e depois da reabilitação do Bairro Contumil (encerramento da varanda) Autor: desconhecido.



Fig.52 e Fig.53 Fotografia do antes e depois da reabilitação no Bairro do Pereiró (encerramento da galeria) Autor: desconhecido.

madeira por caixilharia de alumínio. A CMP abriu um concurso para a qualificação dos espaços exteriores em que os arquitetos, Francisco Vieira Campos e Cristina Guedes, conceberam zonas de estacionamento, zonas de estar e jardins. (Sousa Silva, 2021)

No caso do encerramento da varanda temos o exemplo do Bairro de São Roque da Lameira, construído em 1962. A sua reabilitação decorrida em 2015, pela CMP (através da Domus Social) teve como foco as fachadas, a substituição da cobertura, o encerramento das caixas de escadas, das varandas, na aplicação de caixilharias e nas zonas comuns dos edifícios. Assim, também a reabilitação do Bairro do Contumil, intervencionado em 2016 pelo escritório “Menos é Mais”, viu as varandas serem substituída por pequenas janelas. Mais tarde, após novas renovações, o arquiteto Nuno Valentim acrescenta uma grelha metálica à fachada do bairro (no local onde se situavam as antigas varanda) com o objetivo de ocultar a roupa das habitações. Por fim, as últimas obras de manutenção preventiva do Bairro Contumil, por parte da Domus Social, realizou-se nas fachadas e nas zonas comuns do edifício e foi terminada em 2023.

As intervenções da CMP, através da Domus Social, como nos bairros Agra do Amial, do Aldoar, do Bom Pastor, do Carriçal, do Carvalhido, de Francos e da Fonte da Moura foram alvos de estratégias de intervenção idênticas, mas que apenas viram reabilitadas as zonas no exterior do edifício e as zonas comuns. Assim, os bairros que continham galerias, varandas e caixas de escadas viram, as mesmas, serem encerradas. Visto que no interior não foram realizadas intervenções o espaço da varanda reteve o objetivo de aumentar área útil da habitação.

As intervenções nos projetos de reabilitação de bairros de interesse social tem-se centrado principalmente na melhoria técnica das fachadas, das coberturas, na reabilitação dos espaços comuns do espaço envolvente e no espaço público. No geral das reabilitações o espaço interior não manifesta intervenções significativas, ainda que, as áreas mínimas, atualmente, não cumpram as dimensões mínimas estabelecidas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).

Um exemplo de reabilitação da edificação que manteve a galeria aberta é - O Bairro do Pereiró- CTT (1955), constituído por dois edifícios iguais que formam duas bandas cada uma com três acessos em galeria aberta.



Fig. 56 O edifício Cité du Grand Parc antes da reabilitação. Autor: desconhecido.

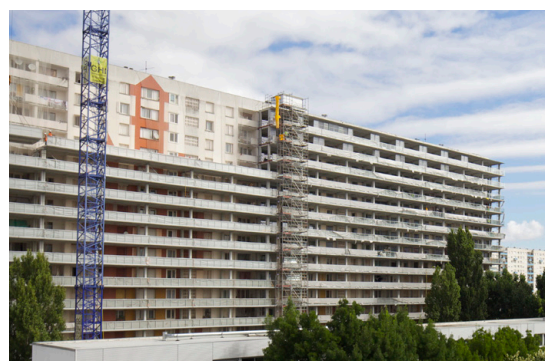


Fig. 57 O edifício Cité du Grand Parc no processo de reabilitação. Autor: desconhecido.

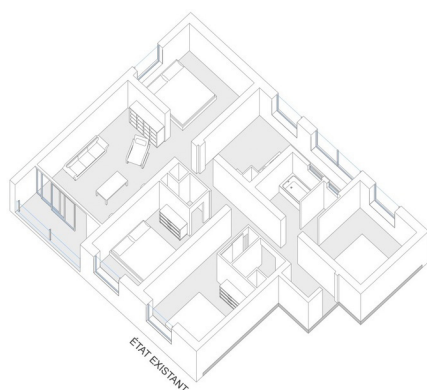
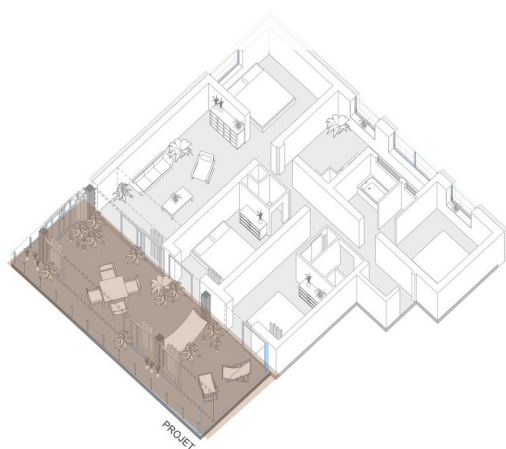


Fig. 54 e Fig. 55 Planta de um dos módulos do edifício Cité du Grand Parc, antes e depois da reabilitação.



Fig. 58 O edifício Cité du Grand Parc depois da reabilitação. Autor: desconhecido.



Fig. 59 Uma das varanda do edifício Cité du Grand Parc depois da reabilitação. Autor: desconhecido.

Dispõem de 64 fogos habitacionais com duas tipologias, T2 e T3. O bairro foi reabilitado pela instituição - Domus Social (2018) com o objetivo de devolver a dignidade ao conjunto habitacional. Assim, foram realizadas intervenções ao nível das coberturas, do tratamento de fachadas, das redes de abastecimento de água, do saneamento, do gás, da ventilação, da eletricidade e das telecomunicações. Mais ainda, caso do Bairro do Pereiró, interviram no interior das habitações, transformando certas tipologias em T1. No bloco A restaram trinta e dois fogos (dezasseis T1 e dezasseis T2), já no Bloco B existem vinte e oito habitações (doze T1, doze T2 e quatro T3). (Dias Ferreira, 2017)

2.2.3 Um exemplo Europeu

No espaço europeu existe uma tradição consolidada na reabilitação de conjuntos de habitação de interesse social. Ainda assim, trata-se de um tema relativamente recente resultante de desafios contemporâneos e que tem vindo a ser desenvolvido na literatura internacional na última década. Este desenvolvimento analisa e compara abordagens de reabilitação em diferentes países, como em França. Um estudo de caso francês de grande destaque e implementação com sucesso em casos de bairros franceses, desenvolvido por Frédéric Druot, Anne Lacaton e Jean Philippe Vassal (2007) é o “PLUS - Les grands ensembles de logements Territoire d’exception”. O estudo centra na transformação e ampliação das habitações existentes ao propor a criação de novos volumes e a sua integração nas diferentes tipologias. A intervenção começa no interior das unidades habitacionais e expande-se para as áreas comuns, conseguindo melhorar a aparência das fachadas, os equipamentos e, principalmente, proporcionar o contato com os espaços exteriores. (Dias Ferreira, 2017)

Por fim, inspirado em um caso de referência alvo desta dissertação, a Torre Bois Le Pretre, Paris 17, os arquitetos Anne Lacaton & Jean-Philippe Vassal, Frédéric Druot, Christophe Hutin, requalificaram o edifício Cité du Grand Parc (2016). Neste caso foram realizadas intervenções consideráveis sobre a estrutura existente, sendo que a principal solução foi abrir espaços de transição e expandir os apartamentos para o exterior. Assim, o aumento da fachada proporcionou dois objetivos diferentes, o primeiro foi o de expansão do interior para além dos seus limites, já o segundo foi o do contacto com o exterior.

CAPÍTULO 3

CASOS DE REFERÊNCIA



Fig.60 Montagem de quatro fotograficas de cada caso de referência.

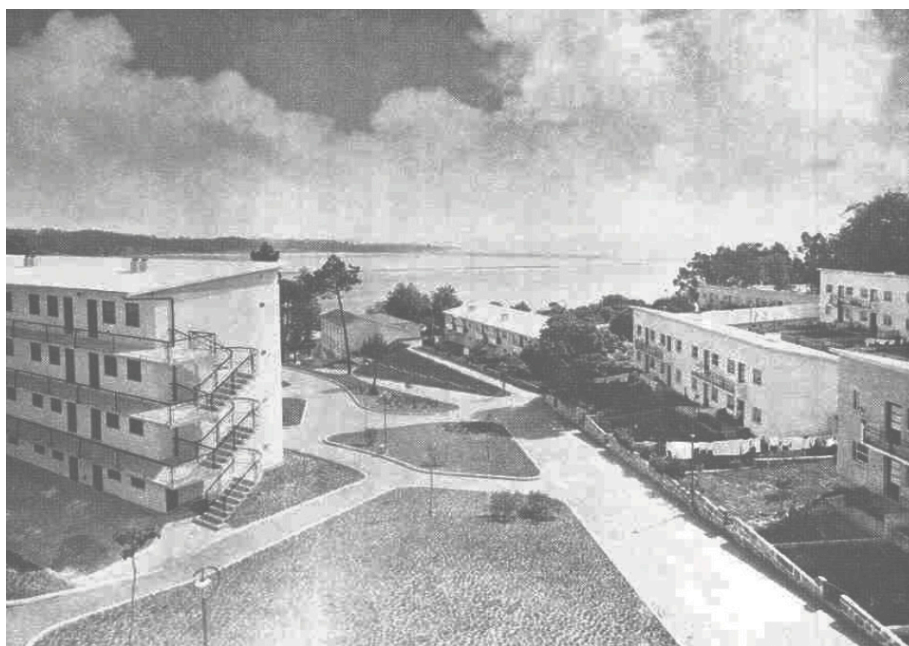


Fig.61 Edifícios da 1ª fase de construção do bairro do lado direito e do lado esquerdo os edifícios da 2ª fase de construção, separados pela Rua 1. Autor: desconhecido.



Fig.62 Fotografia de um dos blocos do Bairro da 1ª fase antes da reabilitação, que mostram a varanda e o espaço exterior de cada habitação no r/chão. Autor: desconhecido.

3.1 Bairro Rainha D.Leonor

3.1.1 Enquadramento do Bairro

O Bairro Rainha D.Leonor, conhecido como Bairro das Sobreiras porque inicialmente recebeu o nome do local onde se situa, foi inaugurado em 1953. Neste período o país atravessava uma fase complexa com o problema da falta de habitação, sendo que a solução encontrou-se na construção de vários edifícios de habitação social de modo a que fosse viável alojar o maior número de pessoas. A construção do Bairro Rainha D.Leonor aparece no âmbito de uma solução dos problemas identificados pelo inquérito Geral das Ilhas do Porto (1939) com o objetivo de realojar os habitantes que viviam em condições precárias e aqueles que tinham ficado sem habitação.

O projeto do Bairro foi concebido pelo arquiteto da Câmara Municipal Luís Almeida d'Eça e a sua construção foi dividida em duas fases: - A primeira viu construir edifícios de dois andares com acesso direto às habitações e em que as tipologias variavam em T2, T3 e T3 Duplex, organizados em banda num total 150 fogos. Assim, a primeira fase foi concluída em 1953 sendo notória a influência do modelo de habitação unifamiliar, apesar de serem vários blocos de habitação com dois pisos com quatro habitações, com acesso direto por fora e que funcionam como um conjunto coletivo de pequena escala as habitações privilegiavam de um espaço exterior privado. Já a segunda fase foi terminada em 1955 contendo um projeto completamente diferente comparativamente à primeira. Nesta, segunda fase, foram construídos cinco blocos de quatro andares com o total de 100 habitações (todas T3) com o acesso feito através da galeria. Ainda mais, nesta fase cessou qualquer influência do modelo de habitação unifamiliar e o seu formato organizativo, como os interiores das habitações, os espaços exteriores e as fortes diferenças altimétricas que alteram o formato como os habitantes se relacionam com o edifício. (Lima, 2012)

A fig.59 revela ao nível da rua 1 uma separação entre as duas fases em análise, para além da separação física do bairro encontram-se, também, separadas entre duas freguesias. A primeira fase situa-se na freguesia de Foz do Douro, já a segunda fase localiza-se na freguesia de Lordelo do Ouro. Assim, a rua 1 serve de ligação aos principais eixos, a norte na antiga rua do Campo Alegre (atual Rua de Diogo Botelho) e a sul a Rua das Sobreiras.



Fig.63 Planta dos edifícios do Bairro Rainha D. Leonor (os vermelhos correspondem às habitações construídas na primeira fase, os amarelos aos edifícios construídos na segunda fase) Adaptado: (Lima, 2012)



Fig. 65 A varanda de uma habitação do Bairro Rainha D. Leonor. Autor: Ana Lima.



Fig. 66 A marquise construída por um dos moradores. Autor: Ana Lima.



Fig. 64 O quarto de uma das habitações a servir de lavandaria. Autor: Ana Lima.



Fig. 67 A “marquise” Autor: Ana Lima.

3.1.2 Antes da Requalificação

Do mesmo modo de ocorrência de outros bairros o Bairro Rainha D. Leonor passou por um processo de transformação. A apropriação descontrolada dos edifícios e dos espaços exteriores alterou a imagem e a configuração original do bairro, as áreas mínimas das habitações e dos seus compartimentos eram incapazes de responder às necessidades dos moradores. Como consequência os próprios tiveram que adaptar-se e apropriaram-se do espaço exterior junto das habitações, como as varandas, os pátios e os logradouros. Deste modo, é possível observar na figura 66 que se encerraram os espaços e criaram-se, assim, as marquises o que levou a que a área útil da habitação aumentasse e os moradores conseguiram, de alguma forma, melhorar a sua qualidade de vida. Por outro lado, a falta de uma lavandaria ou de um espaço que permita o tratamento da roupa resultou na utilização de outros espaços para a realização da tarefa, como é possível ver na figura 64, ou ainda a utilização de quartos e marquises com a mesma finalidade representado na figura 67.

O projeto apresenta tipologias habitacionais de áreas muito reduzidas e o programa é idêntico entre todas as habitações. As mesmas apresentam sala, cozinha, quartos e instalação sanitária, variando apenas o número de quartos e a sua distribuição por pisos (simplex ou duplex). As áreas das habitações do Bairro Rainha D. Leonor encontram-se abaixo dos mínimos definidos em 1951, pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) como visível na tabela.

		T2	T3	T3 duplex
Área bruta - m ²	Mínimos legais (RGEU)	72	91	91
	Áreas das habitações originais do bairro Rainha D. Leonor	≈ 45,53 ²¹⁰	≈ 53,10 ²¹¹	≈ 66,00

Tabela 1 que representa as áreas das habitações originais do bairro com o que actualmente se considera ser o mínimo legal. Fonte: (Lima, 2012)

Aliás, nas habitações a distribuição dos quartos apresenta uma organização diferente nas tipologias existentes (T2, T3, T3 duplex), também como o espaço de transição entre o espaço íntimo e o social. Relativamente ao T2 não existe uma separação clara e as portas dos quartos abrem diretamente para a sala. Na T3 a transição da zona dos quartos para a zona da sala e da cozinha é feita por um corredor e a sua separação é mais acentuada. Por fim, no caso do T3 duplex o espaço íntimo e o espaço social é completamente distinto, situam-se em pisos diferentes, os quartos ficam no piso superior e a sala e a cozinha no piso inferior.



Fig. 68 A cozinha de uma das habitações Autor: Ana Lima.



Fig. 69 O frigorífico no espaço da sala. Autor: Ana Lima.

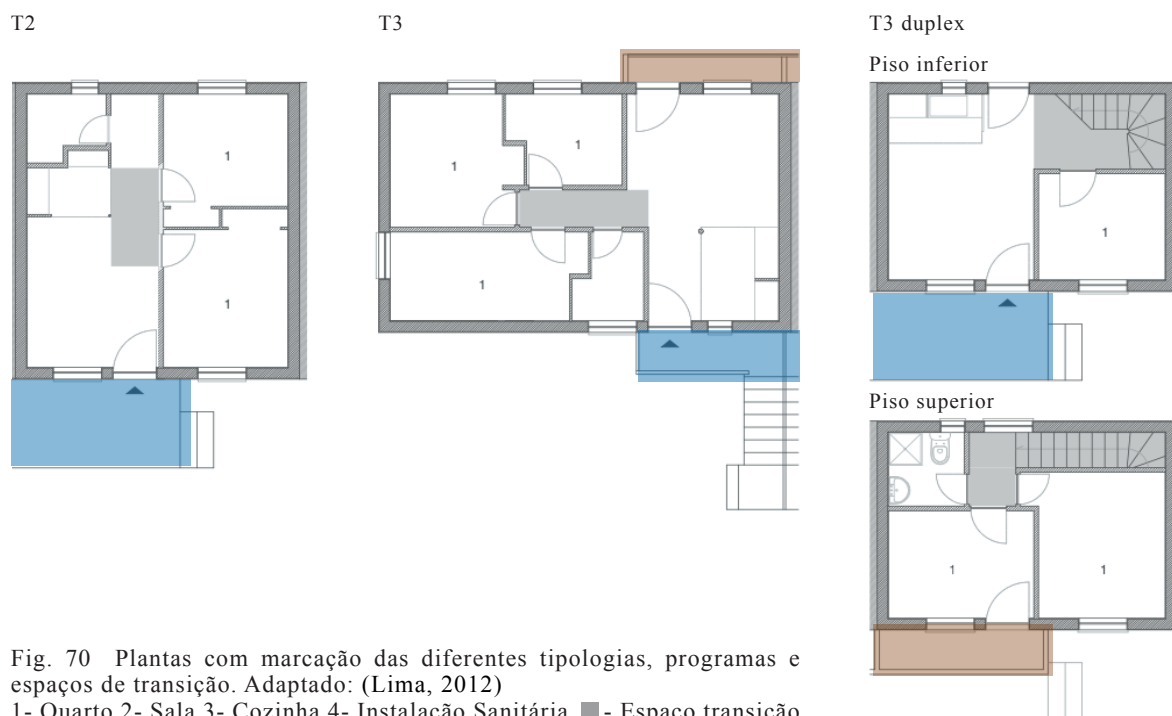


Fig. 70 Plantas com marcação das diferentes tipologias, programas e espaços de transição. Adaptado: (Lima, 2012)
1- Quarto 2- Sala 3- Cozinha 4- Instalação Sanitária ■ - Espaço transição

A análise habitacional revela que a cozinha é o espaço que impõe mais limitações por se encontrar inserida na sala, quase como um espaço de apoio. A cozinha é um dos espaços mais utilizados da habitação e encontra-se sem condições mínimas para realizar as atividades a de confeção a si associadas ou para colocar os eletrodomésticos necessários, tal como se pode observar na figuras 68. Ademais, uma das habitações teve que colocar o frigorífico e a máquina de café do “lado” da sala porque não tinha espaço para os inserir na zona da cozinha, como representado na figura 69. Observa-se ainda que para além do problema referido a entrada da casa é feita no pequeno espaço da cozinha. Um dos T2 expande a sua cozinha para um dos quartos e este deixa de ser um espaço privado para se transformar num espaço de apoio à confeção de alimentos e de refeição. (figura 71) (Lima, 2012)

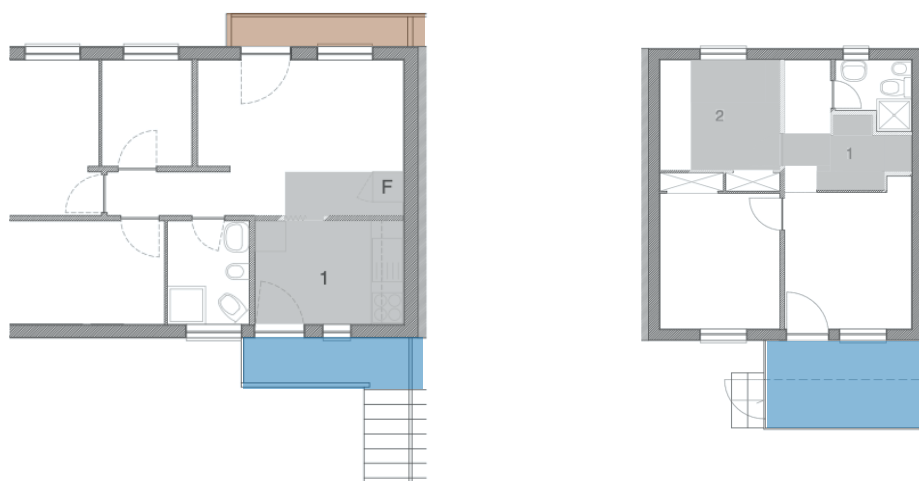


Fig. 71 Planta de representação do espaço da cozinha com as outras divisões. Adaptado : (Lima, 2012) 1- Cozinha 2- Quarto F- Frigorífico



Fig. 72 Construção ilegal feito por um dos moradores. Autor: Ana Lima.



Fig. 73 Fachada com diversas apropriações. Autor: Ana Lima.

Logo, os espaços exteriores são aqueles que estabelecem uma relação direta entre as habitações e a rua em que cada unidade tem um espaço exterior privado (i.e., como as varandas nos pisos superiores, o logradouros e pequenos pátios nos pisos inferiores com pequenos muros que separam o público do privado). Espaços exteriores privados que criam a sensação de habitação unifamiliar, “(...) importante é que as pessoas não perdem esta ideia de casa própria. De moradia.” Inês Lobo.

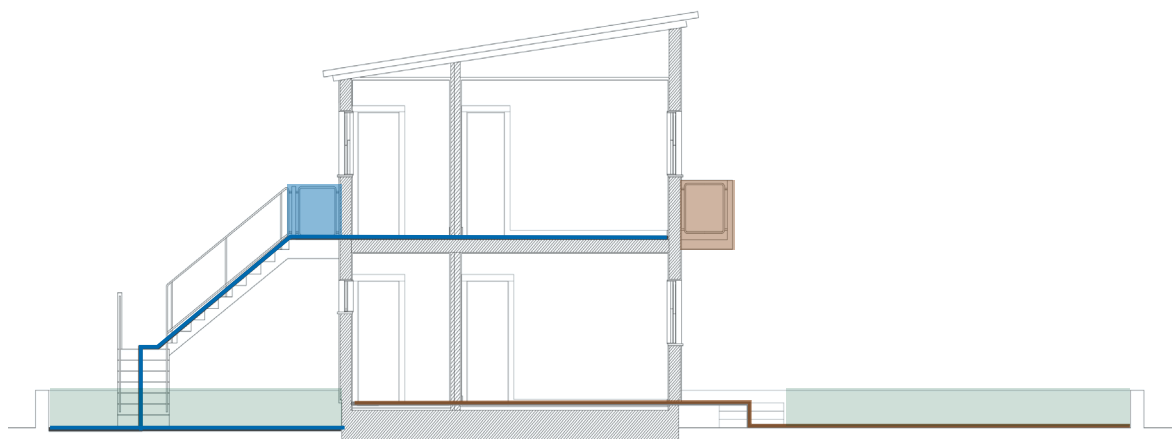


Fig. 74 Corte de uma habitação que mostra a relação do espaço exterior com o interior. Adaptado: (Lima, 2012)

Notamos que as transformações mais significativa no exterior das habitações foram a construção de anexos, a falta de espaço nas habitações e a falta de arrumação que motivaram os moradores a recorrer a alternativas que expandissem a sua casa para o exterior. Nos pisos inferiores, como a ligação de interior com o exterior é mais direta, facilita a criação destes elementos junto da habitação como marquises ou então barracos sem estrutura difundidos pelo jardim, com formas, tamanhos e materiais diferentes. No caso das habitações superiores, não sendo possível encerrar as escadas e a pequena galeria de acesso às duas habitações, começaram a fechar as varandas e a torná-las em marquises.

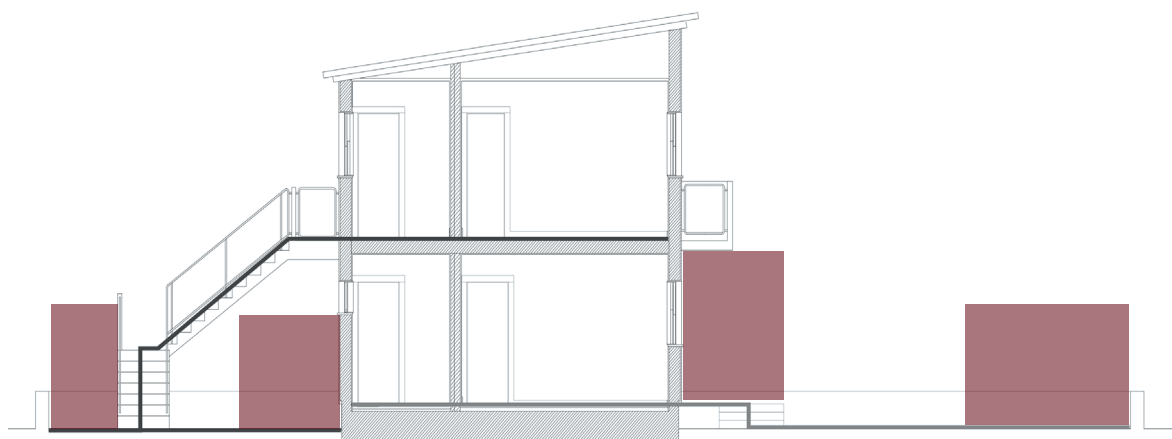


Fig. 75 Representação dos acrescentos feitos pelos moradores na habitação. Adaptado: (Lima, 2012)



Fig. 76 Sala depois da reabilitação. Autor: Ana Lima.

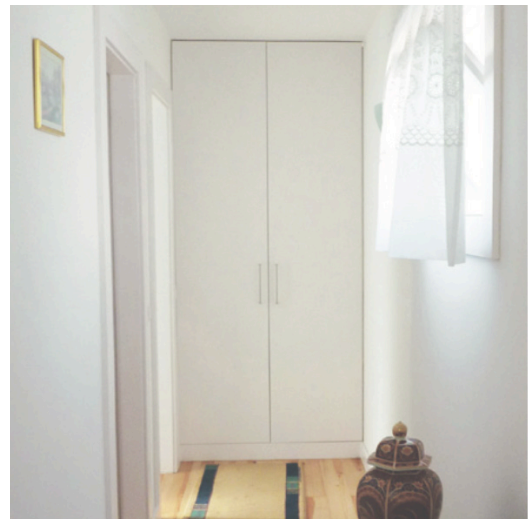


Fig. 77 Armário projetado na reabilitação. Autor: Ana Lima.



Fig. 78 Cozinha depois da reabilitação. Autor: Ana Lima.

3.1.3 Depois da requalificação

O projeto de reabilitação do Bairro Rainha D. Leonor realizado pela Arquitecta Inês Lobo entre 2005-2013, que se guiou pelas diretrizes estabelecidas pelo concurso da Câmara Municipal do Porto, obrigou a uma contenção máxima de custos justificada pelo baixo orçamento e a necessidade de junção de duas habitações como resolução do espaço interior,

“Eles propunham isso: associar casas em duplex. (...) Passava-se a ter dois pisos, mas não era fácil de desenhar uma casa com condições mínimas com a introdução da escada. Então, rapidamente tivemos esta ideia de propor não a construção em duplex, mas sim, juntar casas duas a duas, mas na horizontal.” Inês Lobo.

Assim, passaram a existir dois fogos por piso levando a que o espaço exterior fosse ampliado para o dobro. No caso dos T3, mesmo com a requalificação e com a sua junção estes mantiveram a mesma tipologia, mas no caso dos T3 duplex a diferença de pisos foi extinta e uniram-se de forma horizontal duas habitações e fizeram um T1 em cada piso.

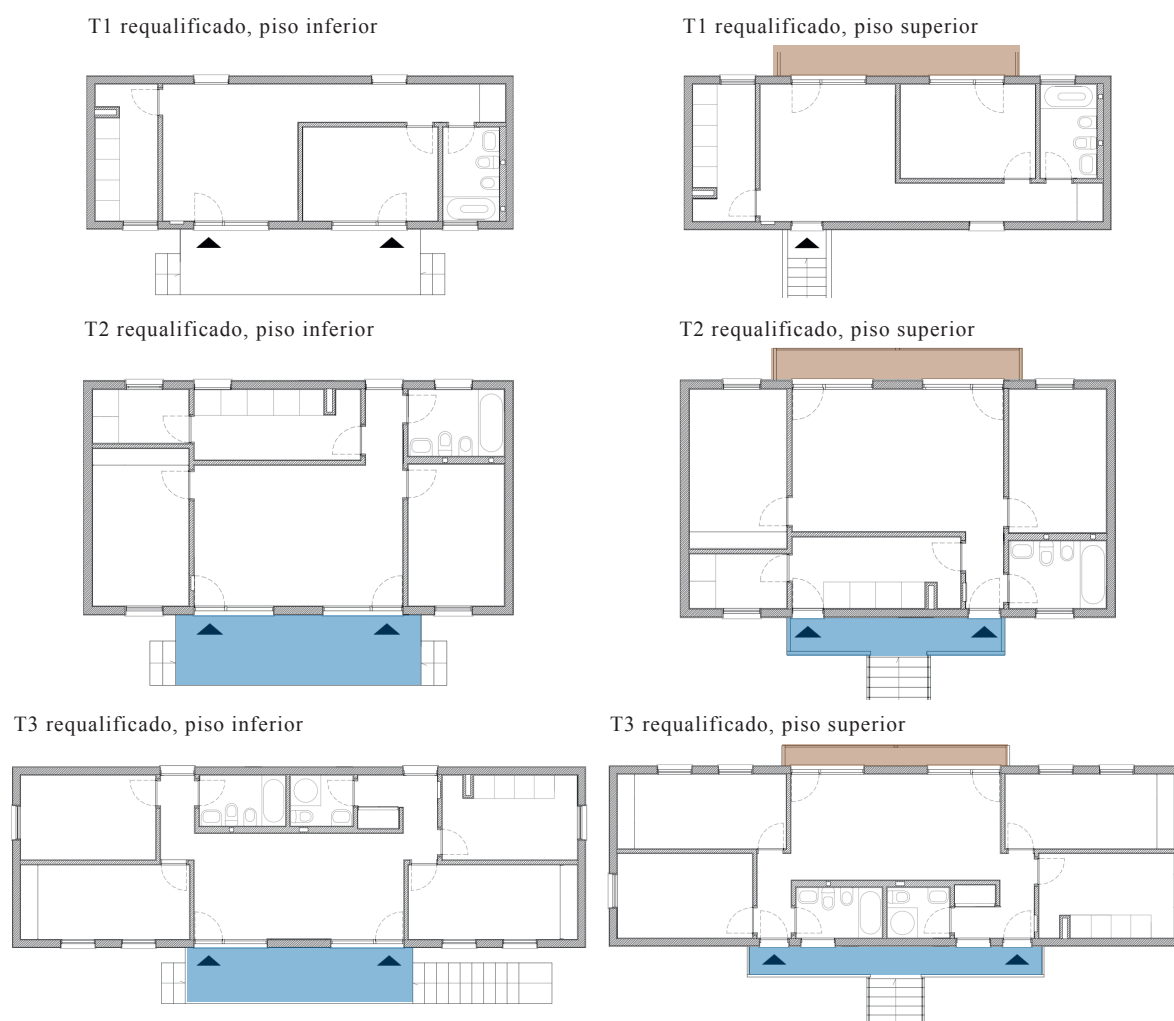


Fig. 79 Tipologias depois da intervenção. Adaptado: (Lima, 2012)



Fig. 80 A varanda depois da reabilitação. Autor: Ana Lima.



Fig. 81 Fachada com o acesso em galeria depois da reabilitação. Autor: Ana Lima.



Fig. 82 As varanda na fachada depois da reabilitação. Autor: Ana Lima.

Quanto à área da sala, a mesma ficou com mais espaço depois da requalificação e as novas configurações das áreas da cozinha foram uma transformação positiva para os moradores ao passarem a ter melhores condições (i.e., agora conseguem fazer refeições dentro da cozinha e foram separadas do resto da casa). No caso do T2, a junção das duas habitações, proporcionou a criação do espaço da lavanderia separado da cozinha. Ainda, os T3 passaram a ter duas instalações sanitárias.

Deste modo, a junção de duas casas, de forma a não modificar a imagem original do bairro e as suas características próprias mantiveram-se e as duas portas de entrada para cada habitação, nos pisos inferiores as duas davam acesso direto à sala (menos na habitação T1) em que uma dava acesso à sala e a outra dava acesso ao quarto. Este caso gerou alguns problemas em relação à segurança da habitação, sendo que alguns dos moradores manifestaram-se sobre o assunto para referir que referiam ter uma janela ao invés da porta.

“Onde é que já se viu fazer um quarto que não tem uma janela? O meu quarto não tem janela. O meu quarto tem uma porta. (...) Eu se me distrair, por uma razão qualquer e não fechar a porta por dentro, no quarto, por fora abrem-me a porta. Aqui [na sala] é uma porta de entrada e saída. Há movimento. No quarto, como se abre uma vez de longe a longe pode-se muito bem esquecer e alguém entra. Não tem jeito não ter uma janela. Anulavam a porta e faziam uma janela.” (testemunho de um morador; Lima, 2012)

Concluindo, as intervenções no Bairro Rainha D. Leonor procuraram minimizar o impacto sobre o projeto original e teve como missão restaurar a homogeneidade dos edifícios e dos seus espaços exteriores. Logo, tiveram que eliminar todas as construções ilegais que foram feitas ao longo dos anos e restaurar o granito original para a construção de pavimentos, muros e escadas. Ainda, intervir sobre o espaço exterior privado das habitações que servia como espaço de transição entre a rua e as habitações com as construções feitas pelos moradores, este espaço acabou por se perder e retirou o privilégio de viver o exterior da melhor forma. Por fim, com a limpeza destes elementos ressurgiram os jardins e os terraços (figura 81 e 82) que existiram na identidade original do bairro e deu-se a eliminação das marquises na varanda.



Fig. 83 Torre Bois Le Pretre em 1959.
Autor: Raymond Lopez.



Fig. 84 Torre Bois Le Pretre, depois da reabilitação
em 1980. Autor: desconhecido.

3.2 Torre Bois Le Pretre, Paris 17

3.2.1 Enquadramento do Bairro

A Torre Bois Le Pretre surge, como caso de referência, por possuir princípios observados no caso de estudo o Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil. Concebido pelos arquitetos Anne Lacaton e Jean Philippe Vassal, fundadores do escritório Lacaton & Vassal em Paris (1989). Estes que em todos os seus projetos incluíram diferentes tipos de edificações e iniciativas de planeamento urbano, guiados por um princípio de economia e generosidade, focados em melhorar a qualidade de vida, dos usos e da apropriação dos espaços com o objetivo de transformar os padrões estabelecidos. (Márquez Cecilia & Leyene, 2015)

A abordagem que estes oferecem caracteriza-se por uma alternativa sustentável e humana ao modelo tradicional de demolição ou de reconstrução, focam-se nas intervenções que valorizem o que já existe, promovem a preservação da memória coletiva, a continuidade das comunidades e a economia de recursos. As suas obras enfatizam que as transformações dos espaços habitacionais devem começar pelo espaço interior, focando-se na melhoria da qualidade de vida dos moradores e das características existentes. Este método inclui otimizar a luz natural, ampliar o espaço da habitação e melhorar as áreas comuns com soluções mais económicas, rápidas e positivas.

3.2.2 Antes da reabilitação

A Torre Bois-le-Prête, projetada por Raymond López em 1959, faz parte do conjunto de edifícios residenciais altos, situados no norte de Paris. O edifício de habitação social tem 50 metros de altura, composto por 16 andares cada um com 4 ou 8 apartamentos para arrendamento, o método construtivo utilizado foi lajes e paredes de betão. Os habitantes, privilegiavam de grandes janelas e de varandas associadas à habitação. Na primeira intervenção, feita em 1980, foi apenas no exterior do edifício, adicionaram painéis de isolamento nas fachadas e como consequência, fecharam as varandas e substituíram por pequenas janelas, comprometendo a entrada de luz natural e o usufruto da varanda como espaço exterior privado da habitação. O mesmo aconteceu nos acessos às habitações, originalmente o projeto no piso térreo era aberto, elevado por pilares, com a intervenção foi fechado e tornou-se uma área de



Fig. 85 Fotografia da habitação depois da primeira intervenção (encerramento das varandas) . Autor: desconhecido.



Fig. 86 Fotografia do interior de um apartamento
Autor: desconhecido.



Fig. 87 Fotografia do processo da reabilitação. Autor: desconhecido.

acesso com pouca luz. (Márquez Cecilia & Leyene, 2015). Em 2003 o governo lançou uma política de demolição e reconstrução aplicada a grandes conjuntos habitacionais, ainda que a intervenção da dupla Lacaton & Vassal com colaboração de Frédéric Druot surge como alternativa a esta política ao demonstrarem que a reabilitação do prédio é uma solução mais económica e eficiente do que optar pela demolição e reconstrução total.

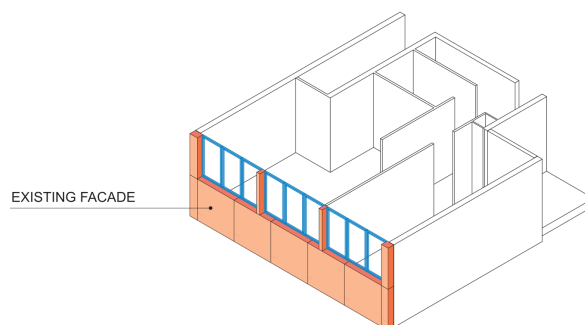


Fig. 88 Esquema representativo da fachada antes da reabilitação. Fonte: (Márquez Cecilia & Leyene, 2015)

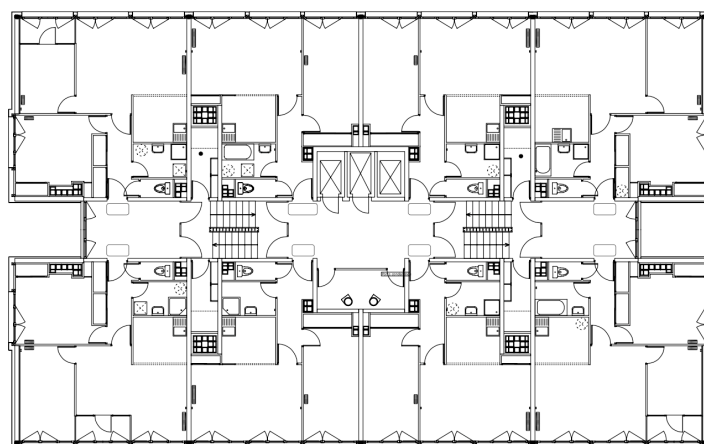


Fig. 89 Planta original de um dos pisos. Fonte: (Márquez Cecilia & Leyene, 2015)

3.2.3 Depois da reabilitação

Durante as visitas aos apartamentos existe a possibilidade de visualizar e estudar as diferentes formas como os próprios moradores personalizaram e adaptaram os interiores dos seus espaços. Apesar da aparência exterior que o edifício apresentara, antes da intervenção, os arquitetos denotam um vínculo forjado entre os habitantes e os seus espaços privados pelos ambientes acolhedores e cheios de identidade.

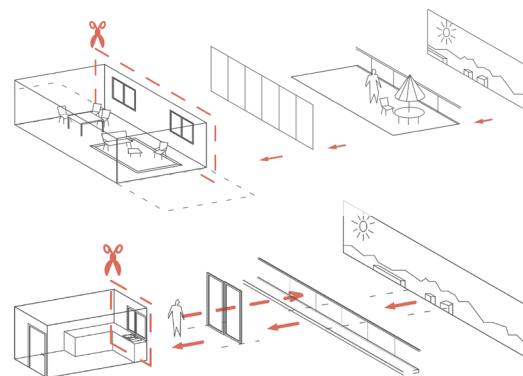


Fig. 90 Esquema representativo da intervenção proposta. Fonte: (Márquez Cecilia & Leyene, 2015)



Fig. 91 O jardim de inverno e a varanda Autor: desconhecido.



Fig. 92 A sala de uma habitação depois da reabilitação. Autor: desconhecido.

O principal objetivo dos reabilitadores era o de recuperar a luz natural, a ventilação das varandas (que haviam sido encerradas na primeira intervenção) e expandir os apartamentos para além das limitações impostas pelo projeto original. Assim, originando espaços mais amplos e confortáveis.

As novas janelas que colocaram na fachada são responsáveis por manter o aquecimento dentro das habitações, no caso dos jardins de inverno a estrutura externa é feita de painéis móveis de policarbonato transparente (sem sistema de aquecimento), eles atuam como uma barreira térmica entre o exterior e o interior, como se fossem uma segunda camada que melhora o isolamento térmico e acústico. Estes espaços, designados como jardins de inverno, oferecem um ambiente versátil e acolhedor, são espaços agradáveis que possibilitam o seu uso durante todo o ano. As grandes janelas em vidro permitem a entrada da luz natural nas habitações.

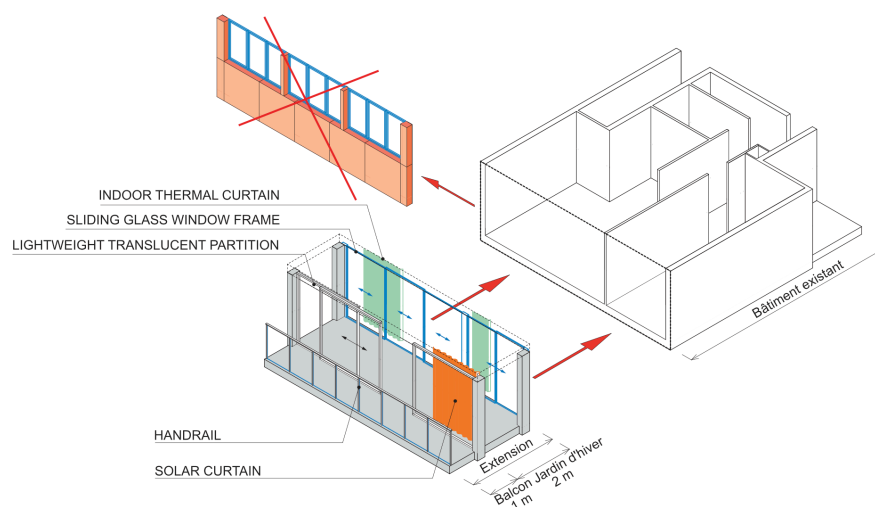


Fig. 93 Esquema representativo da intervenção proposta. Fonte: (Márquez Cecilia & Leyene, 2015)

Embora o projeto de intervenção seja num edifício de habitação social a dupla Lacaton & Vassal mostrou o seu cuidado no desenvolvimento e no planeamento da reabilitação do edifício. Ademais, a visão em melhorar a qualidade da vida dos moradores ao projetar habitações com a qualidade de alguns bairros mais procurados aliada à importância de valorizar a imagem das fachadas permitiu desfazer o estigma associado aos bairros sociais.



Fig. 95 Edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido.



Fig. 94 Entrada do edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido.

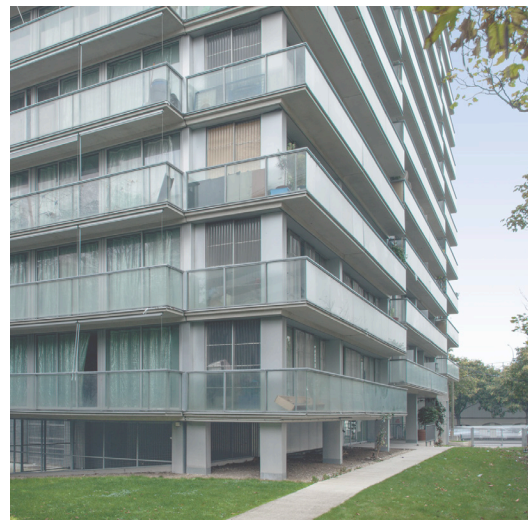


Fig. 96 Edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido.

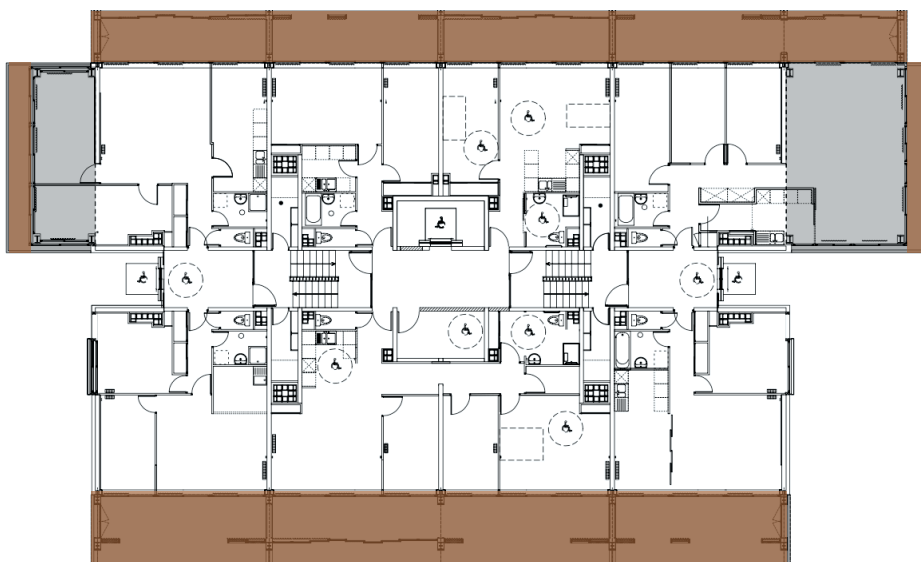


Fig. 97 Planta após a reabilitação. Fonte: (Márquez Cecilia & Leyene, 2015)

Assim, a expansão das habitações permitiu que as salas de estar ficassem mais espaçosas, com acesso aos novos “jardins de inverno” e às varandas. Por fim, aliado a uma melhoria da qualidade do ambiente interno, como o conforto, da luminosidade e das vistas que este novo espaço adotou foi possível uma adaptação do programa da habitação com a adição de um ou dois quartos.

“Concluída pela metade do custo da demolição e da nova construção, esta é uma lição exemplar no aproveitamento do pensamento inteligente e da engenhosidade para transformar partes negligenciadas de nossas cidades” (Amanda Levete, painel de júri do Projeto do Ano)

Apesar da intervenção projetada pelos arquitetos ter modificado totalmente a imagem original do edifício e da perda de identidade do original, o projeto de intervenção valorizou e proporcionou melhor qualidade de vida para os habitantes do Bairro, como do próprio edifício.



Fig. 98 O Bairro do Carvalhido em 1958. Autor: desconhecido.

3.3 Bairro do Carvalhido

3.3.1 Enquadramento do Bairro

A zona envolta do Bairro do Carvalhido era predominantemente rural, com pouco ou nenhuma urbanização. Assim, foi através do traçado das principais vias que possibilitou a expansão da cidade e nesta zona em específico a ligação da rua Nova de Paranhos, que atualmente é a Rua do Carvalhido, ligando a cidade a Leça do Balio e, posteriormente, a Vila do Conde.

Mais tarde, entre 1939-1940, revela-se notório algumas mudanças na envolvente do bairro pela existência de uma maior concentração de construção, especialmente ao longo da rua do Carvalhido, construção de casas unifamiliares, fábricas e campos de cultivo. Ainda, na década 40 surge a rua de Sousa Pinto, que mais tarde devido à construção do bairro prolongou-se à rua Monsanto. Nesta fase a Câmara Municipal do Porto tinha o domínio sobre o quarteirão, o que proporcionou o planeamento de blocos de habitação, sob a orientação do programa habitacional “Casas para Famílias Pobres”. (Sousa Silva, 2021)

O Bairro do Carvalhido edificado entre 1957 e 1958 foi projetado pelo arquiteto Luís de Almeida d'Eça. No seu projeto destacam-se várias características do movimento moderno e como a disposição dos edifícios contraria o que era tradicional na época (ie., por norma os edifícios ficam paralelos à rua, a passo de que os do bairro do Carvalhido estão dispostos de maneira oblíqua em relação à rua, apenas os topos dos blocos é que desenhavam o alçado da rua).

O bairro divide-se em três zonas: A primeira abrange os blocos A a F, localizados ao sul da rua de Sousa Pinto; A segunda, a norte da mesma rua, inclui os blocos G e H, situados a oeste da rua Acácio Lino; A terceira zona é composta pelos blocos I a O, localizados a leste da rua Acácio Lino. Consequentemente, a envolvente dos edifícios é distribuída por ajardinados e percursos que permitem o acesso aos blocos. Mais, entre os blocos existe também uma zona de tratamento da roupa, neste caso de secagem para usufruto dos moradores.

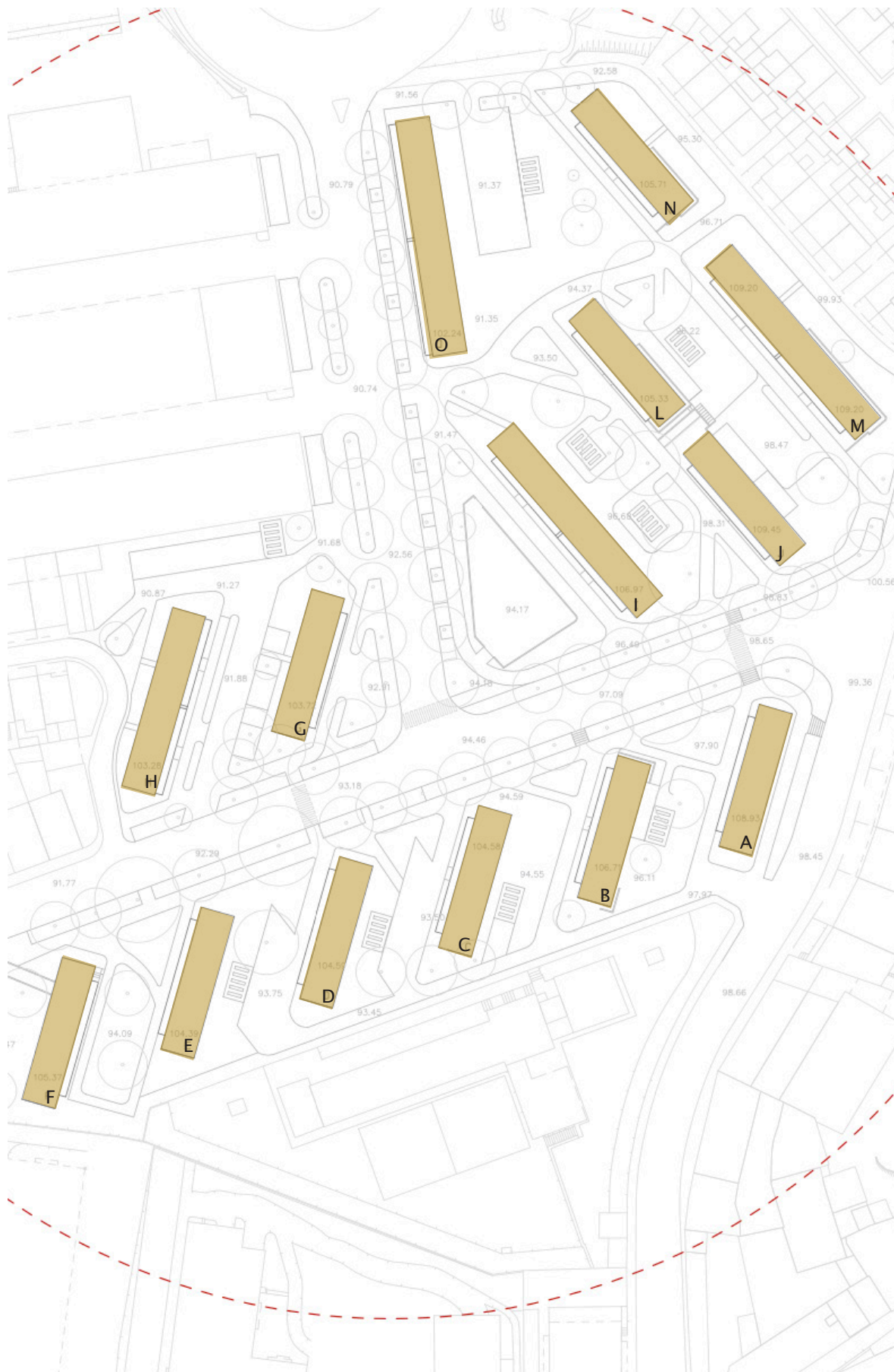


Fig. 100 Planta de localização dos blocos. Adaptado: (Sousa Silva, 2021)



Fig. 101 Bairro do Carvalhido em fase de construção. Autor: desconhecido .



Fig. 102 Pormenor do granito na fachada. Autor: desconhecido.



Fig. 103 O Bairro do Carvalhido em 1958. Autor: desconhecido.

3.3.2 Antes da reabilitação

A construção do edifício utilizou materiais como o granito, o betão e o tijolo, estrutura porticada em betão armado, lajes aligeiradas, o embasamento é feito por perpiano (substituído por paredes de alvenaria tradicional de tijolo nos pisos superiores) e as lajes das galerias são em betão armado. A cobertura do edifício difere nos diferentes blocos de habitação pelo fato de existirem dois tipos de cobertura, de uma água nos edifícios G, H, I e O (sendo os dois últimos diferentes, porque têm uma platibanca que oculta a cobertura), de duas águas nos blocos A a F. Segundo o caderno de encargos das obras de reabilitação em 2017, originalmente, com estrutura de apoio em madeira e laje de esteira.

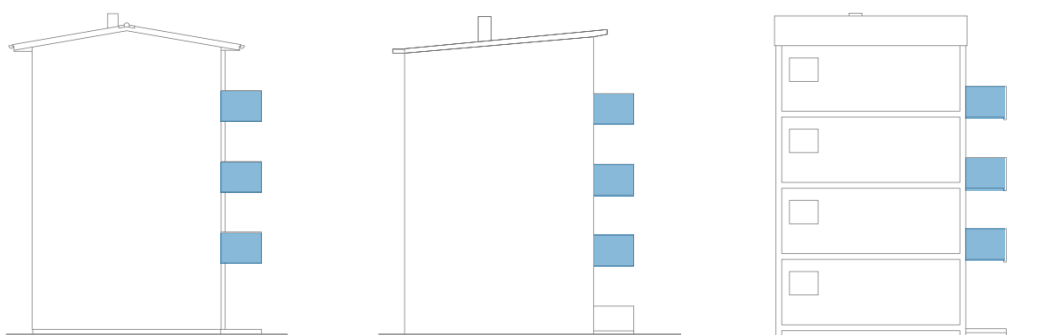


Fig. 104 Os diferentes tipos de cobertura dos blocos do Bairro do Carvalhido. Adaptado: (Sousa Silva, 2021)

Dos elementos assinalados, a varanda e a galeria, apenas a galeria está presente no bairro do Carvalhido, servindo de acesso às habitações com o apoio de uma caixa de escadas. Ambos os elementos são os que marcam os alçados do edifício devido à horizontalidade das suas galerias e a caixa de escadas que fica no meio de cada bloco de habitação. Elementos, estes, que foram projetados inicialmente em áreas abertas e sem qualquer tipo de caixilharia que os fechasse, permitindo acesso livre tanto aos moradores quanto a pessoas de fora do bairro.

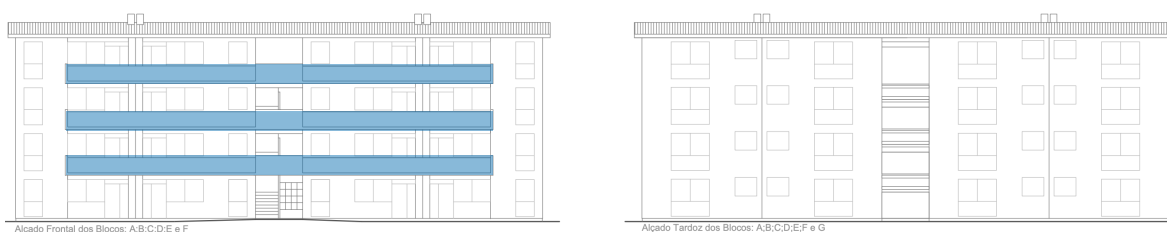


Fig. 105 Alçados de um dos blocos do Bairro do Carvalhido. Adaptado: (Sousa Silva, 2021)



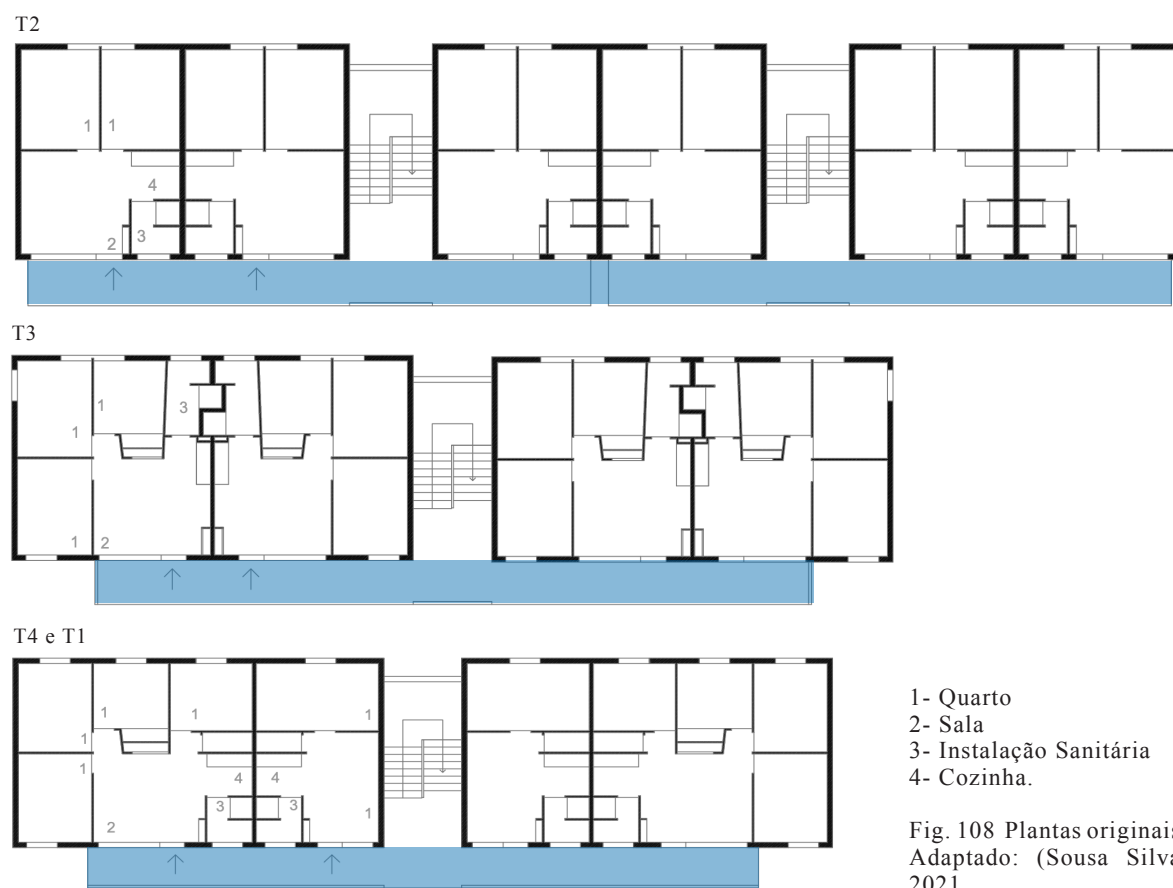
Fig. 106 A cozinha do fogo T2. Autor: desconhecido.



Fig. 107 A zona de entrada do r/chão Autor: desconhecido .

O bairro do Carvalhido é composto por 14 blocos de habitação e 256 fogos, contém áreas mínimas, compactas e sem espaços de circulação de diferentes tipologias (T1, T2, T3 e T4). Ainda que das diferentes tipologias os blocos se rejam por uma lógica de organização comum, as zonas sociais estão do lado da galeria e os seus quartos voltados para o lado oposto criando assim privacidade nos espaços mais íntimos (com exceção dos fogos T3, em que implicou que um dos quartos ficasse voltado para a galeria). Mais, O programa da habitação é constituído pela cozinha aberta para a sala de jantar/estar, por quartos, instalação sanitária sem corredores ou hall de acesso às diferentes diviões e as portas abrem todas diretamente para a sala.

Ademais, a caixa de escadas configura-se como o elemento que separa os diferentes módulos de habitação T2 e T3 (que ficam todas no mesmo bloco respetivamente), ainda que no caso dos T1 e dos T4 estejam agrupados no mesmo módulo do mesmo bloco.



Por último, derivado da falta de espaço, existiu a necessidade de passar para além do limite da habitação. Neste sentido a galeria deixou de ser apenas um espaço de acesso e circulação para passar a ser de usufruto dos moradores na execução de várias atividades da casa (e.g. como o tratamento da roupa ou colocar as plantas)



Fig. 109 A fachada depois da reabilitação. Autor: desconhecido.



Fig. 110 Pormenor do encerramento da galeria. Autor: desconhecido .



Fig. 111 A fachada depois da reabilitação. Autor: desconhecido.

3.3.3 Depois da reabilitação

O bairro do Carvalhido faz parte do conjuntos de bairros incluídos no processo de requalificação de todo o parque habitacional da cidade do Porto levado a cabo pela Domus Social, EM. (Sousa Silva, 2021) Um grande número de reabilitações realiza-se nos elementos exteriores do bairro como os que compõem as fachadas, as coberturas e os espaços comuns. Logo, o contrário sucede nos elementos interiores das habitações, tendo como princípio a degradação do exterior dos edifícios e dos espaços comuns, logo dando prioridade a aos primeiros sobre os segundos elementos no projeto de reabilitação.

Desta forma, as reabilitações apresentam algumas mudanças como inevitáveis quando se trata de intervenções nos revestimentos externos de coberturas e das fachadas, mas os projetos procuram não alterar a imagem do projeto original de cada bairro. Neste caso concreto, devido à escolha dos materiais na fase da construção e à sua falta de manutenção, foi necessário intervir em 2007 (prolongando-se até 2018) pelo seu estado avançado de degradação.

Por conseguinte, no projeto de reabilitação as coberturas foram reabilitadas com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores

(...) “sistema de revestimento em painéis metálicos tipo ‘sandwich’, tratamento e/ou reparação/substituição parcial da estrutura de suporte do revestimento da cobertura, execução de estrutura metálica para apoio de isolamento térmico em painéis rígidos de lã de rocha a colocar sobre a laje de esteira, bem como o tratamento e reparação de todos os pontos singulares, nomeadamente chaminés, respiros, capeamento em chapa em platibandas e caleiras.”. (Memória descritiva do projeto p.52)

Ainda, nos edifícios, a caixa de escadas e as galerias foram encerrados por novas caixilharias em alumínio e aplicaram o sistema ETICS

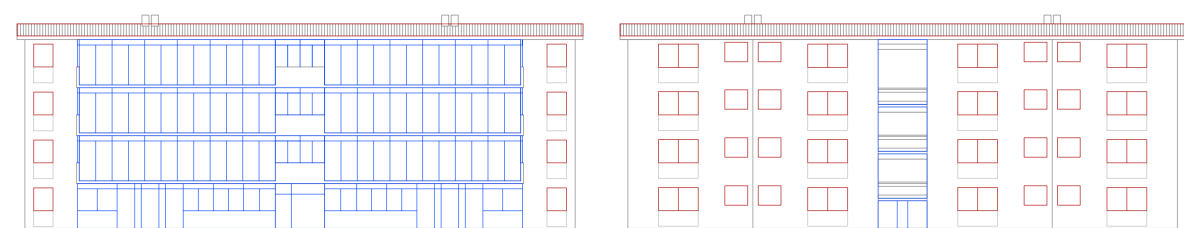


Fig. 112 Alçados com a marcação das alterações da reabilitação. Fonte: (Sousa Silva, 2021)



Fig. 113 Entrada de uma habitação. Autor: desconhecido.



Fig. 114 O uso da galeira por parte dos moradores. Autor: desconhecido.



Fig. 115 Estado atual da fachado do edifício depois da reabilitação. Autor: desconhecido.



Fig. 116 A oxidação das grelhas de sombreamento após a reabilitação. Autor: desconhecido.

nas fachadas como tentativa de melhorar o conforto térmico dos edifícios. Apenas nas zonas de escadas e na galeria permaneceu o sistema de revestimento original (tal como os vãos não foram alterados nestas áreas) só nas janelas do alçado oposto se adicionaram caixas de estore compactas em alumínio lacado. Assim, a intervenção no Bairro do Carvalhido foi maioritariamente a nível de caixilharias e vãos, substituíram os caixilhos de madeira, por alumínio e encerraram as caixas de escadas e as galerias com o mesmo material. Como está mencionado na Memória descritiva do projeto de reabilitação, in Arquivo Domus Social, p.48. As galerias foram encerradas com caixilharia de alumínio tipo “Navarra - n 21000” e na parte superior, para garantirem a ventilação natural destas espaços, colocaram grelhas de alumínio fixas do tipo “Navarra, série n 10000”.

As reabilitações levadas a cabo pela Domus Social (2007-2018) foram apenas referentes às fachadas, coberturas e áreas comuns dos edifícios. Assim, os interiores das habitações não foram alvo de nenhum tipo de intervenção e mantiveram as tipologias e os seus materiais originais (não fizeram qualquer alteração de forma a melhorar o conforto e o bem-estar dos habitantes). Logo, os próprios habitantes é que vão adaptando o espaço às suas necessidades e possibilidades.

Como consequência, da falta de espaço e das áreas mínimas da habitação, o encerramento das galerias provocou o seu uso excessivo e conduziu os moradores, à apropriação (da galeria) como uma extensão da casa. (figura 112 e figura 113). Mais ainda, a zona da caixa de escadas passou, também, a servir de espaço útil para os moradores (i.e., colocam lá plantas, bicicletas, armários, entre outros elementos que não estão associados à funcionalidade deste espaço) que tal como o espaço da galeria deveria ser um espaço livre e que não dificultasse a passagem das pessoas ao acederem às suas habitações.

A observação das figura 111 e 114 revela alguns constrangimentos como a degradação dos perfis metálicos nas zonas das galerias, a sua estrutura no geral, a quantidade de humidade e as infiltrações visíveis voltam assustar os moradores. *“Sabe perfeitamente a miséria que fez, gastou aqui milhões de euros, aqui, nas obras e invés de melhorar a habitação piorou, que é humidade a escorrer pelos paredes”* (testemunho de José Gonçalves Ferreira) Por fim, um dos moradores mencionou ainda a dificuldade em abrir as grandes janelas que encerram a galeria.



Fig. 117 A fase de construção do Bairro do Cerco em 1963. Autor: desconhecido.



Fig. 118 O Bairro do Cerco em 1963. Autor: desconhecido.

3.4 Bairro do Cerco

3.4.1 Enquadramento do Bairro

O Bairro do Cerco, construído em 1963 pelos Arquitetos Vasco Mendes e Miguel Reimão Pinto, foi um dos maiores conjuntos habitacionais concebido no âmbito do Plano de Melhoramentos da cidade do Porto. O bairro localiza-se, no seu limite oriental, na freguesia de Campanhã e é delimitado, pela Rua Vila Nova Foz Côa a norte, pela Rua Peso da Régua a oeste e pela Rua do Cerco do Porto a sul e a leste. O projeto previa a construção de 32 edifícios, mas em 1991 foram adicionados mais dois blocos de habitação projetados pelos arquitetos José Resende e Rui Paixão. (Alves Costa, 2021)

O projeto foi realizado numa área pouco desenvolvida e edificada, aqui nasceu uma rua com ligação às ruas, já existentes, e com diversas entradas de acesso aos blocos de habitação. O objetivo do projeto do Bairro do Cerco era o de implementar um novo modelo de habitação plurifamiliar. Visto a topografia do terreno ser irregular os blocos posicionaram-se com em várias posições o que contrariou as construções convencionais (alinhadas às vias públicas). Os blocos foram posicionados estrategicamente de modo a aproveitar a orientação solar e, em alguns casos, das condições topográficas, evitando assim elevados custos de terraplanagens. O imenso espaço entre os blocos privilegiou a presença de áreas verdes, espaço de construção e o desenvolvimento coletivo e social entre os moradores. Ainda, no projeto original, foi projetado uma escola primária para dar apoio às famílias que iriam habitar o Bairro do Cerco.

Como sucede com outros casos de habitação coletiva, as habitações do bairro foram projetadas com influência dos modelos associados ao Plano de Melhoramento da cidade do Porto, tendo os blocos com acesso em galeria e acessos verticais, com quatro ou cinco andares no interior de áreas mínimas e racionalização dos espaços (i.e., a sala era o centro da habitação e servia de ligação das diferentes divisões, eliminando assim espaços de circulação desnecessários). Por fim, a implementação destas estratégias na habitação, tinha como objetivo garantir o máximo aproveitamento do espaço, otimizar os custos e o tempo de construção.



Fig. 119 Planta geral de implantação dos blocos Conjunto de Habitações Populares do Cerco do Porto em 1963.. Fonte: (Alves Costa, 2021)

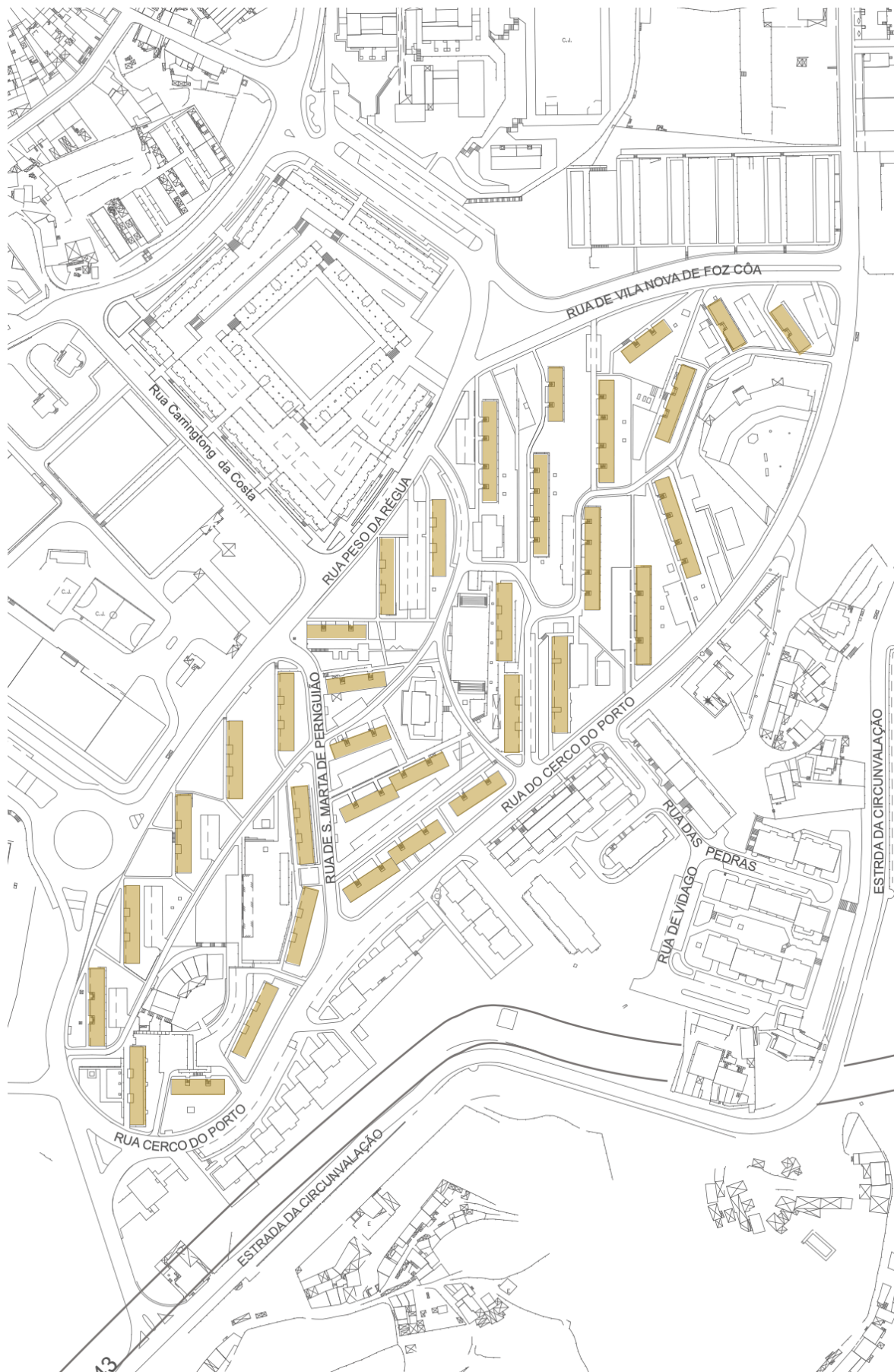


Fig. 120 Planta de localização dos blocos Conjunto de Habitações Populares do Cerco do Porto. Adaptado: (Alves Costa, 2021)



Fig. 121 Fachada com alguns encerramentos da varanda. Autor:desconhecido.



Fig. 122 A apropriação da galeria e do espaço público. Autor:desconhecido.



Fig. 123 A apropriação da galeria. Autor:desconhecido.

3.4.2 Antes da reabilitação

O sistema construtivo do Bairro do Cerco reflete uma fase de transformação no setor, pela utilização, nas paredes exteriores, de alvenaria de granito sobre sapatas contínuas, os pilares centrais de betão se sustentarem em sapatas isoladas e as lajes de piso utilizarem betão aligeirado com abobadilhas pré-fabricadas. Ademais, as coberturas de quatro águas são suportadas por estruturas de madeira e revestidas em telha cerâmica. (documento professor). Ainda, a alvenaria visível como consequência da topografia irregular do terreno fica à vista, “resultado de pedido expresso do Sindicato Nacional dos Pedreiros” (Alves Costa, 2021).

Por fim, as paredes divisórias são de alvenaria de tijolo rebocado e pintado (na divisão dos fogos são de parede dupla) e as caixilharias são em madeira com vidro simples.

“Estão agrupadas as moradias em edifícios de rés-do-chão e três andares e excepcionalmente com mais um pavimento quando há razões a justificá-lo. Há três modalidades de edifícios. Na primeira, designada pela letra A, as fachadas são correntemente voltadas a nascente e poente, sendo os acessos aos pavimentos superiores constituídos por escadas e varandas por onde o ar circula livremente e a luz penetra. Neste caso o r/chão tem comunicação direta com as veredas pelas quais são servidos estes edifícios. Na segunda, que designamos pela letra B, as fachadas normalmente estão voltadas a norte e

Bloco A

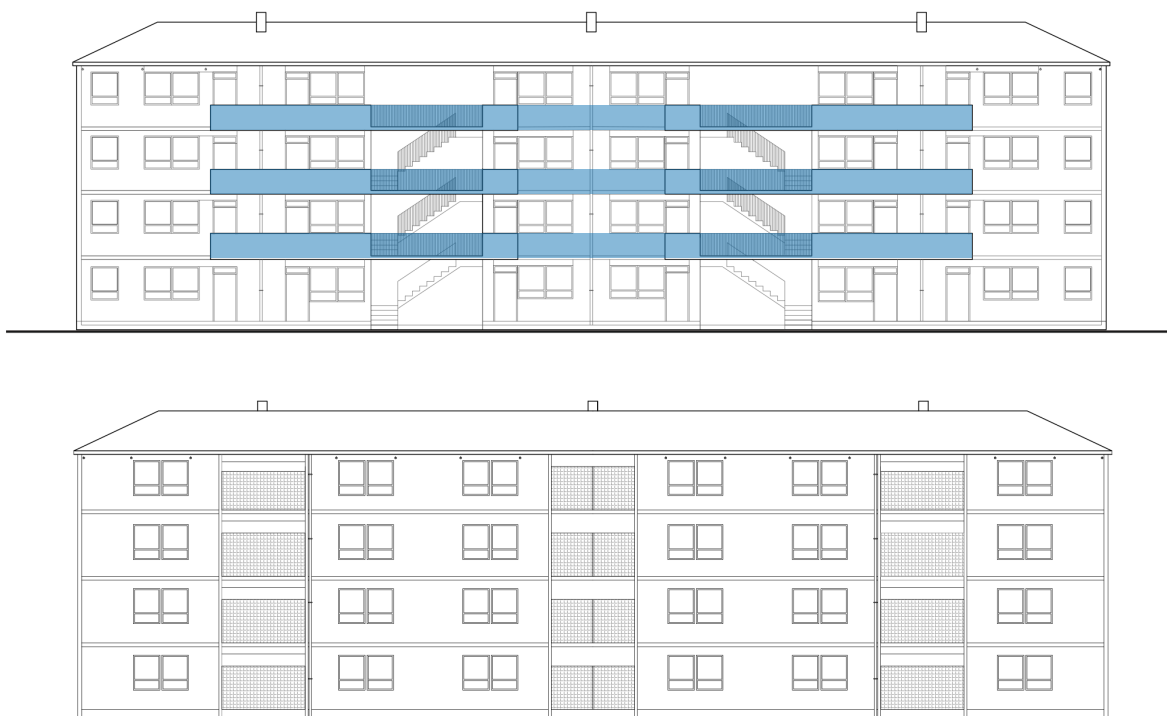


Fig. 124 Alçados originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (com acesso em galeria). Adaptado: (Alves Costa, 2021)



Fig. 125 Fachada com alguns encerramentos da varanda.
Autor:desconhecido.

Bloco B



Fig. 126 Alçados originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (com acesso sem galeria). Adaptado: (Alves Costa, 2021)

sul e a sua causa imediata foi a necessidade de orientação adequada das principais dependências de cada casa. Em face do número crescente de edificações com tal implantação, aproveitou-se esta circunstância para isolar melhor as habitações com escadas dispostas de modo que o acesso, em cada andar, se faz somente a duas, respectivamente, à direita e à esquerda, portanto com todo o resguardo. (...) A terceira modalidade, designada pela letra C, de partido arquitectónico estudado recentemente, possui, como característica especial, os patamares de escada com acesso a três habitações, mais uma que na solução mencionada anteriormente e com as mesmas vantagens: total independência de cada moradia” (CMP, 1966, p.17).

Importa referir que os elementos varanda e galeria estão presentes nos blocos do Bairro do Cerco (Bloco A como exemplo da galeria e no bloco B como exemplo da varanda) e configuram-se como os elementos em destaque na fachada dos edifícios. Assim, a sua expressão arquitetónica coleta a racionalidade do projeto e a solidez do sistema construtivo proposto. Assim, a varanda e a galeria, através das suas saliências, quebram a rigidez da estrutura e proporcionam fluidez e dinamismo ao construto. Mais uma vez o uso excessivo destes espaços para usufruto dos moradores, danifica a sua imagem e ao fim de trinta anos o Bairro evidencia vários problemas, como a degradação dos edifícios, a falta de manutenção, o vandalismo e as construções

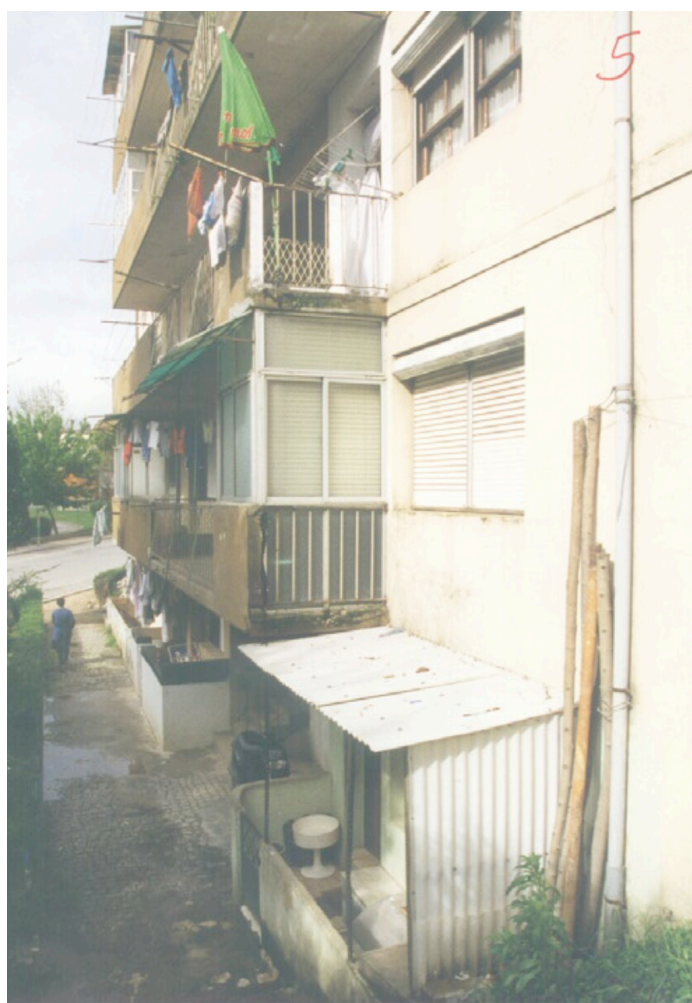


Fig. 127 A apropriação da galeria e do espaço público.
Autor:desconhecido.

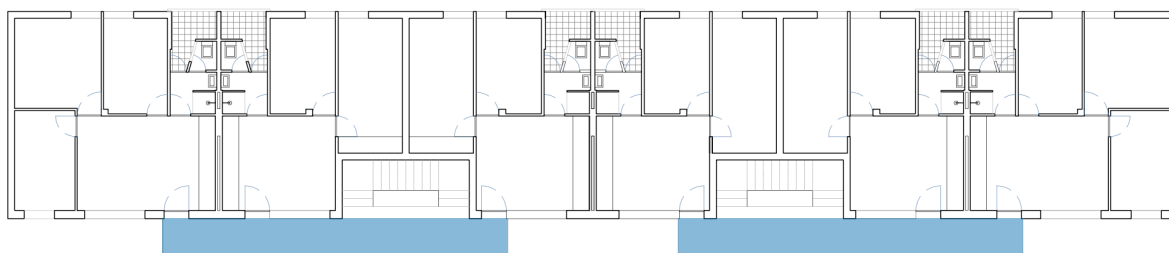


Fig. 128 Plantas originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (com acesso em galeria). Adaptado: (Alves Costa, 2021)

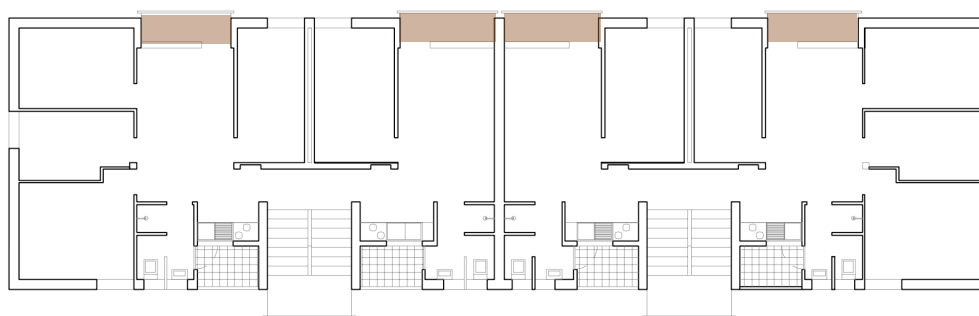


Fig. 129 Plantas originais de um dos blocos do Bairro do Cerco (sem acesso em galeria). Adaptado: (Alves Costa, 2021)

realizadas nas varandas e nas galerias. Por conseguinte, as áreas mínimas de habitação despoletaram, ao longo dos anos, que algumas varandas fossem encerradas (pelos próprios moradores) com o objetivo de expandir seu o espaço útil de habitação. Mais, a galeria e as caixas de escadas também viriam a ser utilizadas como uma expansão da habitação, em alguns casos também encerraram as suas extremidades para usufruto próprio e apropriaram-se destes espaços como se mais não fossem espaços comuns do edifício.

Por fim, o espaço envolvente dos edifícios apresentava visível destruturação, que se evidenciada pela ausência de uma organização clara nas áreas externas. O seu espaço público transmitia problemas na organização, seja dos percursos pedonais, viários, a falta de estacionamento, a falta de mobiliário urbano e o desinteresse pelo seu melhoramento.



Fig. 130 As fachadas após da primeira intervenção. Autor: desconhecido.



Fig. 131 Pormenor das estruturas metálicas. Autor: desconhecido.



Fig. 132 A fachada depois da segunda intervenção. Autor: desconhecido.

3.4.3 Depois da reabilitação

O Bairro do Cerco sofreu uma intervenção em 1990 pela autoria do arquiteto Virgínio Moutinho com colaboração do programa Europe Urban e a Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã. Intervenção que teve como objetivo resolver os problemas existentes, dos quais saliento a degradação das construções e das áreas exteriores. Assim, requalificaram o espaço público, criaram-se novos equipamentos coletivos e ocorrem intervenções pontuais no edificado (alteração das cores dos edifícios, colocação de azulejos decorativos e de painéis criados pelo Projeto de Azulejaria Comunitária de Elvira Leite), ainda substituíram-se as caixilharias e realizaram-se pequenas intervenções na cobertura, por fim encerraram as entradas dos edifícios e tornaram os secadouros (lavandarias) em marquises.

Mais tarde surge uma nova fase de intervenções sob a gestão da Domus Social (2017) com o objetivo de melhorar a qualidade habitacional e a eficiência energética do edifício. Nesta fase o bairro apresentava sinais de degradação acentuados nos edifícios e nos espaços comuns. As ações de intervenção foram projetadas pelo mesmo arquiteto que fez a primeira intervenção - Virgínio Moutinho que interviu nos blocos de acesso vertical (exemplo do Bloco B). Assim, a reabilitação focou-se nas coberturas e nas fachadas, voltou a modificar a cor dos blocos, fecharam-se as varandas, os secadouro e os acessos às habitações e introduziram-se estandais nas janelas (tapados por uma estrutura metálica que modificaram a fachada dos edifícios (figura 128)).



Fig. 133 Alçados com a marcação das alterações da reabilitação (sem acesso em galeria). Fonte: (Rocha & Fernandes Póvoas, 2023a)



Fig. 134 A fachada depois da intervenção. Autor: desconhecido.

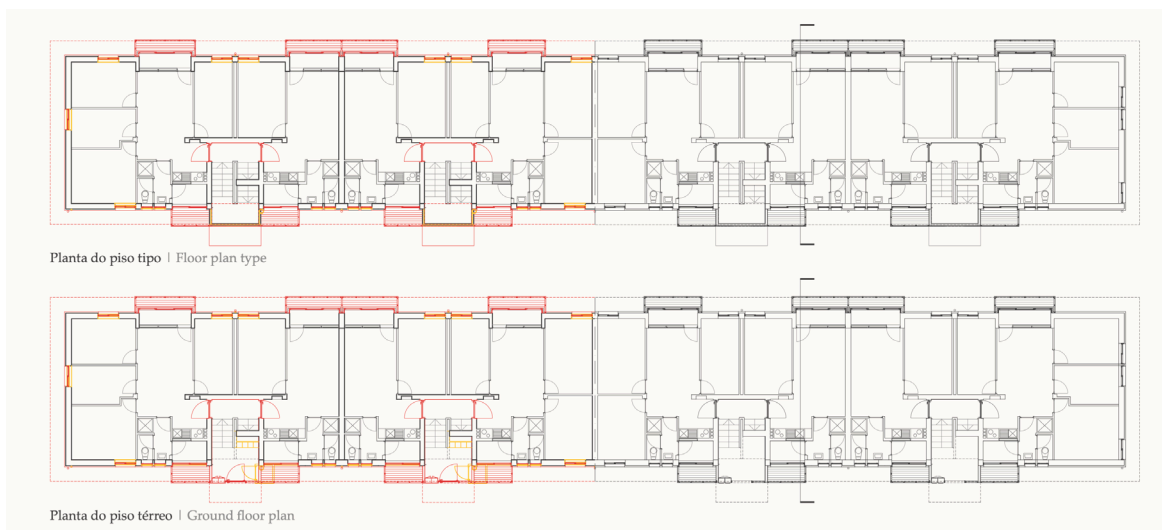


Fig. 135 Plantas com a marcação das alterações da reabilitação (sem acesso em galeria). Fonte: (Rocha & Fernandes Póvoas, 2023a)

Por fim, foi aplicado o sistema ETICS nas fachadas, substituíram-se as caixilharias (por novas em alumínio com vidro duplo) e nas coberturas foram instalados revestimentos em chapa de aço galvanizado (com isolamento térmico em poliuretano sobre uma estrutura leve e modernizou as infraestruturas).

A segunda fase da reabilitação, da autoria do atelier José Gigante, nos blocos de acesso em galeria (exemplo do Bloco A) teve como objetivo o de reabilitar a envolvente exterior dos edifícios e melhorar o desempenho térmico nas paredes e na cobertura com a introdução de isolamentos térmicos. Assim, foi escolhida a fachada ventilada com blocos cerâmicos, para facilitar a manutenção futura, por beneficiar a aparência do bairro e a sua durabilidade ao oferecer uma maior resistência ao desgaste causado pelo tempo. (Rocha & Fernandes Póvoas, 2023a)

Ainda, atuou-se ao reformular as caixas de escadas (que ligam a rua às galerias), mas que permaneceram encerradas e apenas acessíveis aos moradores com o objetivo de reforçar a sua segurança. As galerias viram serem realizadas melhorias significativas com o objetivo de preservar a sua funcionalidade, permaneceram abertas (contrariamente à intervenção no Bairro do Carvalhido) foi aumentada a altura de proteção e adicionaram vidro fixo nas suas extremidades. Ademais, no último piso, as galerias não tinham cobertura e por isso projetaram uma cobertura metálica com vista a melhorar a segurança dos moradores. Nas habitações do rés-do-chão adicionaram pequenas áreas cobertas, na frente da habitação, com o objetivo de criar um espaço de transição entre o privado e o público, tal como acontece na galeria.



Fig. 136 A fachada depois da intervenção.



Fig. 137 Alçados com a marcação das alterações da reabilitação (com acesso em galeria). Fonte: (Rocha & Fernandes Póvoas, 2023a)

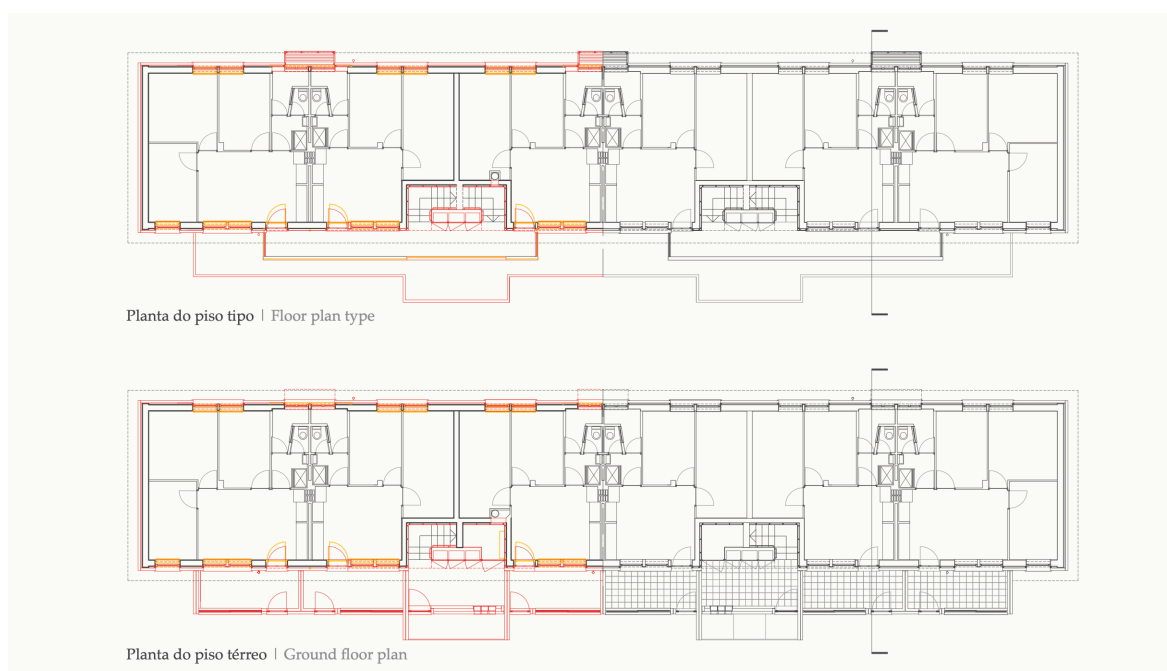


Fig. 138 Plantas com a marcação das alterações da reabilitação (com acesso em galeria). Fonte: (Rocha & Fernandes Póvoas, 2023a)

Por fim, como havia sido projetado na intervenção do Bloco B, José Gigante, substituíram-se as caixilharias existentes por modelos mais eficientes que proporcionam um melhor conforto térmico e acústico das habitações. Ainda, foram projetados estendais na fachada para facilitar as tarefas domésticas, libertando assim o espaço interior das habitações. No entanto, não foram projetadas quaisquer intervenção no interior.

CAPÍTULO 4

CASO DE ESTUDO

Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil



Fig. 139 O espaço livre e a sua ausência no Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil.



Fig. 140 Ponte de Pedra. Autor: desconhecido.



Fig. 141 Casa Museu Abel Salazar. Autor: desconhecido.

4.1 Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil

4.1.1 Enquadramento geral do objeto no território e no lugar

A cidade de São Mamede Infesta localiza-se no norte de Portugal, no município de Matosinhos, pertencente à união de freguesias de São Mamede Infesta e da Senhora da Hora. Assim, dispõem de uma localização privilegiada cercada a norte pela cidade do Porto e a leste pela cidade de Matosinhos. Mais ainda, usufrui de vias de ligação, como são exemplos a Estrada da Circunvalação, a Via Norte ou a Via de Cintura Interna. A cidade de São Mamede de Infesta estabelece uma relação proximal com centro das duas cidades que a rodeiam o que a caracteriza como um território importante no contexto municipal e metropolitano.

Ademais, teve os seus primeiros desenvolvimentos enquanto centro urbano no período de ocupação romano . É exemplo a Ponte de Pedra, reconhecida referência deste período por constituir parte integrante da via romana que uniu as cidades de Lisboa e de Braga. Importa realçar que a primeira vez que o território foi documentado aconteceu nos períodos de 994 e 1008 d.c através de uma alusão à “Villa de Manualdi” e, posteriormente em 1021, numa referência à atual igreja pertencente a D. Unisco Méndez localizada em Manualdi, atual Moalde. Anteriormente à atual organização administrativa, São Mamede de Infesta pertenceu, entre os anos de 1157 e 1638, ao Couto de Leça do Balio e posteriormente, entre 1579 e 1836 ao concelho da Maia, que englobava os atuais municípios de Vila do Conde, Trofa, Maia, Matosinhos, Valongo e Porto. (de Castro Pinheiro, 2015)

A origem do seu nome data o ano de 1706, sendo anteriormente denominada unicamente como São Mamede, aparecendo assim o termo Infesta (i.e., significa subida e/ou encosta) ficando a cidade numa cota alta e acidentada próxima ao rio Leça.

O desenvolvimento da freguesia foi marcada pela substituição do Carro Ripert (i.e., transporte urbano de passageiros de tração animal e que podia também circular sobre carris) pela linha de carro Elétrico até Paranhos que permitiu que se criassem outras ligações às zonas de Leixões, Ermesinde e da Batalha.

Em 1961, por intermédio do padre da cidade, são construídas várias habitações que abrangeram um grande espectro da população residente, num movimento de apoio aos mais desfavorecidos que seria conhecido como “Mojaf – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna”. A partir de 1974, os bairros cooperativos passaram a ser um modelo

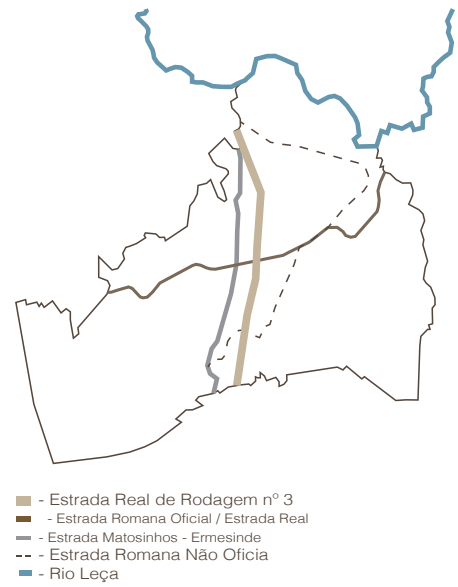
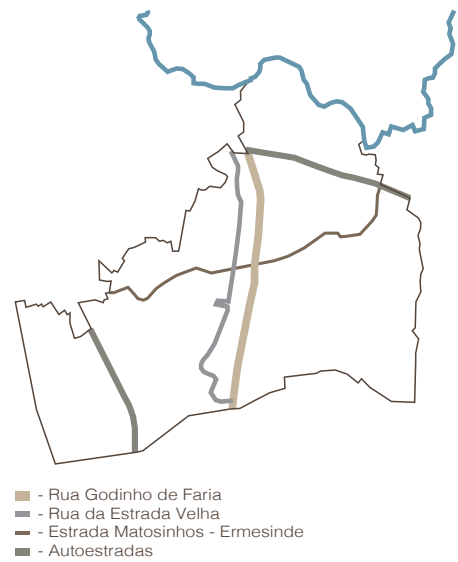
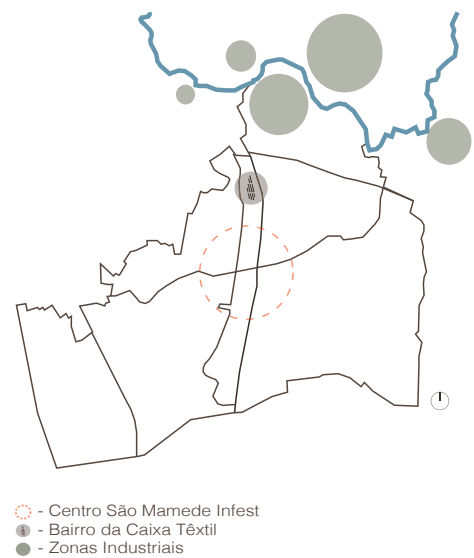


Fig. 142 Diagramas com a evolução da malha urbano.

de promoção de nova habitação muito implementado no concelho de Matosinhos e concretamente em São Mamede de Infesta, com destaque para os conjuntos habitacionais da Caixa Têxtil, de Moalde, da Estação e do Telheiro. Durante este período foram construídos inúmeros fogos, complementados com infraestruturas educacionais, desportivas e culturais. Importante referir também que a zona de intervenção pertence à uma zona especial de proteção provisória como constatado na Carta de Condicionantes do PDM.

Em relação a malha urbana, as suas principais características são; os quarteirões pouco regulares de dimensões e formas variáveis (traduzindo uma malha urbana adaptada aos alinhamentos dos eixos viários e ferroviário) e o predomínio de lotes longos e estreitos (em que as edificações permitem a existência de consideráveis áreas permeáveis nos interiores de quarteirão). Nos diagramas (figura 140) notamos a evolução das principais vias ao longo dos anos revelando que três das vias romanas mantiveram-se até à atualidade, apresentando apenas melhorias que as tornassem passíveis de responder às necessidades quotidianas.

No terceiro diagrama estão assinaladas as principais zonas dentro e perto da zona de intervenção.



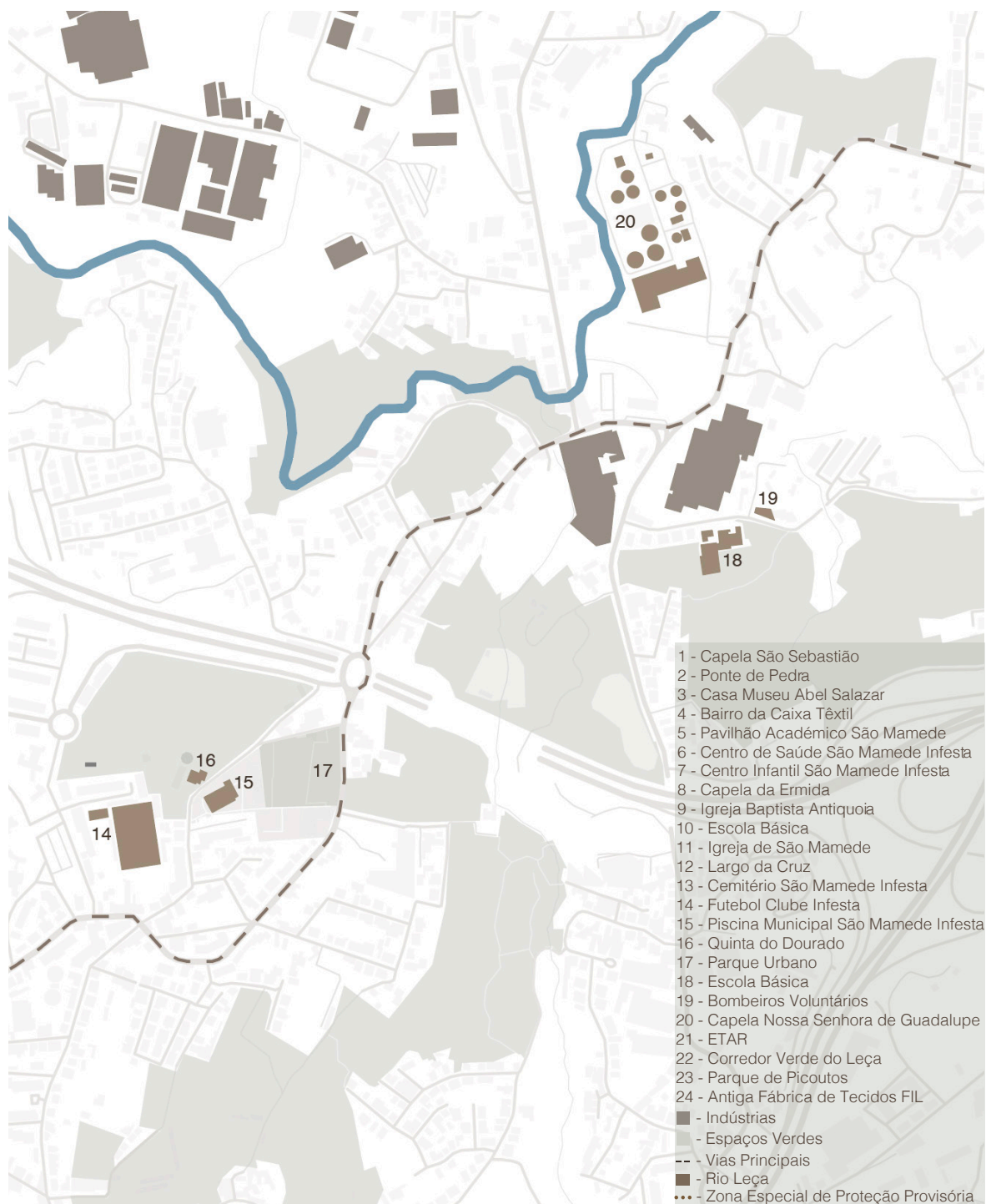


Fig. 143 Planta com os principais pontos envolventes do Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil.



Fig. 144 Parque de jogos.



Fig. 145 Lavadouro.

4.1.2 Antes da reabilitação

O Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil foi comissionado para os funcionários da indústria têxtil localizada na zona de São Mamede Infesta, no limite entre o Porto e a Maia. O projeto foi comandado pelo arquiteto Germano de Castro Pinheiro, teve início em 1951 e prolongou-se por toda a década de 50.

Assim, a sua existência justifica-se pelo desenvolvimento do setor têxtil e a necessidade de atrair trabalhadores para o setor garantindo condições para a sua permanência juntos às fabricas. Mais ainda, o bairro teve o seu nascimento durante a segunda fase do Programa de Casas Económicas e o seu projeto procura cumprir com que havia sido estipulado pelo Programa de Casas Económicas. O projeto original previa um conjunto de três equipamento de uso comum: i) um pequeno edifício de comércio, ii) um parque infantil e iii) um lavadouro comunitário (o único a ser concretizado). O acesso às habitações faz-se através de um espaço intermédio e exterior, no piso térreo e é apenas delimitado por guias de pavimento e muros baixos em pedra, conformando uma extensão do espaço e das actividades domésticas. (de Castro Pinheiro, 2015)

O bairro é composto por um total de 155 fogos de habitação. As suas tipologias variam entre habitações T1 (resultado de obras em antigos fogos que originalmente eram T2), T2, T3, T3 duplex e T4, com acessos diretos ou por galerias comuns. 83 fogos são propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos e 72 fogos são propriedade de privados. No Bairro foi adotada a construção com dois pisos, em consonância com a orientação expressa no Decreto-Lei n.º28:912, de 12 de agosto de 1938, no sentido de evitar-se a construção de casas térreas, pelo aspeto de pobreza e pouco urbano que transmitiam. O bairro é estruturado seguindo o declive do terreno e possui uma vista panorâmica até à zona da Maia. As unidades habitacionais são orientadas a nascente-poente e são organizadas em faixas perpendiculares à rua principal, seguindo a inclinação do terreno por meio de níveis diferentes entre elas, estes, resolvidos por galerias. Possui unidades habitacionais de dimensões mínimas, organizadas em faixas de apenas 6 metros de largura, mas com duas frentes para garantir uma ótima iluminação e aproveitamento máximo do espaço, não havendo assim, espaços de distribuição, permitindo que as divisões se conectem diretamente.

Em termos de áreas, o modelo predominante é o T2 que é composto por dois quartos de 16.25 m², uma sala com 11.70m², uma cozinha com 3.70 m² e um quarto de banho com 1.70 m² fazendo um total de 33.35 m² por habitação. (de Castro Pinheiro, 2015)



Fig. 146 Planta geral do Bairro.

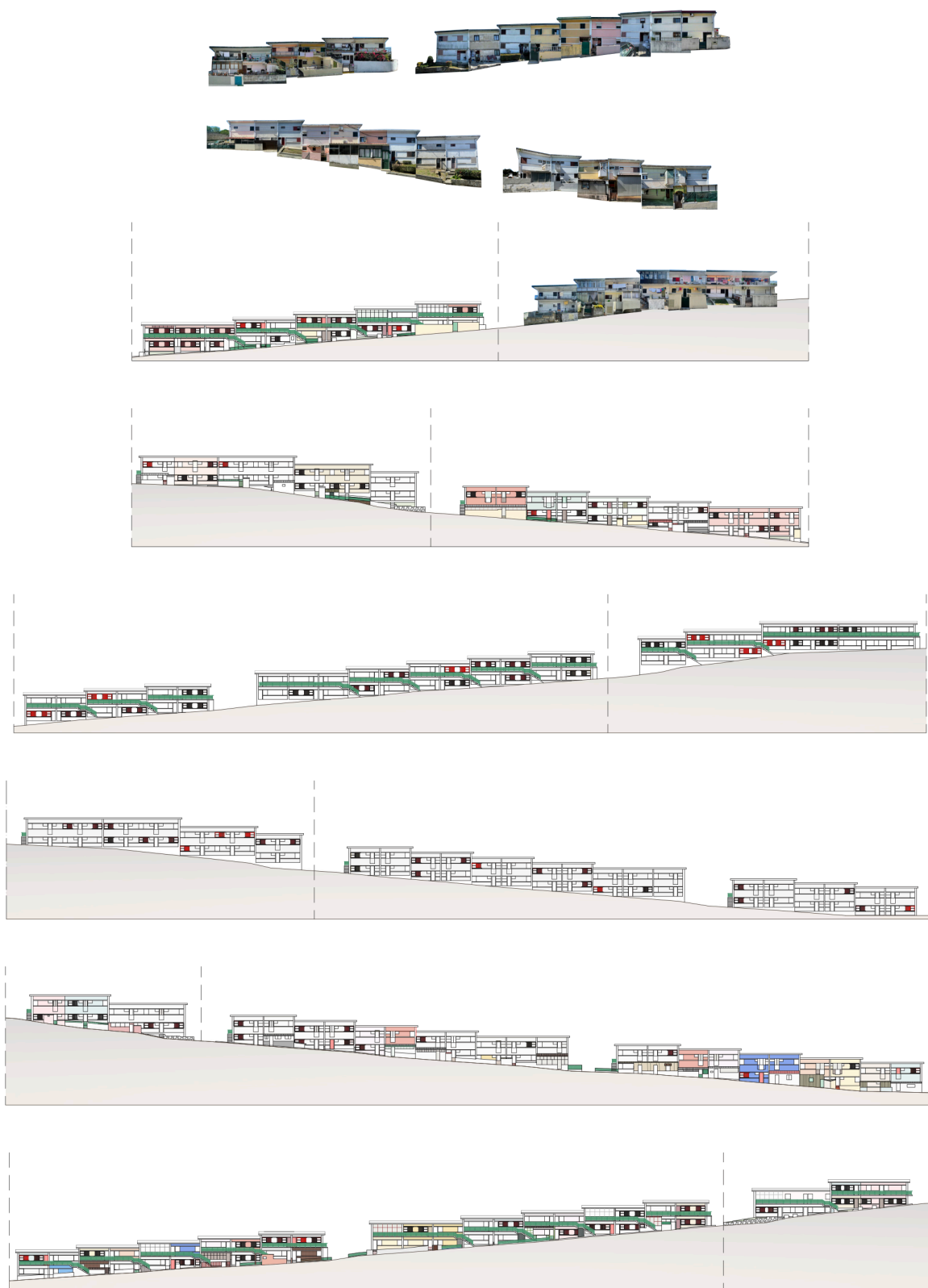


Fig. 147 Perfis.

esc.: 1:1000



Fig. 148 Único acesso viário.



Fig. 149 Acesso pedonal.

O acesso rodoviário ao Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil apenas se torna possível através da interseção entre a Rua de Godinho de Faria e a Perpendicular EDP. As linhas de autocarro 600 e 4M são os únicos transportes públicos com o acesso direto para a área de intervenção e transitam pela Rua Godinho Faria. Os pedestres, por sua vez, podem aceder ao Bairro pela Travessa Dr. Sá e Melo, pela Rua da Estrada Velha e pela Rua de Godinho de Faria.

Em relação aos passeios, dentro do Bairro, os mesmos, quando existentes, encontram-se em mau estado pois não cumprem com os requisitos necessários para garantir um acessibilidade segura e regulada o que acresce o risco e a insegurança no espaço público. Ao seu redor, na Rua de Godinho de Faria e Rua da Estrada Velha, os passeios encontram-se no estado razoável apesar de não ser o suficiente para garantir a segurança do local. Em suma, o objeto de estudo evidencia um mau estado de conservação dos arruamentos e passeios, em dimensão e na quantidade de passeios, assim como oferta de estacionamento, o que contribui para um mau nível global de acessibilidade e mobilidade.

Nas plantas abaixo (figura 148 e 149) observamos como se apresenta a envolvente direta do Bairro. Em termos de altimetria nota-se que os edifícios variam na sua maioria entre 1 à 3 pisos, e apresenta alguns que têm entre 4 à 6 pisos. No âmbito dos usos, a zona de intervenção é predominantemente habitação com algum comércio, mas com pouca relevância. O principal serviço presente na área delimitada pela planta é o Centro de Saúde de São Mamede Infesta.



Fig. 150 Planta de altimetrias.



Fig. 151 Planta de usos.



Fig. 152 Varanda de uma das habitações.



Fig. 153 Imagem 3D da fachada dos blocos.

Caraterização do objeto

O Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil apresenta um conjunto de valores arquitetónicos que evidenciam tanto a funcionalidade como a estética dos edifícios da arquitetura moderna. Nomeadamente a sua implantação e adaptação à topografia do local, a horizontalidade dos edifícios marcam as ruas e proporciona a interação dos moradores de diferentes blocos. A cor das janelas e das portas, que criam contraste e identidade visual e o seu sistema construtivo, a sua estrutura e a organização interna das habitações.

Os elementos varanda e galeria estão presentes no bairro, desempenham papéis importantes tanto no valor funcional como no simbólico. Estes servem de espaços de transição entre o interior e o exterior e incentivam também, o convívio comunitário, a maioria dos habitantes do bairro são pessoas idosas, que se encontram a viver sozinhas e este espaços possibilitam a interação entre os moradores.

Apesar da varanda ser destacada nas traseiras das habitações como sendo um elemento característico do bairro, a sua pequena área impossibilita o seu usufruto na maioria das atividades associadas a este elemento.



Fig. 154 Cortes das habitações T2.

A tipologia tipo do edificado é a T2 encontrando-se disposta por 6 dos 8 blocos habitacionais divididos entre dois pisos num total de 155 fogos de habitação. As suas tipologias variam entre habitações T1 (que resultam de reconversões de T1), T2, T3, T3 duplex e T4 com acessos diretos ou por galerias comuns.



Fig. 155 Plantas das tipologias originais e das rehabilitadas.

Deste modo, as tipologias encontram-se organizadas por 4 zonas, nomeadamente; i) os quartos, ii) a zona social, iii) a área de serviço e iv) a instalação sanitária. Ainda, com vista a maximizar a área reduzida, as tipologias originais não têm áreas de circulação. com a particularidade de que as tipologias originais realizam o seu acesso para as instalações sanitárias pela cozinha.

O T3 duplex encontra-se organizado em dois pisos, no piso térreo encontramos a zona social e a área de serviço, e no piso 1 situam-se os 3 quartos e a instalação sanitária. Desta forma, nesta tipologia encontramos áreas maiores em relação às demais configurações de habitação, usufruindo também de um hall de entrada e de espaços designados para circulação e distribuição.

O Bairro sofreu intervenções no interior das habitações por parte da Câmara Municipal de Matosinhos, CMM com o projeto Matosinhoshabit em 2023. Nas tipologias que foram reabilitadas, observamos que, as intervenções mais recorrentes foram a reconversão de T2 (originais) para T1. Assim, vimos ser aumentando a zona social e a área de serviço e alterado o acesso às instalações sanitárias. Ainda, as habitações dispõem agora de um hall de distribuição. No caso dos T3, que se reconvertem para T2, os principais objetivos assemelham-se aqueles dos T1, que procuraram aumentar as áreas e criar zonas de distribuição.

Denote que o dimensionamento das áreas de cozinha e do quarto de banho (existentes) não se adequa às necessidades de circulação e de movimentos gerados por quem usa, hoje, estes mesmos espaços. Os fogos permaneceram quase na sua totalidade habitados, tendo sido progressivamente modificados pelos seus moradores ao introduzirem várias modificações e ampliações de carácter informal.

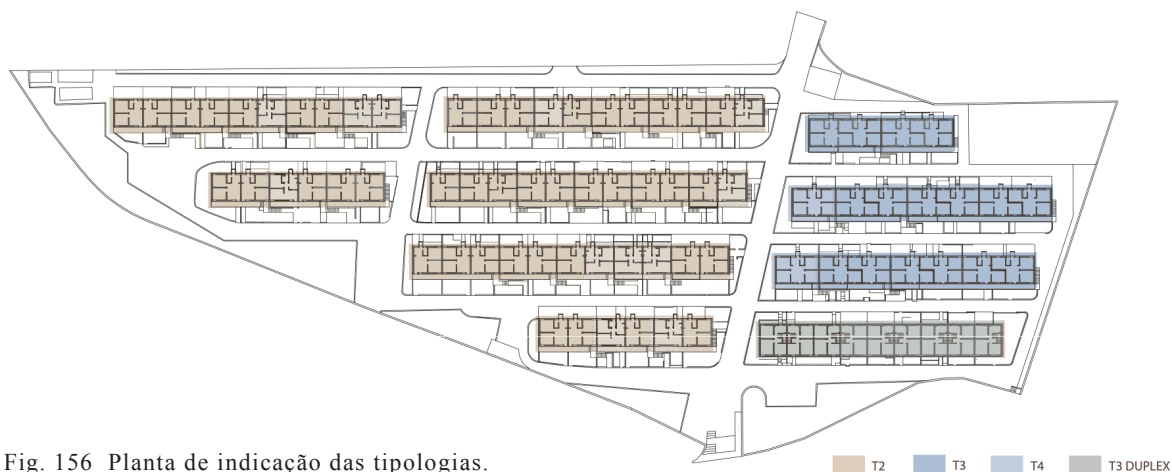
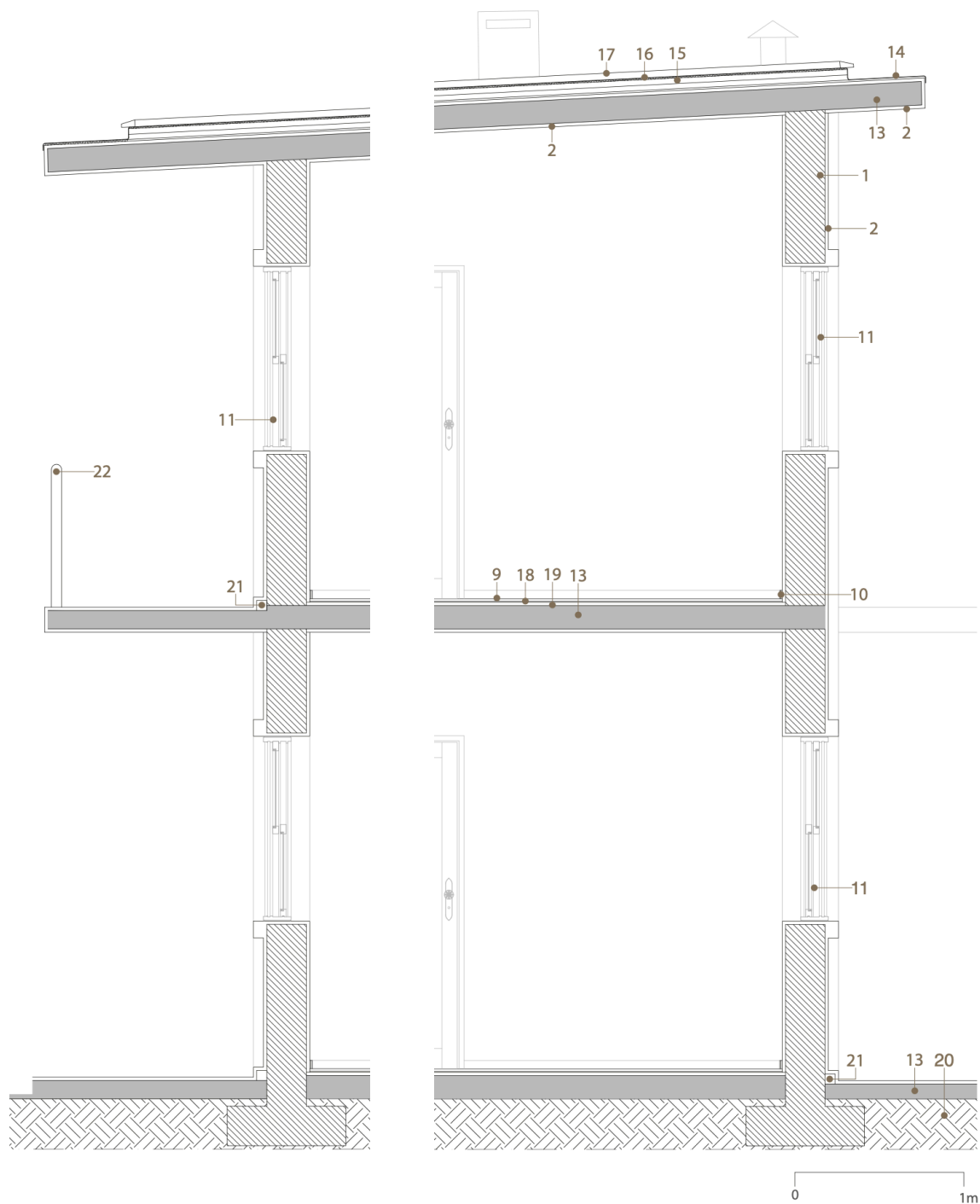


Fig. 156 Planta de indicação das tipologias.



LEGENDA:

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1. Alvenaria em Pedra de Granito de 35 cm | 13. Betão armado |
| 2. Emboço e Reboco | 14. Folha de zinco |
| 3. Janela Basculante | 15. Argamassa de betão leve |
| 4. Pavimento Cerâmico de Barro | 16. Tela pitonada |
| 5. Porta de batente com vidro | 17. Chapa ondulada zincada |
| 6. Soleira em mármore | 18. Cimento cola |
| 7. Alvenaria de tijolo de 7 cm | 19. Enchimento |
| 8. Alvenaria de tijolo de 11 cm | 20. Terra |
| 9. Tacos de madeira | 21. Betonilha |
| 10. Rodapé em madeira | 22. Guarda metálica |
| 11. Janela de guilhotina | |
| 12. Porta de batente | |

Fig. 157 Corte construtivo da tipologia T2.

O estudo das unidades habitacionais revela um design compacto, com uma estética moderna e funcional no qual os espaços se encontram devidamente iluminados. O sistema construtivo do Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil constata uma configuração híbrida ao combinar a alvenaria de granito com estruturas de betão armado. Por sua vez, a cobertura é inclinada e assumida no interior (esta é revestida com chapa ondulada zincada e fica saliente nos alçados), do lado da galeria cobre todo o espaço de circulação e dos restantes lados fica menos visível. Ainda, as caixilharias e as portas, em madeira pintadas em tom vermelho, ficam recuadas em relação à fachada e são marcadas por uma grelha branca saliente. Por fim, no interior utilizaram paredes simples de tijolo vazado de 7 e 11 cm, pavimentos e rodapés em tacos de madeira e azulejo na cozinha e na instalação sanitária. (de Castro Pinheiro, 2015)

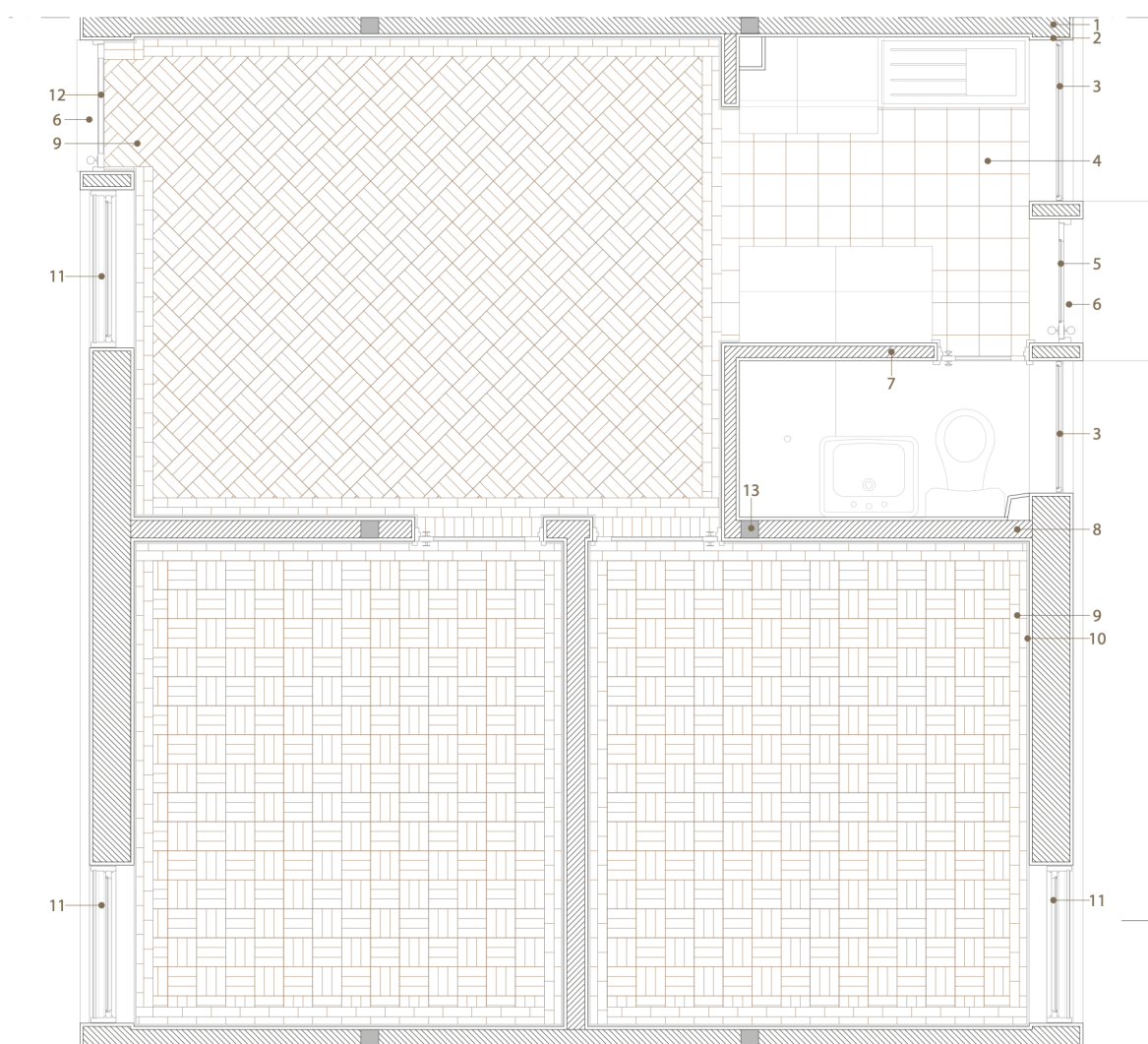


Fig. 158 Planta construtiva da tipologia T2.

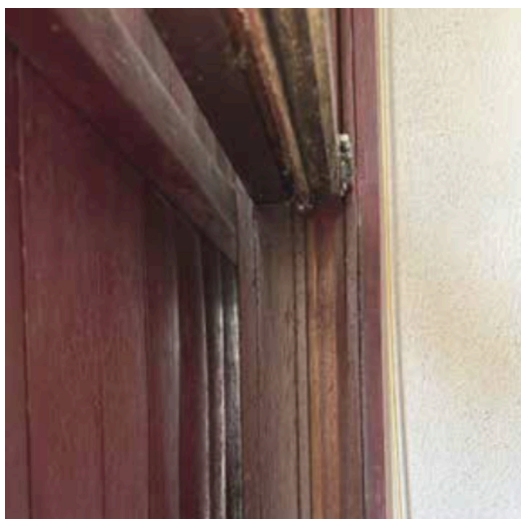


Fig. 159 Detalhe da caixilharia.



Fig. 162 Detalhe da cobertura.



Fig. 160 Detalhe da soleira.



Fig. 163 Detalhe do Portão.

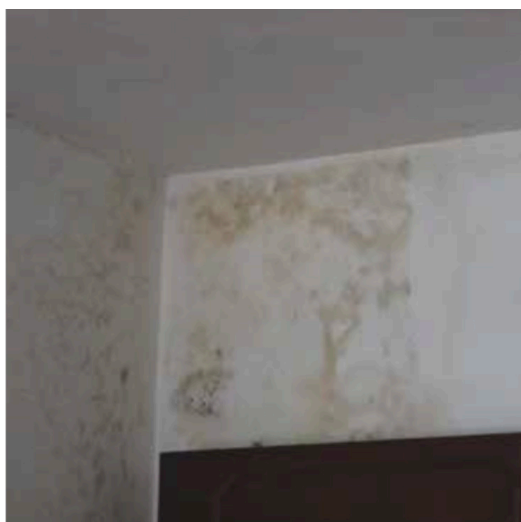


Fig. 161 Detalhe da degradação interior.

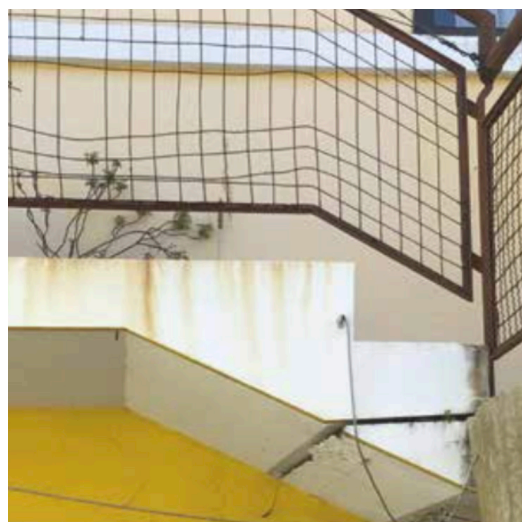


Fig. 164 Detalhe da galeria.

Diagnóstico do estado de conservação

A observação dos edifícios de Bairro, em geral, revela a existência de uma necessidade de intervenção nos espaços envolventes e principalmente nas suas galerias, nos logradouros e nas traseiras da habitação. Será necessário aproveitar o espaço exterior junto das habitações para expandir o seu interior. O mesmo sucedeu no Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil, onde os moradores apoderaram-se do espaço livre de que disponham nos logradouros (tanto na zona da frente como atrás das residências). Por conseguinte, a maioria dos moradores fechou a varanda e atribuí-lhe uma nova função (em alguns casos as habitações que ficam na ponta da galeria os moradores fizeram uma marquise para uso próprio).

Destemodo, as varandas e as galerias passaram a ser um espaço de armazenamento, sem conforto e pondo em causa a estética deste bairro nos alicerces do movimento moderno. Neste momento assiste-se a uma ocupação descontrolada dos espaços, obstruindo-os com construções de barracos, barreiras improvisadas entre os diferentes fogos e uma variedade de materiais e texturas não condizentes com o modernismo.

A análise da parte exterior revela a latente falta de pavimento estável e confortável, principalmente para a maioria da comunidade que é idosa. Será, por isso, necessário a substituição de diversos materiais, como o exemplo das janelas de madeira. Ainda, as guardas que ficam nas galerias e nas escadas também carecem de substituição. Por fim, será necessária uma reestruturação completa da rede elétrica e da rede de saneamento. Assim, o bairro necessita de uma intervenção célere e urgente para recuperar o seu carácter original, a sua formalidade e funcionalidade por via a influenciar diretamente o bem-estar dos seus habitantes.

Realizaram-se inquéritos aos habitantes do bairro de forma a interrogar sobre as suas necessidades, as da comunidade e perfilar os seus desígnios em intervenções futuras. Deste modo, os inquéritos permitiram compreender as vicissitudes nos espaços, as suas necessidades e os seus problemas diários. Por fim, as conversas com os moradores, ajudam a priorizar ações e a fazer intervenções que realmente tenham um impacto positivo na comunidade que já habita o bairro, ninguém conhece melhor as suas necessidades do que eles próprios.



Fig. 165 Encerramento da varanda e dos logradouros.

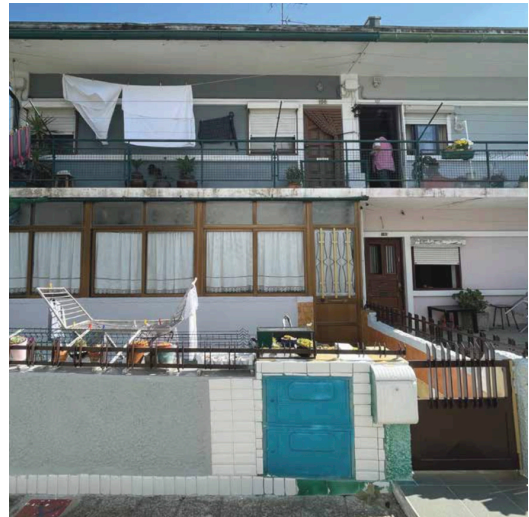


Fig. 166 Apropriação da galeria e do logradouro.

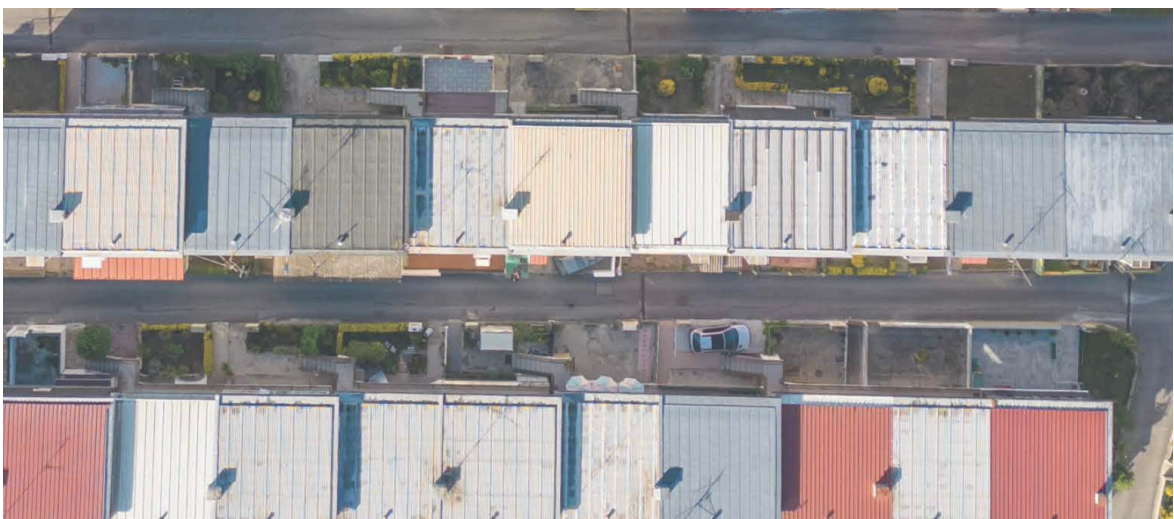


Fig. 167 Vista aérea do Bairro.

Inquéritos

Caraterização imaterial

- População em transição para uma faixa etária entre os 35 e 55 apesar da existente predominância dos moradores originais cuja faixa etária é superior aos 67.
- Registamos que os tipos de agregados predominantes variam entre família unitária e família monoparentais (filho enquanto cuidador do pai ou mãe)
- Como consequência do envelhecimento da população existente no Bairro, existe por parte dos moradores, uma carência do senso de comunidade que outrora existiu que era também conseguida pelos equipamentos de uso colectivo (logradouro e parque de jogos).
- Os moradores entrevistados, especialmente os moradores originais, expressão uma alienação dentro do próprio conjunto aonde não existe uma ligação/relação entre a vizinhança.

Caraterização material

- A excessiva presença automóvel dentro do Bairro e nos seus arredores causa descontentamento aos moradores.
- Necessidade da criação de um limite entre o conjunto habitacional e o resto da envolvente.
- Os moradores preferem que predomine a existência dos percursos pedonais dentro do conjunto como era entendido na origem da criação do Bairro.
- Existe uma carência por parte dos moradores em relação a espaços de comunitários.
- Em relação à imagem exterior dos blocos que compõem o Bairro, os moradores preferem a imagem original mantendo as fachadas com diferentes cores e as portas, janelas e portadas com a sua cor inicial (vermelho)
- Existe um consenso da necessidade de um espaço exterior privado, daí ser fundamental delimitar o logradouro (piso térreo) e a extensão da varanda (piso 1).
- Devido ao espaços exíguos das habitações e a falta de arrumos, existiu uma necessidade por parte dos moradores de fazerem construções adicionais como solução para estes problemas.

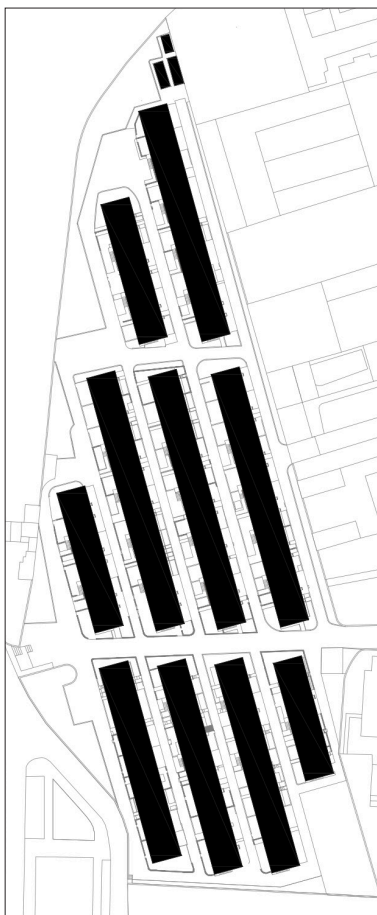


Fig. 168 A manter.



Fig. 169 A demolir.

4.1.3 Depois da proposta de reabilitação

No prolongamento do estudo sobre o Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil emerge a necessidade de recuperar alguns dos espaços esquecidos e/ou ocupados pelos habitantes. Além disso, a falta de condições no seu interior e a falta de espaço leva a que seja necessário atuar nos espaços público, privado e semi-privado.

O objetivo desta proposta captar o que uma intervenção na galeria e/ou varanda acrescenta no valor, na felicidade e na continuidade de valores aportados ao Bairro e aos bairristas. Assim, refletir sobre a importância dos elementos (galeria e varanda) no programa habitacional, ou seu encerramento ou esquecimento e áreas mínimas das casas levam à questão - De que forma é que devemos intervir sem ter que eliminar a varanda e a galeria, mantendo assim o caráter do Bairro e o princípio da continuidade. Por outro lado, identificar de que forma devemos intervir nos espaços que proporcionam uma melhor qualidade de vida aos moradores mantendo e promovendo a integridade do bairro.

Atualmente no Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil, existe uma ausência destes elementos primordiais, são espaços negligenciados e ocupados de diversas formas sem qualquer preocupação com pelo caráter e pela imagem que transmitem. Ainda, o acontecimento repete-se em outros bairros, até naqueles que foram reabilitados, onde a solução foi a de encerrar as galerias e as varandas. Consequentemente, solucionando alguns dos problemas eliminando mas desenvolvendo novos, como o impedir o usufruto do espaço exterior privado, da conexão com a natureza e com os habitantes do bairro. Assim, os espaços deviam caracterizar-se como locais de encontro, conexão e reflexão, por serem pilares nos bairros e nas suas comunidades ao desempenharem um papel relevante na interação social. Mais, a relevância destes elementos arquitectónicos transcende a do espaço físico, une comunidades, cria sentimento de pertença, bairros felizes e agradáveis de habitar.

Observamos, nas plantas apresentadas, a representação do que se vai manter, demolir e construir na reabilitação. Assim, é possível sentir o excesso de aumentos (ilegais) e a necessidade de criar uma imagem limpa e que seja benéfica para a qualidade de vida dos habitantes do bairro. Também, os acessos pedonais e automóvel estão em mau estado e sem limitação, o que provoca falta de segurança e liberdade do espaço exterior.

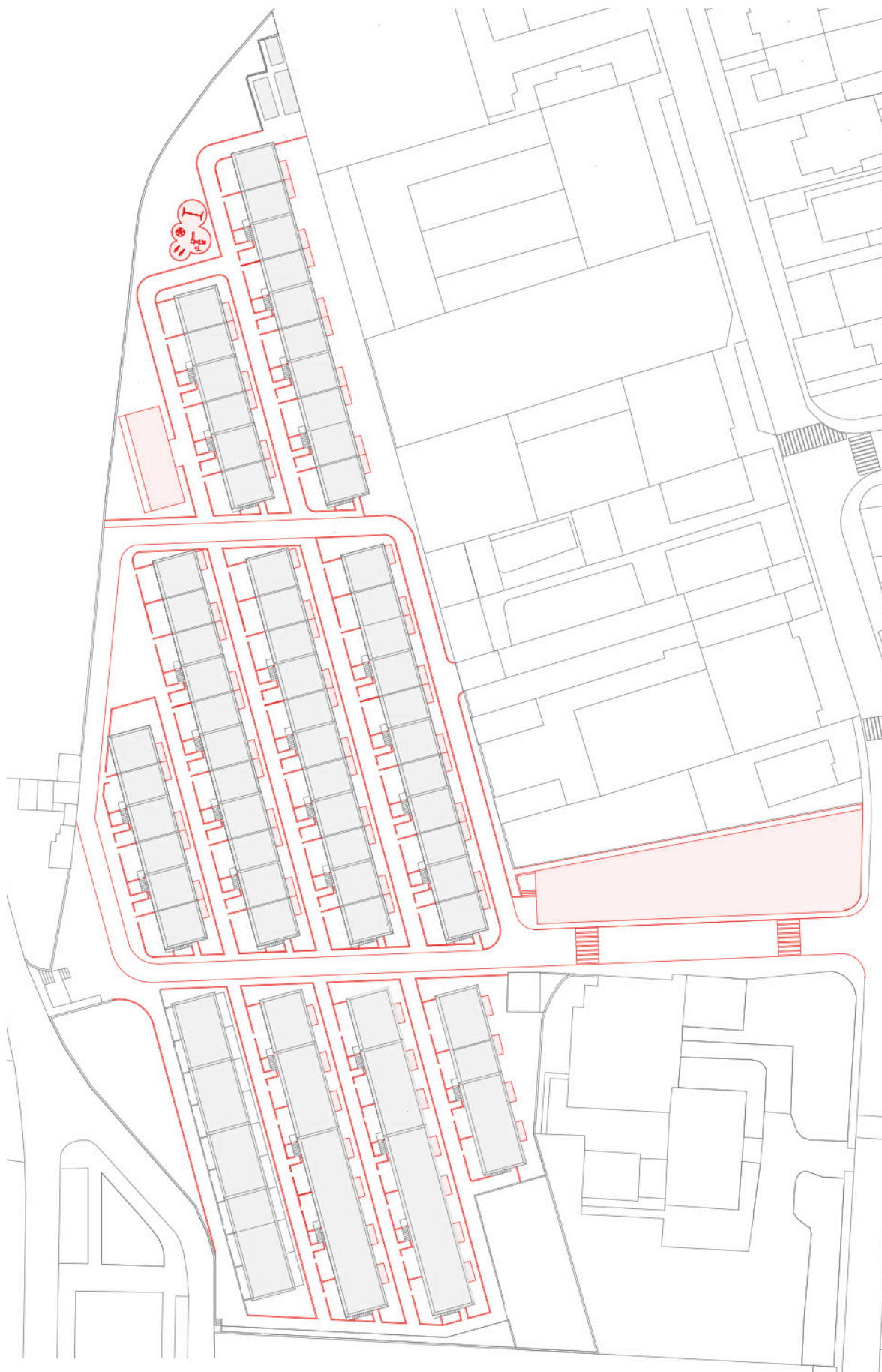


Fig. 170 A construir.



Fig. 171 Planta de implantação da proposta final.

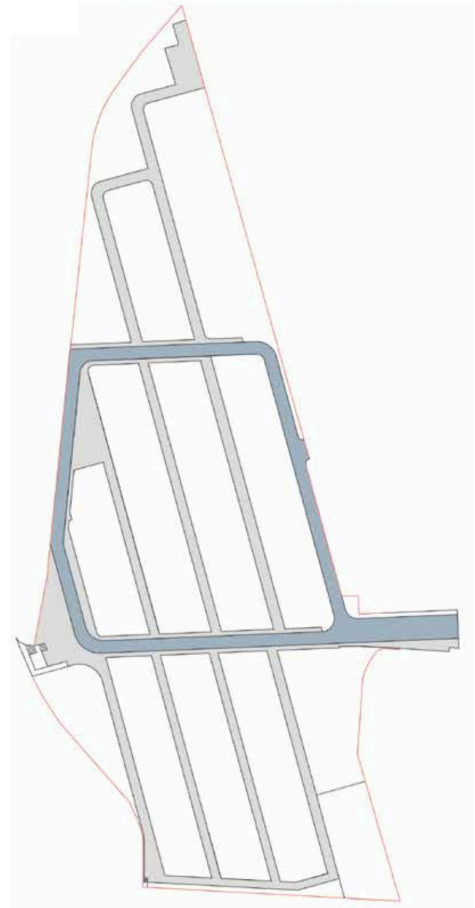


Fig. 172 Planta com a marcação da via para circulação de veículos (azul) e pedonais (cinza).



Fig. 173 Planta com indicação das entradas para as habitações.

A prioridade neste projeto foi sempre oferecer qualidade de vida aos habitantes, protegendo sempre o projeto original do Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil mas adaptando às necessidades atuais. É notório que o espaço público deixou de ser uma espaço livre e desenhado, mas sim algo desordenado, sem limites e com pouca utilidade para a comunidade. O projeto para o espaço público torna a envolvente das habitações limpa, com diferentes zonas de atividades, tal como foi proposto no projeto original.

O espírito de comunidade desapareceu e os espaços que antigamente utilizavam para conviver ficou sem vida e sem uso. Estes espaços são o lavadouro, que neste momento está sem funcionar e que após os inquéritos percebemos que este era um espaço que ajudava a conviver e a socialização entre os habitantes, e o ouro espaço é o parque de jogos, que atualmente está sem uso. Estes espaços foram reabilitados, com a intenção de manter a memória do espaço e promover a relação entre a comunidade. O parque infantil foi também um dos espaços desenhados no projeto original, mas acabou por não ser feito.

Após o inquérito percebemos também que os habitantes do bairro sentem falta do convívio e de espaços que seja possível socializar com a comunidade. O projeto acrescenta então um parque infantil e um espaço polivalente, possibilitando assim a socialização entre eles e os seus visitantes.

Um dos problemas do Bairro da Caixa de Previdência da indústria Têxtil é o estacionamento, atualmente no Bairro as ruas são ocupadas com veículos, sem marcação do lugar de estacionamento o que diminui o espaço livre de usufruto da comunidade. Para além da segurança, muitos dos veículos não pertencem aos habitantes, mas sim às pessoas que necessitam de estacionar para ir por exemplo ao centro de saúde ou a outra equipamentos. No geral os moradores não gostam preferiam que fosse como no projeto original, as ruas eram todas pedonais, como se fosse um único jardim.

A proposta para o Bairro é então retirar os “lugares” de estacionamento dentro das limitações do bairro, mantendo apenas uma faixa de sentido único para a circulação de veículos para casos de urgência ou de cargas e descargas. Aumento assim o espaço pedonal, promovendo a segurança e a memória. A solução para o estacionamento, foi a criação de um equipamento na zona onde atualmente é usada como um parque de estacionamento, surge assim o parque de estacionamento.



Fig. 174 A manter.



Fig. 175 A demolir.



Fig. 176 A construir.

Alçados

No Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil, existe a necessidade de recuperar alguns espaços esquecidos e/ou ocupados pelos habitantes. Para além da falta de condições no interior, a falta de espaço, entre outros problemas, é necessário também intervir nos espaços público, privado e semi-privado. A varanda, a galeria e o logradouro. Atualmente os blocos de habitação estão envolvidos de anexos e de aumentos ilegais desordenados, sem qualquer preocupação com o objeto. A falta de espaço no interior provocou a utilização dos espaços envolventes (varanda, galeira e logradouro) como uma expansão da habitação possibilitando mais espaço. A solução para recuperar a imagem e ao mesmo tempo responder às necessidades dos moradores, foi no alçado frontal, limpar e dividir os logradouros, cada habitação no piso 0 tem o seu espaço exterior privado e os do piso 1 conseguem aceder à galeria sem ter que passar pela habitação do vizinho. No alçado traseiro, onde estão a maioria dos aumentos, a solução foi retirar tudo e criar uma expansão do interior que não modifica a fachada, como se fosse algo temporário e que possibilita aumentar o interior, melhorando a qualidade de vida dos moradores e mantendo assim uma imagem limpa e igual em todas as habitações.

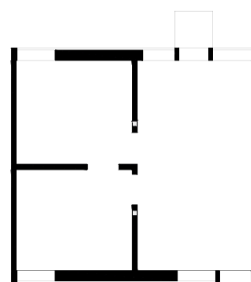
No piso 1 o alçado frontal a galeria que serve de acesso às habitações fica livre, sem qualquer objeto que impossibilite a passagem, tal como é o projeto original. No alçado traseiro, devido à expansão do piso 0 e como principal objetivo, a varanda aumentou, privilegiando os moradores com um espaço exterior privado.



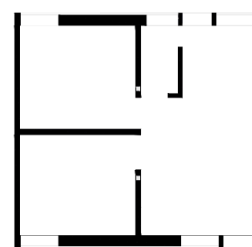
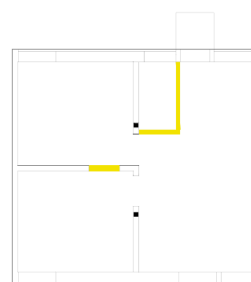
Fig. 177 Proposta dos alçados reabilitados.

Piso 0

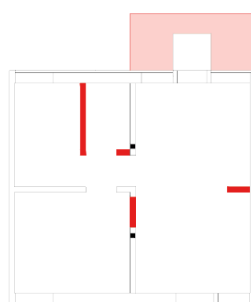
Piso 1



A MANTER



A DEMOLIR



A CONSTRUIR

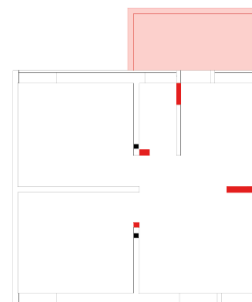


Fig. 178 Plantas das alterações da tipologia.

Tipologia T2

As habitações existentes no bairro têm áreas mínimas, compactas e sem espaços de circulação entre os diferentes espaços. O principal objetivo foi manter o máximo possível o caráter do bairro e melhorar a qualidade de vida dos moradores. A solução nunca foi transformar em T1 mas sim tentar manter o número de quartos, visto que após o inquérito, a maioria dos habitantes prefere manter os dois quartos e ter uma sala mais pequena. Atualmente a necessidade de mais uma área é maior, devido ao teletrabalho, ao aumento da família, ou até mesmo se for preciso dar apoio ou ter apoio para uma pessoa idosa.

No piso 0, ficou praticamente igual, apenas tem a expansão no alçado traseiro que serve de zona de refeição e de arrumação se necessário.

No piso 1, para possibilitar o aumento da varanda e de um espaço exterior privado com as mínimas condições, como conseguir estender a roupa e aproveitar o ar livre, foi necessário diminuir um dos quartos, para conseguir criar uma zona de refeição.

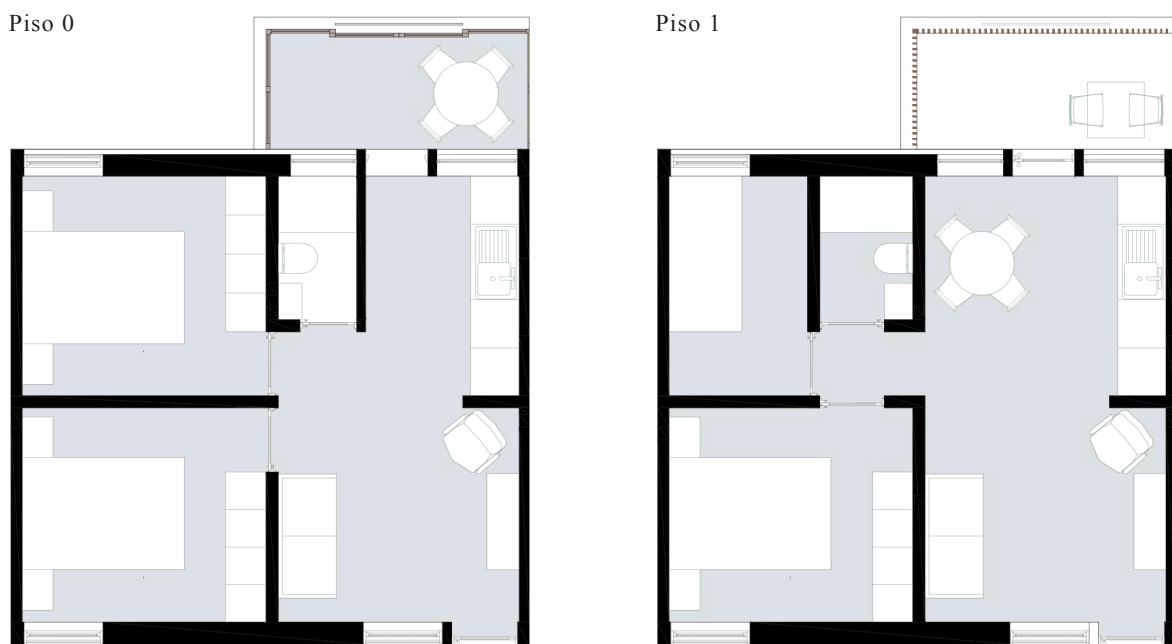
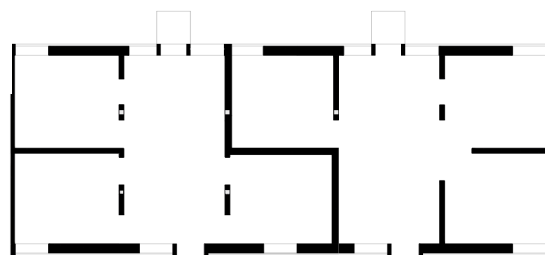
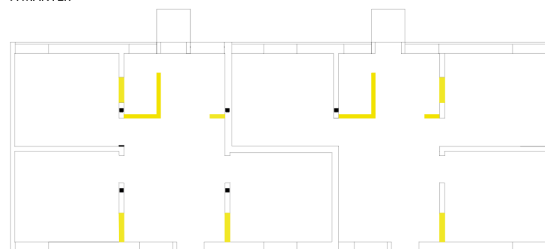


Fig. 179 Plantas da proposta final.

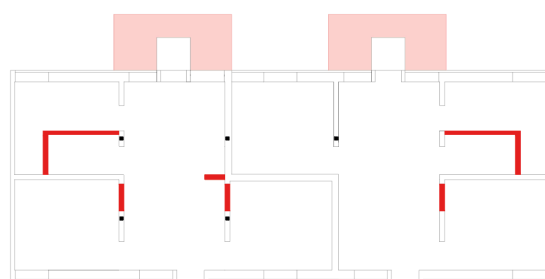
Piso 0



A MANTER

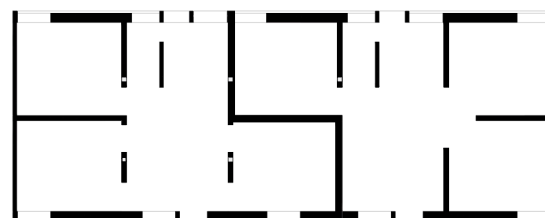


A DEMOLIR

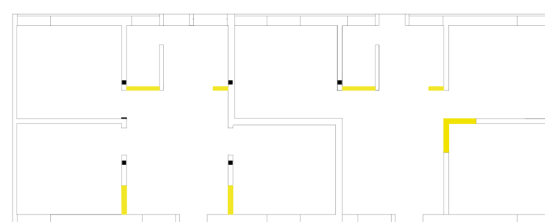


A CONSTRUIR

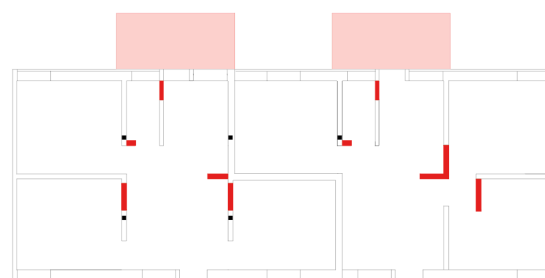
Piso 1



A MANTER



A DEMOLIR



A CONSTRUIR

Fig. 180 Plantas das alterações da tipologia.

Tipologia T3

A tipologia T3, teve como base as mesmas ideologias do T2, mais uma vez tem áreas mínimas, compactas e sem espaços de circulação entre os diferentes espaços. O principal objetivo foi manter o máximo possível o caráter do bairro e melhorar a qualidade de vida dos moradores. Os alçados seguem a mesma lógica, a imagem fica igual ao T2, apenas o interior é que sofre mais alterações.

No piso 0 mantém o número de quartos e a zona de refeições fica na zona do aumento. No piso 1, para também possibilitar o aumento da varanda e de um espaço exterior privado com as mínimas condições, passou de T3 para T2, possibilitando assim o aumento da cozinha e da casa de banho.

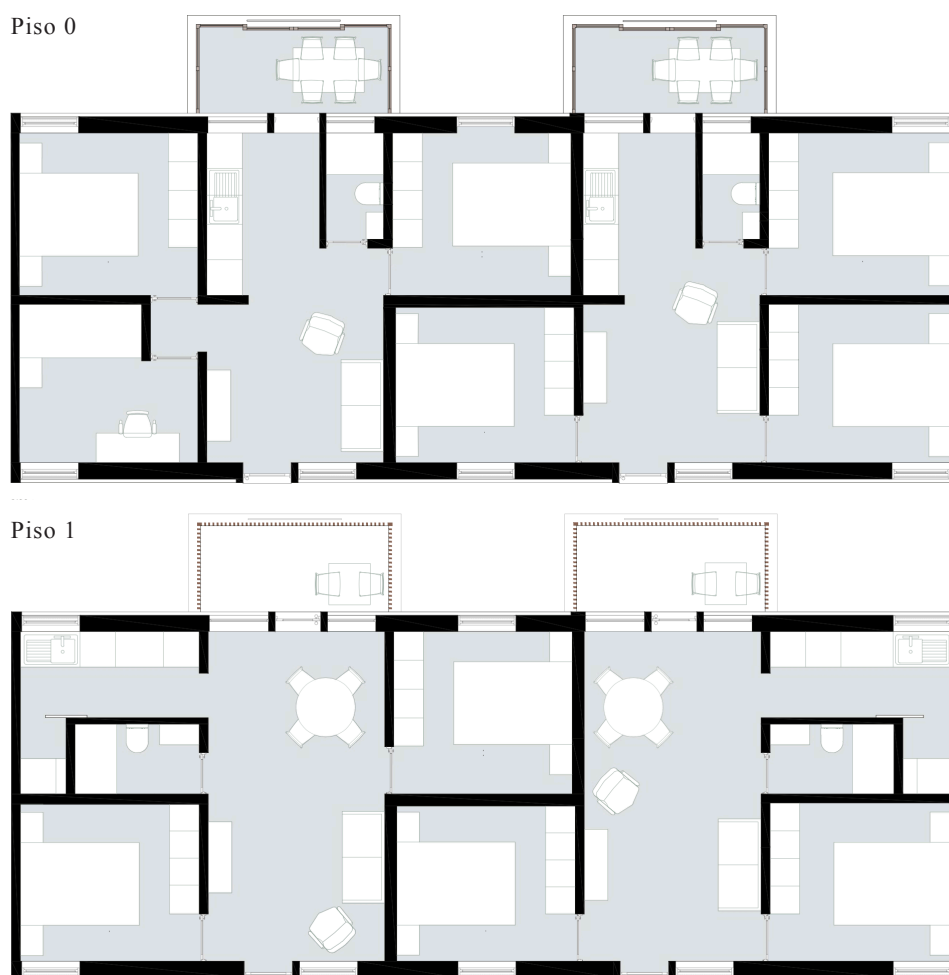
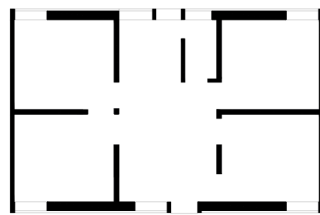


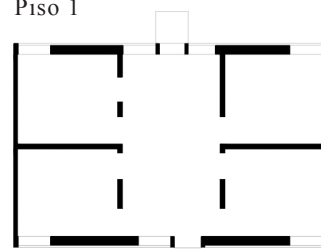
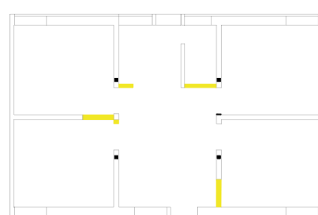
Fig. 181 Plantas da proposta final.

Piso 0

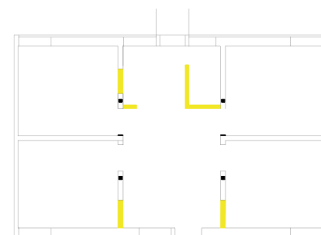
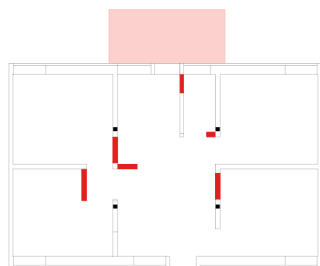


A MANTER

Piso 1



A DEMOLIR



A CONSTRUIR

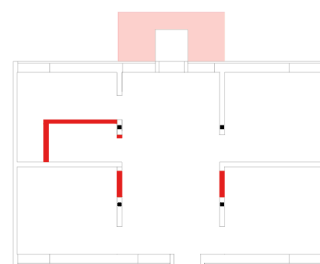


Fig. 182 Plantas das alterações da tipologia.

Tipologia T4

No conjunto de habitações do bairro, apenas quatro são de tipologia T4 e ficam juntas das tipologias T3. Apesar de ser exceção segue a mesma lógica que o T2 nos alçados, os logradouros passam a ser individuais, divididos por muros de 20 cm de altura, mantendo assim a essência do projeto original para o Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil. No piso 0, para manter o número de quartos foi necessário expandir a habitação e passar a zona de refeições para este espaço.

No piso 1, acontece o mesmo que no T3, diminui um quarto, passa de T4 para T3, de forma a possibilitar um aumento da zona da varanda, privilegiando os moradores com um espaço exterior privado e facilita as necessidades domésticas dos moradores. A cozinha fica maior e é possível também criar um espaço de lavanderia.

A diferença desta tipologia para o T3 é que no piso 1 um dos quartos fica mais pequeno porque há a necessidade de fazer uma exceção para possibilitar a entrada dos quartos.

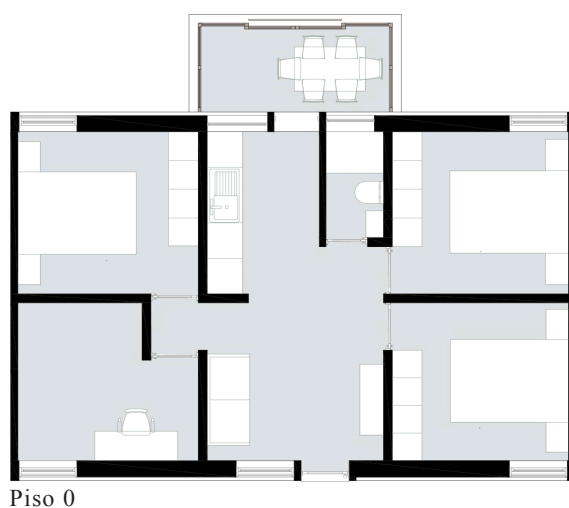
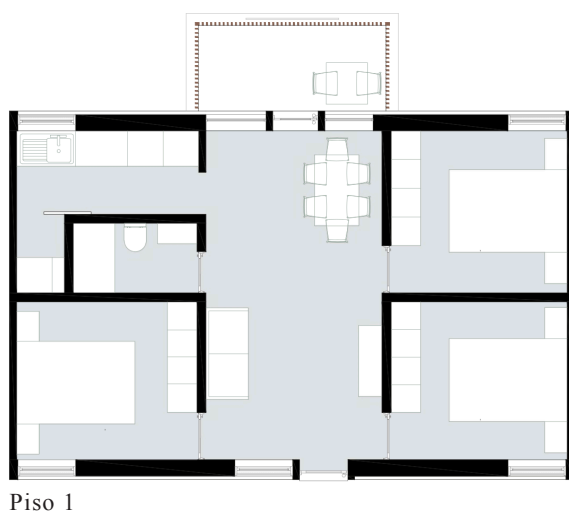
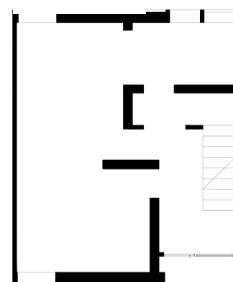


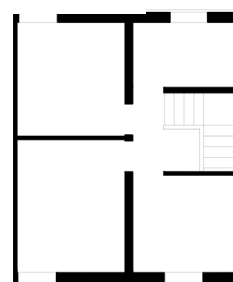
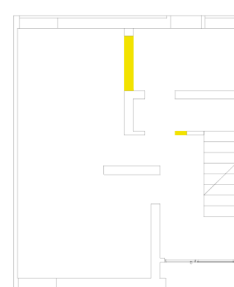
Fig. 183 Plantas da proposta final.

Piso 0

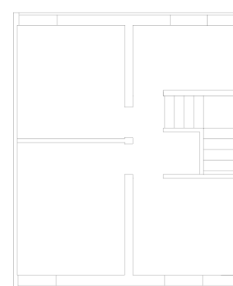
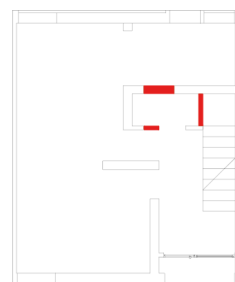


A MANTER

Piso 1



A DEMOLIR



A CONSTRUIR

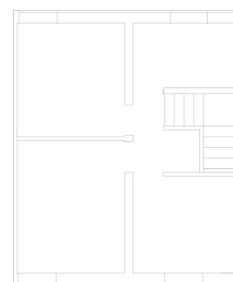


Fig. 184 Plantas das alterações da tipologia.

Tipologia T3 duplex

A tipologia T3 DUPLEX é a exceção das habitações do bairro. Os alçados são diferentes das restantes tipologias, no alçado traseiro não existe varanda e no frontal a entrada faz um recuo em relação à fachada. As áreas dos quartos são idênticas, mas a zona social no piso 0 é privilegiada em relação às outras tipologias. Devido ao facto de ser duplex não existe a necessidade de uma varanda, visto que o logradouro é individual e no alçado traseiro tem espaço para a criação de um espaço exterior privado.

A proposta não altera nada no piso 1, apenas no piso 0, é necessário a construção de uma casa de banho de apoio à zona social, atualmente é preciso ir ao piso 1 para aceder a este espaço.

O piso 0 fica um espaço aberto e com acesso ao exterior pela cozinha e pela entrada da habitação.

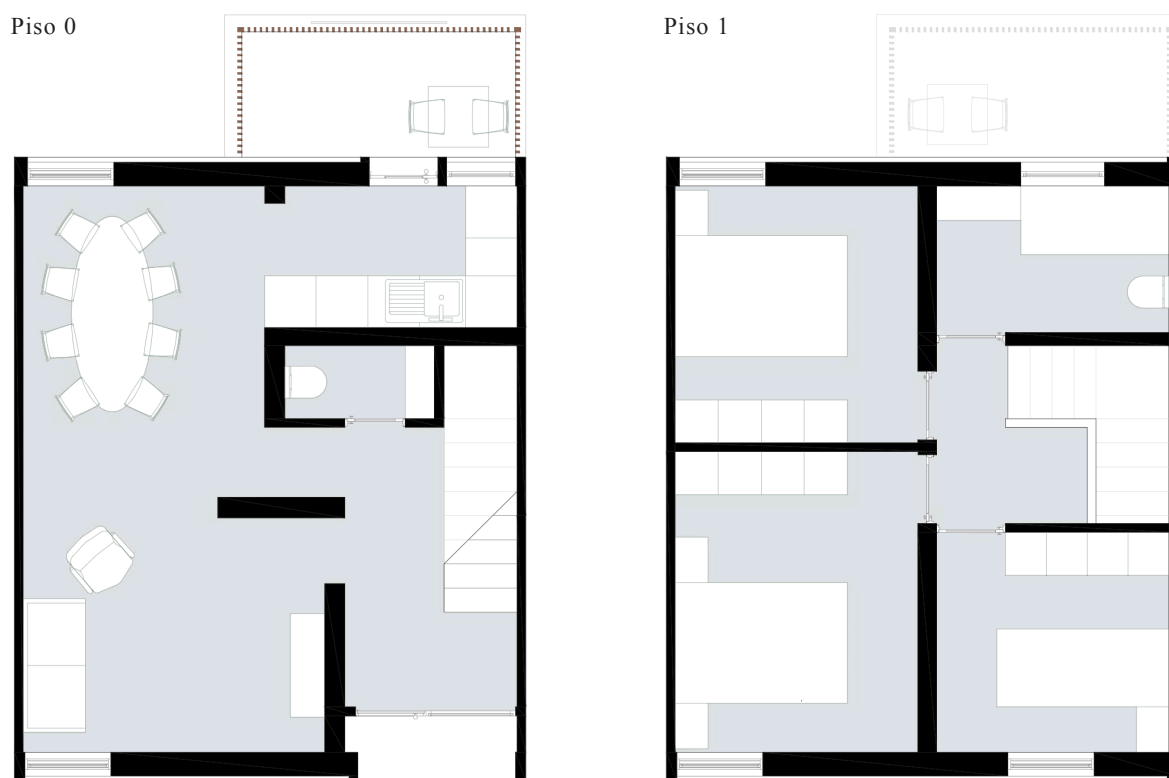


Fig. 185 Plantas da proposta final.

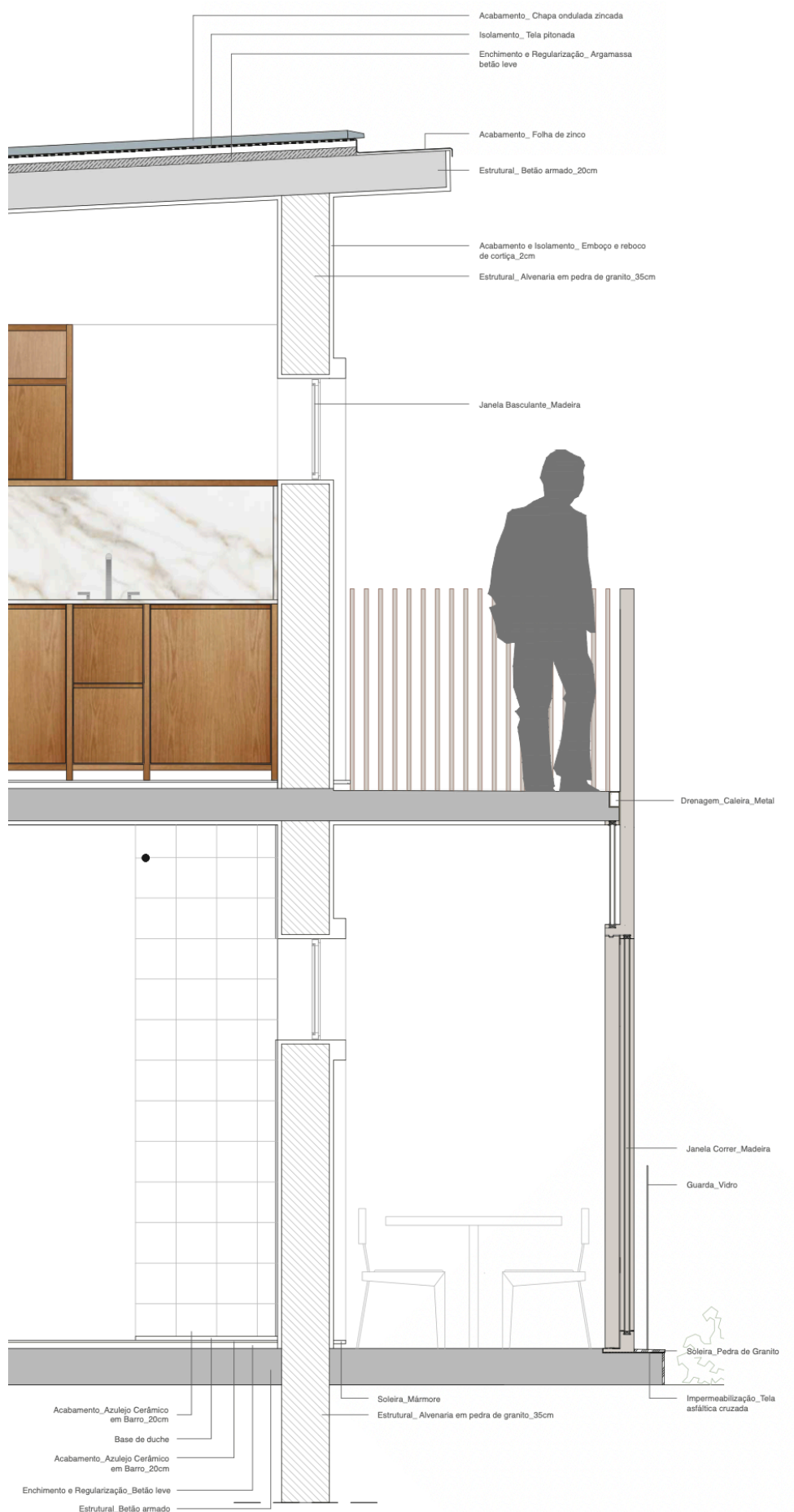


Fig. 186 Corte construtivo.

A proposta de reabilitação, tem como objetivo recuperar a imagem original e preservar as suas características. Assim, ao contrário de alguns intervenções, como o caso do carvalhido que aplicou o sistema ETICS nas fachadas, na intervenção do bairro do caso de estudo, apenas foi aplicado como acabamento e isolamento, o emboço e reboco de cortiça. Assim, foi possível manter as saliências que marcam a fachada. As caixilharias foram substituídas pelo mesmo material, (madeira) e a cor das mesma permaneceram como as originais. No interior do edifício os pavimentos foram substituídos pelos mesmos, tacos de madeira na sala e nos quartos, e o azulejo cerâmico de barro na cozinha e na instalação sanitária.

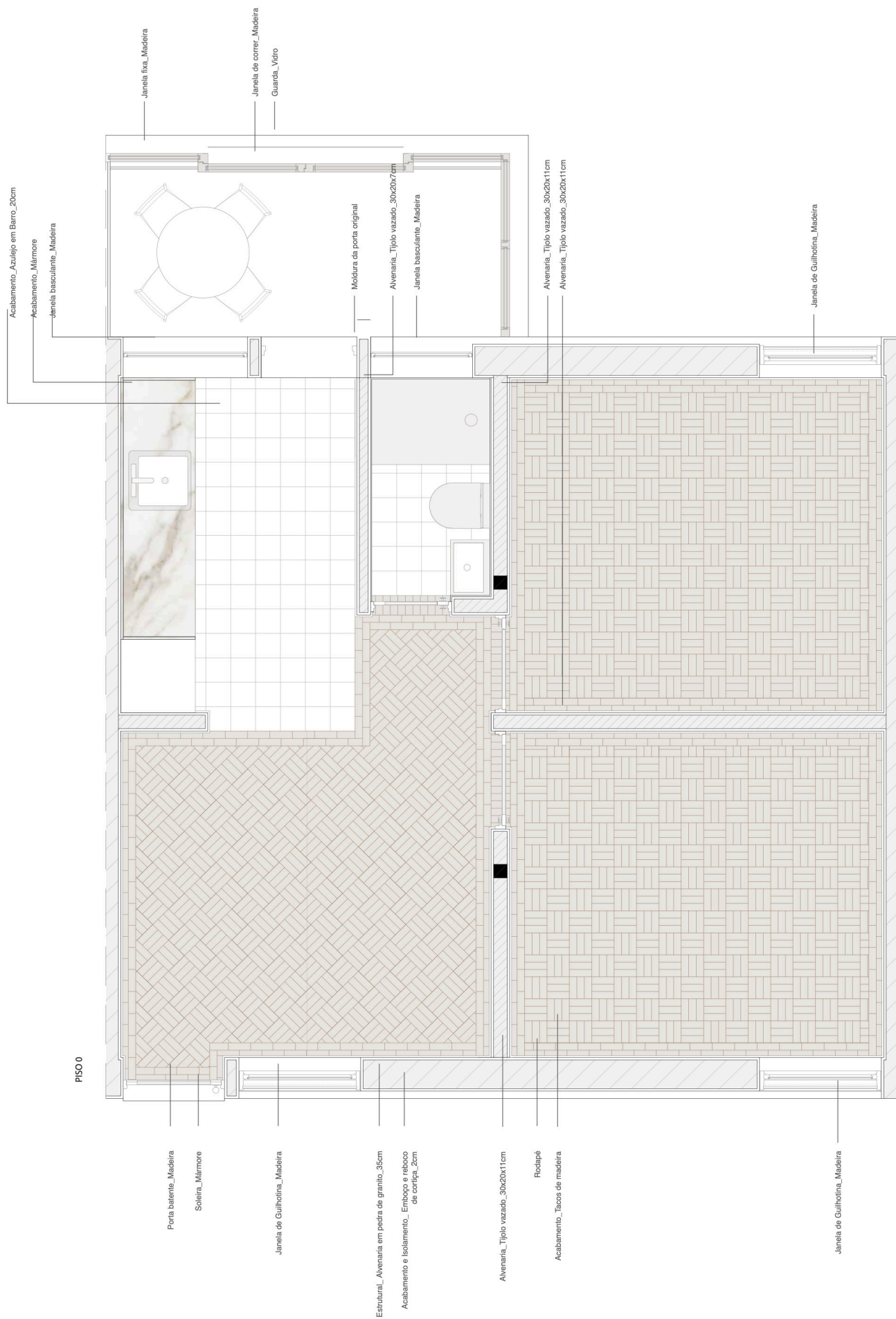


Fig. 187 Planta construtiva piso 0.

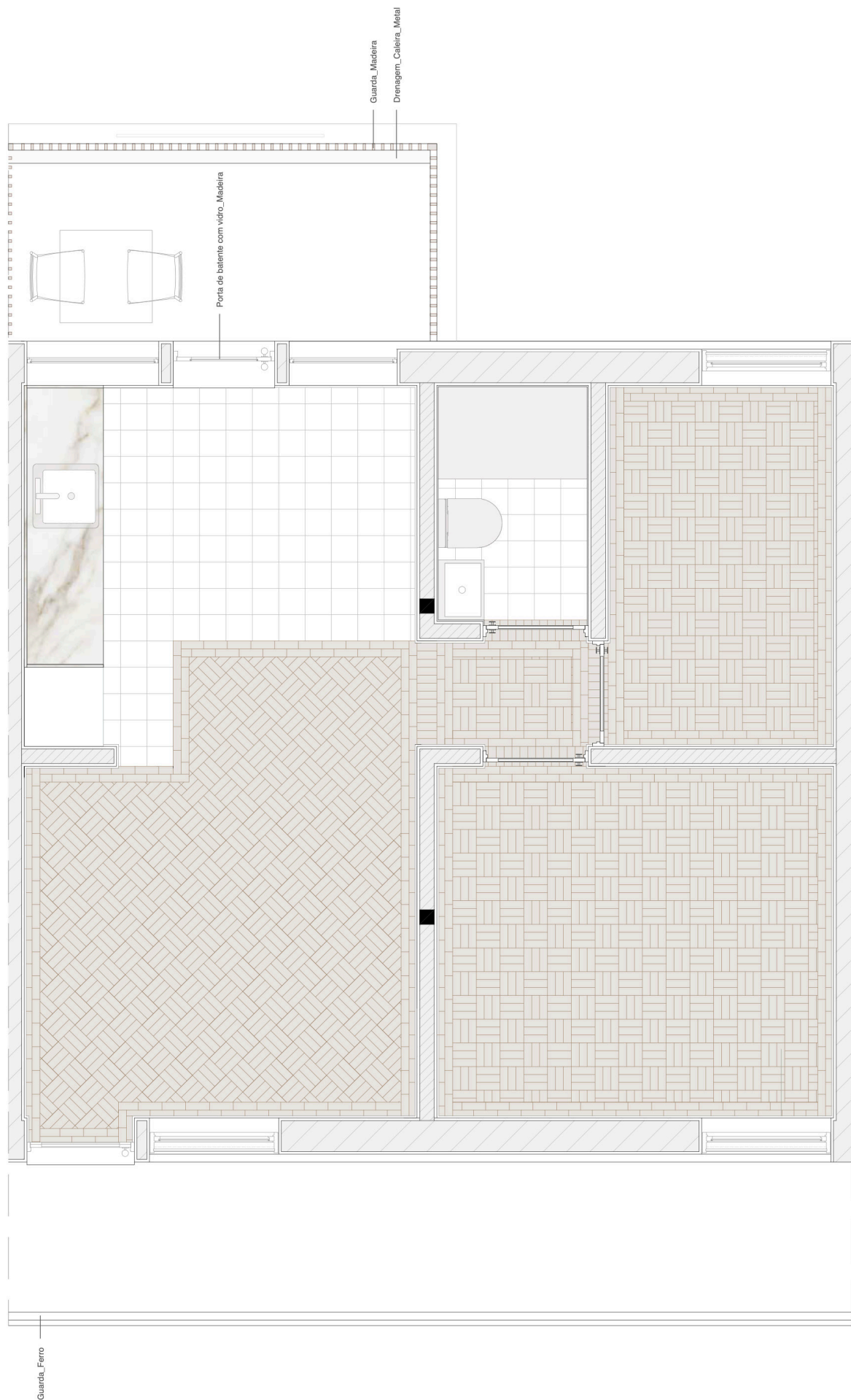


Fig. 188 Planta construtiva piso 1.



Fig. 189 Alçado frontal.



Fig. 190 Alçado traseiro.



Conclusão

O estudo dos elementos caracterizadores do Bairro, a varanda e a galeria, contribuem na compreensão sobre de que forma a sua valorização, passada e presente afeta a forma como se deve reabilitar. Através da percepção sobre como foram pensados, edificados e posteriormente reabilitados, retiramos conclusões relevantes sobre os elementos, a sua importância e os sentimentos que transmitem.

Constata-se que na generalidade das reabilitações nos bairros, as varandas e as galerias foram encerradas ou transformadas com marquises, com o objetivo de aumentar a área interior. Os custos das reabilitações nos interiores seriam muito elevados e como consequência as intervenções acabam por encerrar a varanda e/ou a galeria quando é necessário aumentar as áreas mínimas que a habitação plurifamiliar tem no geral. A escolha dos casos de referência recai sobre os aspetos inerentes ao pré e pós reabilitação com maior incidência sobre os elementos fundamentais neste documento, a galeria e a varanda. No caso do Bairro Rainha D.Leonor, a reabilitação focou-se no interior das habitações, a proposta implementada foi a transformação de duas tipologias numa, assim os espaços exterior relacionado com a habitação, a varanda e a galeria permaneceram abertos. De seguida, no caso da Torre Bois Le Pretre, reconverteram o encerramento da varanda da primeira intervenção e propuseram como solução expandir as habitações para fora da fachada, proporcionando o ganho de área interior e o contacto com o exterior. Apesar das radical mudança do aspeto do edifício e da perda de identidade do original, o projeto de intervenção valorizou e proporcionou melhor qualidade de vida para os habitantes do Bairro, como do próprio edifício. No caso da reabilitação do Bairro do Cerco, as varandas foram encerradas mas, as galerias permaneceram abertas. O caso de referência do Bairro do Carvalhido é um exemplo do encerramento do espaço de transição, a galeria, e onde é evidente o impacto que a reabilitação teve nos edifícios de habitação, valorizando a fisionomia e linguagem do edifício. Assim, verifica-se que estas reabilitações foram realizadas no sentido de melhorar as condições de conforto dos seus habitantes e com isso, também conseguir a valorização do próprio edificado, através da valorização destes elementos de transição entre exterior e interior.

O Bairro da Caixa de Previdência da Industria Têxtil apresenta os mesmos problemas em relação à galeria e à varanda, dado que estes elementos também estão praticamente ausentes devido à apropriação sem critério. O caráter original do bairro encontra-se completamente modificado e desmonstra um descuido na preocupação da sua imagem e na conservação deste património. A intervenção proposta volta a recuperar os valores e as características associadas ao Bairro da Caixa de Previdência da Industria Têxtil e pretende clarificar as diferentes zonas exteriores de cada habitação. Foram retiradas todas as construções espúrias, e a galeria passou a funcionar como espaço de transição e de distribuição das diferentes habitações. O elemento varanda foi recuperado e aumentado através da expansão das habitações no piso terreo, tornando possível manter a mesma tipologia e ao mesmo tempo proporcionar o contacto com o exterior.

Para além disso, a intervenção procurou devolver os valores que o definem como património moderno, onde estes dois elementos, varanda e galeria, constituem um papel fundamental na linguagem de modernismo que este bairro tem, em conjunto com outros, como a caixilharia, disposição programática e sistema construtivo, mas também implantação e relação dos vários elementos entre si na constituição do conjunto do bairro. Por último, a visão que se tenta transmitir é a de que estes elementos, as suas propriedades e os seus significados, assumem especial relevância na felicidade das pessoas e na identidade da arquitetura.

Bibliografia

AcademiadasCiências.(2001).DicionáriodaLínguaPortuguesaContemporânea:Vol.II.Verbo.

Agarez, R. C., Allegri, A., Alves, J. G., Arenga, N., Aristídes, R., Bandeirinha, J. A., Borges, P. N., Cardoso, F. D., Castela, T., Duarte, J. M. C., Ferreira, T., Fonte, M. M. da, Freire, D., Gonçalves, E., Guerreiro, F. de C., Lemos, T. C., Ludovici, A., Malheiros, J., Malheiros, M., ... Zêzere, J. L. (2018). Habitação - Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal 1918-2018. Em Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Alves Costa, P. (2021). (Re)Habilitar _ O bairro do Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Antunes Lopes, L. F. (2011). HABITANDO o LIMIAR: A janela e o olhar, em casa.

APPROACHES FOR THE CONSERVATION OF TWENTIETH-CENTURY ARCHITECTURAL HERITAGE, MADRID DOCUMENT 2011. (2011, Junho). «Intervention Approaches for the Twentieth- Century Architectural Heritage – CAH 20thC».

Benevolo, L. (2000). Historia De La Arquitectura Moderna (8.a ed.). Editorial Gustavo Gili.

Brito e Silva, G. (2014). Portugal em Ruínas (1.a ed.). Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Campos Baeza, A. (2008). A Ideia Construída (6th ed.). Caleidoscópio.

Castilho Baptista Fernandes, B. M. (2013). AMARQUISE – UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO IMAGINÁRIO E DAS PRÁTICAS DE CONQUISTA DE TERRITÓRIO DOMÉSTICO.

Cravo de Almeida Restivo, J. (2014). Habitação pública no Porto Intervir para requalificar [Doctoral]. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP).

da Silva Rebelo, M. A. (2012). Arquitetura Industrial & Arquitetura Moderna: afinidades na prática arquitetónica portuense dos anos 50 e 60.

de Aragão Lobo Noronha Osório, T. (2017). EDIFÍCIOS PLURIFAMILIARES DE ACESSO DIRECTO TRADIÇÃO E OPORTUNIDADE.

de Castro Pinheiro, G. (2015). Proposta de monografia sobre a obra completa do arquitecto Germano de Castro Pinheiro [1913–1992]. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

de Deus Paulino, A. B. (2014). A Reabilitação do Património no Centro Histórico do Porto - O caso do quarteirão de Carlos Alberto.

de la Plaza Escudero, L., Morales Gómez, A., Luisa Bermejo, M., & Martínez Murillo, J. M. (2012). Diccionario visual de términos arquitectónicos. Cátedra.

de Sá Pinto Marques de Almeida, P. R. (2010). Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965). http://aleph20.letras.up.pt/F/1T8A6F18GBT6JJIHHC12QG6BPL99JR1YH9HCQIUINC2251IUPN-17777?func=find-b&find_code=SYS&request=000206878&pds_handle=GUEST

Dias Ferreira, D. (2017). Habitação de Interesse Social no Porto O caso do bairro de Pereiró - análise e projeto de reabilitação.

Dias Siza Vieira, H. (2022). Contributos para Salvaguarda e Intervenção no Património da Habitação Plurifamiliar Moderna em Portugal: Proposta de Reabilitação no Bairro de Ramalde e no Bairro das Estacas. Em Revertências: identificar problemas e propor soluções com base na metodologia Lean Teresa.

Estevão, R. M. machado. (2019). Princípios e métodos de intervenção para uma conservação integrada do património edificado : reabilitação do Mercado Municipal de Santo Tirso. <http://hdl.handle.net/11067/5654>

Fernandes, J. M. (1980). Para o Estudo da Arquitectura Modernista em Portugal – A Evolução Estilística (IV). Revista de Arquitectura, 138, 64.

Fernandes, J. M. (1993). Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940). Gradiva.

Ferreira Martins, J. A. (2018). Home Front: Arquitetura Moderna Na Segunda Guerra Mundial. Em Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Número October).

Fonseca, J. P. E. de C. (2005). Forma e Estruturas no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal.

Garcia Ramos, R. J. (2010). A casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. FAUP Publicações.

Gaspar Tavares, M. F. (2015). «Habitações Económicas» Federação de Caixas de Previdência: ARQUITECTURA E MODOS DE ACTUAÇÃO NO EXERCÍCIO DO PROJECTO.

Gazzola, P., Lemaire, R., Bassegoda-Nonell, J., Benavente, L., Boskovic, D., Daifuku, H., L de Vrieze, P., Langberg, H., Matteucci, M., Merlet, J., & Flores Marini, C. (1964, Maio 31). The Venice Charter - International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS.

Gomes Meireles, M. A. (2019). O acesso em galeria na habitação social : dois casos de estudo em Portugal. <http://hdl.handle.net/11067/2370>

Gonçalves, E. M. V. (2014). Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno. Em Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Gonçalves, J. F. (2007). Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/61: Desenhos e Standard na Arquitectura Portuguesa.

Gonçalves Pereira, B. (2011). O Entre: Considerações sobre o limiar no espaço doméstico.

José Cavaleiro Rodrigues. (2001). Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa, Oeiras, Celta. Em L. V. Baptista & F. Lourenço (Eds.), Cidades (Número No.3, pp. 138–140). CET/ISCTE. <http://hdl.handle.net/10400.21/10650>

Lawrence, R. J. (1982). L'ESPACE DOMESTIQUE : TYPOLOGIE ET VÉCU. Cahiers Internationaux de Sociologie, 72, 55–75.

Le Corbusier. (2006). Por uma arquitectura. Perspectiva.

Machado, J. P. (2003). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa - 5 Volumes (Vol. 1). Livros Horizonte.

Mattoso, J. (1994). História de Portugal - O Estado Novo - Vol. VII (1926 - 1974) (7.a ed.). Editorial Estampa.

Melucco, A., De Nayer, A., Kadluczka, A., Michalowski, A., Cristinelli, G., Stovel, H., Purchla, J., Schubert, J., Rivera Blanco, J., Luxen, J. L., Cannataci, J., Jokilehto, J., Pawlowski, K., Maxwell, I., Pluska, I., Wehdorn, M., Konokpa, M., Docci, M., Petzet, M., ... Kobilinski, Z. (2000, Junho 26). CHARTER OF CRACOW 2000 - PRINCIPLES FOR CONSERVATION AND RESTORATION OF BUILT HERITAGE. Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000.

Morais, R., & Arezes, A. (2019). Minoicos: os guardiões da primeira civilização europeia. Em Imprensa da Universidade de Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1817-3>

Nascimento e Oliveira Botelho de Brito, M. do R. (2011). A Transição entre Privado e Público no Percurso do Habitar.

Pereira da Silva, A. S. (2013). La intimidad de la casa: el espacio individual en la arquitectura doméstica en el siglo XX [E.T.S. Arquitectura (UPM)]. <https://oa.upm.es/16773/>

Pimentel Marques, D. I. (2019). A reabilitação da habitação programada pelo estado e desenhada por Miguel Jacobetty Rosa : a intervenção no Bairro do Tarrafal, Guimarães. <http://hdl.handle.net/11067/5800>

Portas, N. (2006). ITE 4 - Funções e exigências de áreas da habitação. LNEC.

Ramos dos Santos, A. (2003). Um lugar de encontro entre o homem e os deuses. Revista Portuguesa de Ciência das Religiões, II, 189–196.

Rodrigues Casanova da Silva, P. (2013). A VARANDA EM EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR na cidade do Porto.

Roque Oliveira, F. R. (2012). Habitações Económicas-Federação De Caixas De Previdência. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Saraiva, C. (2022). Habitar a Varanda - Espaços de transição pós- Covid - Dispositivos Sunning (pp. 1–53). ESAD.

Silva Fernandes, A. C. (2016). A VARANDA - sobre o seu valor no programa da casa.

Silva Soares Ferreira, R. I. (2010). A EXPRESSÃO DO LIMITE. <https://hdl.handle.net/10216/149306>

Silveira Botelho, S. (2010). ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO: PRESERVAÇÃO DA PRIVACIDADE E ESTÍMULO DO CONTACTO SOCIAL.

Sousa da Fonseca, R. (2014). TENSÃO INTERIOR E EXTERIOR REGENERAÇÃO: Regeneração a partir de um vazio.

Sousa Silva, F. M. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto Projeto, Reabilitação e Valorização. Em M.FAUP.

Tavares, M. (2013). Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência. Em N. Portas (Ed.), Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980 (pp. 21–45). CML, IHRU.

Teotónio Pereira, N. (1969a). Da sua posição perante a problemática habitacional.

Teotónio Pereira, N. (1969b). Habitações para o maior número. Arquitectura, Jul/Ago(110).

Trofimenko, N. (2019). PARA UMA MAIOR VIVÊNCIA NOS ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO CENTRO MULTIFUNCIONAL SÉNIOR INSERIDO NA PAISAGEM DE ALBURRICA.

Urzal Magalhães, J. (2017). Modelos de habitação na década de 1960. Dois edifícios de habitação plurifamiliar da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Em M.FAUP.

Vieira Gonçalves, E. M. (2010). BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR NO PORTO, 1899-1933: A PRÁTICA DE UMA ARQUITECTURA ECONÓMICA, SAUDÁVEL E CÓMODA NAS VÉSPERAS DO MODERNO. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.